

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 04/2019
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 2.ª Sessão Ordinária**
26 de abril de 2019 - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, sejam bem-vindos e com o desejo de termos um dia de trabalho repleto de bons resultados e de harmonia.

A primeira informação é a renúncia de mandato do Deputado da Bancada do PSD, *Dinis Humberto Veiga*. Peço à Senhora Secretária para fazer a leitura da sua carta.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Bom dia Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Passo a ler o pedido de renúncia de mandato do Deputado *Dinis Humberto Veiga*:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela

Dinis Humberto Veiga, Membro da Assembleia Municipal, eleito nas listas do PSD, solicita a V.ª Ex.ª a renúncia ao seu mandato ao abrigo do n.º 1 do artigo 59.º do Regimento da Assembleia Municipal, por motivos de saúde.

Aos treze de junho de dois mil e dezanove.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não posso deixar de referir que é com algum pesar que vemos *Dinis Veiga* sair destas Bancadas depois de tantos anos, naturalmente que iremos sentir a sua falta, especialmente quando ele se retira por motivos de saúde. Quero desejar-lhe através da Bancada do PSD um restabelecimento rápido e que tudo corra bem na sua saúde.

Informo também que temos uma renúncia de mandato de uma Deputada da Bancada do CDS/PP *Letícia Raquel Guedes Pinto Salvador*. Peço à Senhora Secretária para fazer a leitura da sua carta.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo a ler o pedido de renúncia de mandato da Deputada *Letícia Raquel Guedes Pinto Salvador*:

“Exmos. Senhores

Eu, *Leticia Raquel Guedes Pinto Salvador* por motivos de natureza pessoal, venho por este meio solicitar que aceitem o meu pedido de renúncia ao mandato de Deputada da Assembleia Municipal, com efeitos imediatos.

Os melhores cumprimentos

Aos vinte e sete do seis de dois mil e dezanove”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Assim sendo *Dinis Veiga* vai ser substituído em definitivo pela Deputada, *Rute Isabel Trigo Gonçalves* e a Deputada *Leticia Salvador* vai ser substituída em definitivo pelo Deputado *José Maria Faustino da Cunha*.

Sejam bem-vindos os dois.

Temos também uma solicitação do Exmo. Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*. Não enviei o documento para os Membros da Assembleia Municipal como o próprio tinha solicitado, porque tivemos um problema informático e não foi possível fazê-lo, as minhas desculpas. Peço à Senhora Secretária para fazer a leitura da referida carta dirigida a mim e a todos os Membros desta Assembleia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo a ler a referida carta:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela

José Carlos Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, venho informar V.ª Ex.ª do seguinte:

Após uma cuidada análise e profunda reflexão aos dezoito meses de mandato tomei a seguinte decisão, depois de ter ponderado a minha postura nestes meses.

A partir desta Assembleia Municipal de junho de 2019, deixo de estar vinculado a qualquer força partidária, passando para a Bancada dos Independentes, passando assim a defender exclusivamente os interesses da Freguesia de Frechas e das suas populações pelas quais fui eleito democraticamente, nas Eleições Autárquicas de 01 de outubro de 2017.

Para que seja público e fique na ata desta Assembleia, solicito a V.ª Ex.ª que seja lido este documento, quando da leitura do expediente da Assembleia Municipal.

Aos dezassete de junho de dois mil e dezanove.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como sabemos esta é uma atitude legítima de qualquer Deputado, a transição de uma força partidária para uma Bancada de Independentes, desta forma peço ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira* que passe para a Bancada dos Independentes, desejando com certeza que continue a defender a sua terra, os interesses deste concelho da forma que tem feito até agora. Estou convicto que o irá fazer da melhor forma, porque não é a Bancada A, B, ou C, que define o caráter das pessoas e a força anímica que os impulsiona em defesa do seu concelho.

Para mim não é relevante a Bancada onde estão, pelo que desejo que continue o seu trabalho em prol do nosso concelho.

Tenho mais uma solicitação a fazer, ao abrigo do artigo 15.º, alínea f) do Regimento da Assembleia Municipal que diz:

“Continuidade das Reuniões

As reuniões só podem ser interrompidas, por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar;
- d) Para escolha ou eleição de membros da Assembleia;
- e) Antes da votação de uma moção de censura;
- f) Noutras situações consideradas justificadas pela Mesa.”

Aconteceu uma situação imprevista e como é nossa função colaborarmos em tudo o que nos for possível com o Executivo, não deixamos de analisar a situação em causa. Naturalmente que eu não o quis determinar sozinho, até porque o artigo “f” em si, não me daria razões suficientes para tal, recorri à consulta dos Membros da Comissão Permanente, que são ao mesmo tempo líderes das várias Bancadas, para fazermos uma suspensão desta Assembleia pelas 11.00 horas, retomando apenas os trabalhos às 14.00 horas.

Esta suspensão tem a ver exatamente com uma pequena colaboração que precisamos dar ao Executivo. O Executivo foi “apanhado de surpresa” com a assinatura antecipado de um Protocolo e com a visita do Senhor Ministro da Economia e de alguns Senhores Secretários de Estado e que coincidiu exatamente com a nossa Sessão.

Não é uma situação normal, mas nós estamos aqui para colaborar e quando as questões não estão bem definidas, eu, exercendo como sempre e dentro da minha forma de estar esta minha função, recorri então às forças partidárias para entrarmos num consenso. Pareceu-me que houve esse consenso em pleno e então com as minhas desculpas, às 11.00 horas interromperemos a nossa Sessão para a assinatura do referido protocolo e dar-lhe-emos continuidade às 14.00 horas.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu acho que a Assembleia Municipal e todos os fatores que o Senhor Presidente levantou concordo com eles plenamente, mas a Assembleia Municipal que eu saiba é uma Aula Magna, não é por vir aqui qualquer Ministro que a Assembleia tem de ser suspensa, este é o meu posicionamento.

É importante para Mirandela que venham cá Ministros, não discordo disso, agora, em termos de tempo e em termos do ato solene que é a Assembleia Municipal, eu discordo totalmente e voto contra isso. Os meus colegas de Bancada que votem como entenderem, mas eu voto contra isso, porque eu sou um cidadão de Mirandela, em primeiro lugar está Mirandela e depois estão os Ministros.

Este é o meu posicionamento como mirandense, como um filho que nasceu nesta terra e quer o melhor para esta terra, eu não sou contra a vinda do Senhor Ministro, eu acho que os Ministros devem vir a Mirandela consecutivamente, este é o meu ponto de vista.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *António Figueiredo*, com todo o respeito que tenho por si e por aquilo que acabou de dizer, deixe-me informar que este assunto não vai ser votado, esta é uma decisão que cabe, em termos regimentais ao Presidente e que essa decisão acabou por acontecer após consulta com as várias forças partidárias à procura do tal consenso e que houve..., de qualquer forma deixe-me justificar o seguinte..., o Senhor tem razão naquilo que diz, que venham muitos Ministros e os Ministros não devem interromper a nossa Assembleia, estou completamente de acordo. Acontece que este tipo de Protocolos exigem a presença de todo o Executivo. Os Senhores Deputados não queriam estar aqui com a falta do representante do Executivo.

Peço que relevem esta situação..., é com uma intenção pura e simplesmente pedagógica e de colaboração para com o nosso concelho.

Posto isto, peço à Senhora Secretária que faça a chamada dos Senhores Deputados.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes mesmo da chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita* é substituída pela Senhora Deputada *Graciete Cláudia Alves Ramos*;

A Senhora Deputada *Lídia Maria Mota Noura* é substituída pela Senhora Deputada *Daniela Alexandra Alves Rodrigues*;

O Senhor Deputado *Rui Filipe Pacheco Carrazedo* é substituído pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*;

O Senhor Deputado *Luís José Herdeiro Mosqueiro* é substituído pelo Senhor Deputado *José António Benvindo Torradas*;

A Senhora Deputada *Isabel Maria Branco Barreira* é substituída pelo Senhor Deputado *José Leopoldo de Almeida Pinto*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vítor Manuel Correia* é substituído por *Vítor Manuel Pratas*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

Registo de Faltas.

Fernanda Maria do Sacramento Mesquita, Lídia Maria Mota Noura, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, Luís José Herdeiro Mosqueiro, Isabel Maria Branco Barreira, Vítor Manuel Correia, Joaquim António Morais Clemente, Jorge Augusto Pires, Nuno José Gonçalves Nogueira.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Lídia Maria Mota Noura*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Luís José Herdeiro Mosqueiro*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Vítor Manuel Correia*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Jorge Augusto Pires*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Nuno José Gonçalves Nogueira*: Sessão de 28 de junho de 2019.
- *Márcio André Valoura Teixeira*: Sessão de 28 de junho de 2019.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Tenho aqui uma solicitação anterior, a propósito da interrupção que vamos fazer às 11.00 horas, a Senhora Presidente pretende fazer-vos um convite.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Gostava de convidar todos para estarem presentes nesta cerimónia de assinatura do Protocolo com a Direção Geral do Consumidor. Fomos contactados pelo Ministério da Economia, dizendo que tinham todo o gosto em vir a Mirandela hoje dia 28 de junho, nós como achámos que devíamos recebê-los e como tínhamos Assembleia Municipal, solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para verificar se havia algum impedimento esta suspensão da Assembleia Municipal, no sentido de todos podermos estar presentes nesta cerimónia, porque já que estão aqui todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, todos os Deputados Municipais, é uma forma de estarmos todos envolvidos nesta temática do direito do consumidor, cada vez mais importante na sociedade atual.

Aquilo que vos quero formular é o convite para assistirmos todos a esta cerimónia. Vai estar presente o Senhor Ministro da Economia e também quatro Senhores Secretários de Estado, nesse sentido gostaria de convidar todos para estarem presentes. Apesar de interrompermos a Assembleia Municipal, eu julgo que é um momento importante para Mirandela, porque vamos ter aqui a constituição do Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, para além das questões ligadas ao direito do consumidor, ligados à segurança alimentar, temos também tudo aquilo que diz respeito aos direitos em relação à Banca, em relação a tudo aquilo que muitas vezes prejudica as famílias.

O Centro de Informação Autárquico ao Consumidor é um Centro vital, de muita importância para o dia-a-dia de todos os mirandelenses, fica o convite a todos para estarem presentes.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me acrescentar que muito me honraria a presença de todos, até porque não é muito comum em assinaturas de Protocolos haver uma plateia tão distinta como é uma Assembleia Municipal e por isso mesmo, a Senhora Presidente não referiu, articulamos que a assinatura do Protocolo fosse feita exatamente aqui neste espaço, ao contrário daquilo que estava previsto, ser no Salão Nobre da Câmara Municipal.

Eu gostaria que se juntassem a este convite, marcando presença.

----- O senhor Deputado Municipal *JOSÉ MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu também não comungo da aceitação de que este Órgão de Soberania seja interrompido pela visita de um mero membro do Governo, não se trata do senhor Presidente da República, não se trata do senhor Primeiro-Ministro. Se, por uma mera cortesia desta Câmara, o Senhor membro do Governo vier até nós e for interrompido durante breves minutos, não numa sessão de trabalho, eu acho aceitável, Mirandela é uma terra de gente boa, educada, isso não traz qualquer alteração à Ordem, agora interromper os trabalhos, não me parece protocolar, mas aqui estou para participar e para dar a minha ajuda.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Apenas porque fui incumbido desta responsabilidade, justificar a falta do Deputado Municipal *Jorge Augusto Pires*, que recupera de uma cirurgia e sei que está bem, está de boa saúde e vai voltar para junto de nós quanto antes.

Sobre a assinatura do Protocolo, é sempre bem-vinda a vinda de Ministros a este distrito e especialmente ao concelho de Mirandela e que tragam sempre boas notícias, mas depois dos reparos, das intenções e de fazer ver que neste dia se realizava uma Assembleia Municipal e o senhor Ministro não aceitou, quer a pretensão do Senhor Presidente da Assembleia, quer as pretensões da Senhora Presidente de Câmara, parece-me que vem de forma “prepotente”, porque só poder ser mesmo um Governo em campanha eleitoral, que ultrapassa tudo e todos, inclusive os Órgãos e os seus representantes eleitos, que têm direito hoje a desenvolver os seus trabalhos dentro da normalidade possível.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, deixe-me corrigir, não há “prepotência”, porque foi colocado o assunto à Senhora Presidente, a Senhora Presidente colocou o assunto à Mesa da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal falou com as forças partidárias e só após isso é que se determinou que o Protocolo seria assinado aqui, não foi uma exigência imposta.

Estão registadas as observações, estamos naturalmente sempre abertos às vossas críticas e delas serão tomadas as devidas notas.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 26 de abril de 2019.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Ata, de facto é uma Ata extensa, a Assembleia Municipal de Mirandela tem Atas com 60 ou mais páginas, é um trabalho muito intenso, admito que as dificuldades sejam imensas, mas por vezes os textos produzidos carecem de alguma acentuação, carecem de algum cuidado com as vírgulas e com os pontos finais, não quer dizer que a mensagem não esteja expressa, não duvidamos do trabalho da equipa que faz este trabalho, mas simplesmente acho que deve haver mais cuidado, até porque é um documento público e sob pena de outros mais tarde quererem pesquisar esta memória coletiva política aqui de Mirandela e encontrarem textos que não vão compreender, porque por vezes eles carecem de pontuação sob pena de serem mal interpretados.

Sobre a votação e se me derem esta possibilidade de ser corrigida alguma coisa votarei a favor, se porventura houver alguma objecção, vou-me abster e tentarei, naquilo que são as minhas responsabilidades, ser mais acutilante em relação a Assembleias futuras.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Naturalmente que é uma observação pertinente, que todos nós reconhecemos, a metodologia usada na Assembleia Municipal de Mirandela, que é a transcrição total daquilo que aqui se diz, é exaustiva. É exaustiva para o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais e é exaustiva para os Senhores Secretários da Mesa que tentam, se calhar já tardiamente, fazer algumas correções, mesmo assim há gralhas imensas porque o áudio nem sempre é perceptível, outras vezes o contexto não é bem entendido, eu reconheço, mas estamos aberto a fazer esse tipo de correções, para melhorarmos as Atas sempre que alguém o pretenda fazer.

Com a colaboração de todos poderemos corrigir, ou então, como eu em tempos já sugeri, até porque vamos ter novamente alteração no Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, naturalmente que vamos ter outra vez um período de adaptação, mas há uma solução para isso, hoje há empresas que fazem esse trabalho, custam é bastante dinheiro, eu já vi alguns casos de Assembleias que adotaram esse sistema e resulta plenamente, isto porque são pessoas vocacionadas mesmo para isso, mas não são baratos, eu posso-vos informar que com as horas que nós temos de Assembleia por menos de mil euros não conseguimos uma Ata composta e “arranjadinha”, quando assim é, torna-se necessário racionalizar esses custos.

No entanto fica a observação e vamos tentando melhorar, como temos vindo a fazer até então.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, deixe-me dizer o seguinte enquanto responsável pela elaboração das Atas, na verdade nós já falamos muito sobre o assunto aqui na Assembleia Municipal e o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, na minha pessoa, esteve sempre aberto a correções, não é possível fazer as Atas muito menos extensas do que o que elas são, porque as Sessões também são bastante extensas, no entanto já lhe disse que estamos sempre abertos a melhorar e fazerem as correções que entenderem e que se justifiquem.

Também reiterar que não temos recebido os vossos mails com os discursos escritos, temos feito um esforço em todas as Sessões, no final das mesmas, relembrar os Senhores Deputados para que os entreguem e também pedir-lhe que perceba que muitas vezes quem está a escutar os áudios, está a tirar a sua própria interpretação, pode não ser a intenção individual de cada um que está a fazer o seu discurso.

Por qualquer lapso ou por qualquer equívoco de pontuação, em nome das funcionárias, também me desculpo aqui e entregue se entender o seu discurso para que se possa corrigir.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Sobre a Ata, quero dizer apenas que da minha parte dou-me sempre ao cuidado de fazer chegar ao Setor de Apoio as minhas intervenções que trago escritas e, portanto, não tenho a mínima queixa quanto a pontuação, porque o que aparece lá é exatamente aquilo que pretendia dizer.

Quando há alguma intervenção que é de improviso, pois também me preocupo depois em reler, na versão final da Ata que é enviada para todos os Membros da Assembleia. Parece-me que estamos sempre a tempo de retificar qualquer imprecisão, é agora o momento de o fazermos, não me parece que haja razões para se votar desfavoravelmente a Ata que está agora aqui em análise.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 50 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 26 de abril de 2019.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo três inscrições do público.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Senhora Presidente.

Venho aqui não só como Proprietário de uma das casas da derrocada junto ao “Lidl”, mas também como município e porque a Senhora Presidente ao longo dos últimos 5 anos sempre demonstrou preocupação com os prejuízos diretos às famílias, com a segurança dos imóveis e das habitações próximas, e que a resolução dos problemas devia ser imediata, evitando os custos exponenciais que esta situação poderá acarretar para os dinheiros públicos.

Gostava por isso, de a questionar sobre 3 situações:

1.º Em janeiro de 2018, foi o Município de Mirandela, condenado na ação executiva para no prazo de 120 dias realizar determinadas obras, passaram 18 meses e como sabe Nada foi feito.

O Senhor Vereador Cunha na Ata n.º 9 de 11 de abril, disse o seguinte: “já é a segunda vez que estamos a abrir o procedimento concursal, a primeira vez o concurso ficou deserto, estamos à espera que algum empreiteiro apresente alguma proposta. Não está a ser fácil, acredito que nenhum empreiteiro se queira comprometer com aquela obra.”

Perante este comentário do Senhor Vereador, e tendo em consideração o Relatório da Universidade de Coimbra, que foi solicitado pelo Tribunal e que diz que a estabilidade das fundações das casas não está assegurada, a rotura poderá acontecer, será frágil, sem aviso prévio do sistema de monitorização, provocando a rotura parcial ou total dos edifícios.

Gostava de lhe fazer a seguinte pergunta:

O valor que tem vindo a ser colocado a concurso é o adequado à complexidade da obra?

Parece-me que não, tendo em conta que como sabe não pode ser escolhido qualquer empreiteiro, dada à complexidade das obras a executar.

Se acredita, como o Senhor Vereador, que não existe um empreiteiro que se queira comprometer com a obra, o que pretende fazer para cumprir finalmente a sentença, garantindo a segurança dos edifícios e das casas vizinhas?

2.º Na Ata n.º 1/2018 de 04 de janeiro, a Senhora Presidente afirmou que foi aconselhada a abrir um inquérito interno, para apurar a existência de responsabilidades na derrocada das casas do “Lidl”.

Gostaria de saber se sempre foi realizado esse inquérito? E se foi, quais foram as conclusões do mesmo?

3.º É público que o anterior Presidente da Câmara afirmou, que não recorreria das decisões do Tribunal no processo da derrocada das casas do “Lidl”, por estar em causa o interesse público.

É pública também a sua posição sobre esta matéria ao longo dos últimos 5 anos e meio.

Na última audiência os Advogados do Município afirmaram que iriam Recorrer de uma decisão que o Tribunal tomou nessa mesma audiência.

A pergunta que queria fazer é: Mandatou os Advogados do Município para recorrerem das decisões que vierem a ser tomadas no processo?

A ser verdade, tem V.ª Ex.ª consciência que poderá atrasar a Decisão Final do processo e com isso exponenciar ainda mais os custos previsíveis para o Município, os danos para as famílias lesadas e comprometer irremediavelmente a recuperação ou a viabilidade dos edifícios?”

----- O Senhor Município *ANTÓNIO ALVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, não será difícil adivinhar qual o motivo de estar aqui.

Em janeiro deste ano, estive aqui, lembrando à Senhora Presidente que o caminho do Santinho em Valbom dos Figos se mantinha bloqueado, passados que são 8 meses o dito caminho continua bloqueado e pelo que me apercebo, não vejo grande vontade da Senhora Presidente para resolver o assunto.

A rua onde moro, em Valbom dos Figos chama-se rua da Alegria, rua essa muito recente em comparação ao caminho do Santinho. A rua da Alegria há 40 anos atrás não existia, porque era um prédio murado, prédio esse que eu comprei, depois de o comprar a Câmara Municipal pressionou-me para abrir ali a dita rua da Alegria, o que não é o caso do caminho do Santinho.

O caminho do Santinho é um caminho milenário talvez.

O caminho que parte para Valbom dos Figos, quem transita de Mirandela para a Torre de Dona Chama, fica à parte esquerda e esse caminho parte um prédio que hoje é do Senhor Fernando Pinto, que há muito pouco tempo não era todo dele, a parte esquerda era dele a parte direita era de três proprietários, esse caminho não tem nada a ver com a junção do prédio. O que não é o caso da minha rua, agora eu pergunto à Senhora Presidente: Será que eu também tenho direito de fechar a minha rua da Alegria que era um terreno meu, enquanto o Senhor Fernando Pinto não era terreno dele.

Se a Senhora Presidente não tomar decisões a sério, eu vou fechar a rua da Alegria em Valbom dos Figos, ou eu não tenho direito, acho que a Senhora Presidente não se irá opor à minha situação, porque aquilo era meu, que eu comprei ao Senhor Dr. *Alberto Carvalho Neto*, depois do 25 de abril.

Espero bem que a Senhora Presidente tome uma atitude rapidamente e que não se demore muito em resolver o problema e mais, gostaria que a Senhora Presidente fizesse uma reunião comigo ou na Câmara Municipal ou em Valbom dos Figos, que lá é mais fácil resolver o assunto e mostrar aquilo que se passa, para melhor resolvermos a situação.

----- O Senhor Município *VIRIATO MORAIS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho expor aqui porque o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Franco e Vila Boa fixou um Edital em Vila Boa a dizer lá umas coisas, vem a culpar ali umas pessoas que foram fazer queixa dele à Câmara Municipal, as pessoas de Vila Boa estão a ser culpadas, mas elas não sabem quem foi ou quem não foi e queria saber perante a Senhora Presidente se foram fazer queixas à Câmara Municipal ou se não foram, ou se há alguma coisa se passa aí.

Peço à Mesa para alguém fazer o favor de ler o Edital que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa expor na aldeia.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Comunicação à população de Vila Boa

Enquanto Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, sinto a obrigação desde o primeiro até ao último dia do mandato, fazer o que me for possível para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Tive conhecimento que, no passado, outros Executivos da Junta de Vila Boa tentaram negociar o alargamento da Travessa do Calvário. Conclui-se assim que sempre houve interesse em realizar esta obra. O facto é que hoje a obra está a ser feita para o bem de Vila Boa.

Consideramos inadmissível haver pessoas que no seu dia-a-dia apenas transpiram ódio e maldade, ao ponto de, com o maior descaramento, terem ido à Câmara apresentar queixa da Junta por andar a fazer a referida obra naquela rua.

Dirigimo-nos diretamente a essas pessoas, que todos conhecem, para lhes dizer que podem continuar com estes comportamentos e atitudes do mais baixo nível que apenas pretendem prejudicar as nossas aldeias. A nós nada nos afetam, muito pelo contrário, atitudes destas e vindas destas pessoas leva-nos a pensar que estamos a fazer o que devemos e o que a maioria das pessoas deseja.

O que nos move, em cada momento, são só as pessoas do Franco e Vila Boa.

Com base nessa postura sentimos ser nossa obrigação dar a conhecer estes factos à população, para que possam avaliar e ajuizar e distinguir livremente sobre quem os defende, em qualquer situação, e os traidores que os defendem pela frente, mas que os atraíam pelas costas.

O Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado aos dois, curiosamente o emissor do Edital fez a leitura.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começando pelas questões que foram levantadas pelo município *Rui Neves*, prezado amigo e que na qualidade de lesado mas também como município, vem questionar sobre a derrocada que houve a 04 de janeiro de 2014. Aquilo que posso dizer de uma forma muito sucinta, uma vez que estamos a tratar de um processo que já está em Tribunal, há dois processos a decorrer em simultâneo, um no Tribunal Administrativo e Fiscal e outro Tribunal Cível de Mirandela, um deles é o que estamos aqui a falar e diz respeito às obras temporárias por executar, que o Município quer fazer e as definitivas que foram recusadas em Tribunal.

Uma das nossas intenções era a realização das obras definitivas, ou seja, foi solicitado aos advogados da Câmara Municipal para requererem a realização das obras definitivas, isto porque estamos a falar da segurança daquele espaço, da segurança das pessoas e a realização de obras temporárias só está por um lado a gastar dinheiro que é dinheiro público, sem resolver o problema na sua essência e sem resolver de todo o problema.

Vou fazer aqui o resumo daquilo que está a acontecer e a posição da Câmara Municipal perante este processo. No processo executivo e desde a condenação na Providência Cautelar, que condenou o Município a realizar obras temporárias, foram realizadas por sugestão e projeto da Sociedade A400 – Projetistas e Consultores de Engenharia Lda., as primeiras obras temporárias que resultou na construção de um muro de gravidade no edifício do lote n.º 55, o do meio para suportar a fundação do edifício, um aterro de estabilização de talude, enchimento de betão ciclópico para proteção do terreno, bem como proteção da fundação que estava descoberta, entre outras medidas. Estamos a falar de um período anterior à nossa eleição para a Câmara Municipal.

Posteriormente, num período anterior à nossa eleição, foi elaborado um Relatório da Faculdade de Engenharia de Coimbra, que identificou a necessidade de realização de obras suplementares, tendo-se contratado, à época, novamente a Sociedade A400, para elaborar o projeto, projeto que se encontra pronto, contudo para a execução do mesmo, já existiram dois procedimentos concursais para a execução das obras que ficaram desertos, por ausência de respostas. Sendo que após esta última situação, foi requerido ao Tribunal a realização das obras definitivas, mas sem a assunção da culpa do Município, já que se julga que só este tipo de obra acautelar a 100% a segurança daquele espaço e também porque estas últimas obras temporárias serão para destruir quando da realização das definitivas.

Os autores apresentaram um requerimento no processo, dizendo que o Município não tem intenção de realizar qualquer obra, reafirmando querer a realização imediata das obras provisórias. O Juiz proferiu Despacho com a data de 24 de junho, indeferindo as obras definitivas.

O Município logo após este indeferimento, proferiu Despacho a determinar o início de um novo procedimento concursal, para a realização das obras temporárias, aumentando o valor para 125 mil euros, de referir que a estimativa orçamental da Sociedade A400 era de cerca de 38 mil euros, o primeiro procedimento concursal abriu com o valor de 50 mil euros, ficou deserto, o segundo procedimento concursal abriu com o valor de 75 mil euros, ficou deserto, parte agora para um valor muito superior, para que de uma vez por todas a obra se possa realizar.

[Handwritten initials and marks]

O facto de o Município querer fazer as obras definitivas e o facto de termos colocado essa intenção ao Tribunal, diz respeito somente a duas questões, de querermos no local resolver definitivamente o problema da segurança, a questão das casas poderem ser habitadas e essencialmente visando proteger os outros lotes.

É certo que os moradores, os queixosos neste caso, não aceitam a realização das obras definitivas sem a assunção da culpa, ou seja, por causa de uma indemnização que julgam lhes parecer ter direito, por a Câmara Municipal não ter assegurado de imediato a resolução do problema.

No meu entender não faz sentido a Câmara Municipal estar a gastar 125 mil euros ou outro valor qualquer, só vai arrastar o problema, não vai resolvê-lo, o ideal seria fazer as obras definitivas, garantindo a segurança daqueles taludes e permitindo a ocupação das casas em segurança.

Em relação à responsabilidade, o Tribunal vai dar a responsabilidade ou não à Câmara Municipal, estando como sabe, a decorrer outro processo no outro Tribunal, contra outras entidades e empresas.

Relativamente à questão do inquérito, como sabe corre um processo-crime no Tribunal comum e ainda não foi o Município de Mirandela condenado na ação principal em curso, apesar do Despacho de abertura de inquérito ter sido elaborado, a verdade é que o processo se encontra iniciado, mas por mera cautela e até apuramento final das responsabilidades nos processos judiciais em curso, julgamos apropriado que após este desfecho teremos então, em função das conclusões do mesmo, retirar as mesmas conclusões e será depois efetuado um inquérito interno.

Informa-se ainda a Assembleia Municipal que o Município de Mirandela constituiu-se assistente no processo de inquérito em curso pelo Ministério Público, sabendo-se que já foi requerida uma peritagem ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que será realizada nos próximos dias, para apurar as causas do deslizamento de terras, através da resposta a diversas questões colocadas pelo Ministério Público de Mirandela.

Em relação à questão colocada pelo município *António Alves*, foi pedido um Parecer Jurídico e esse Parecer vai no sentido de que este caminho aparenta tratar-se de um caminho vicinal, aqueles caminhos que desde os tempos imemoriais são usados pela população daquela Freguesia como uma forma de aceder aos prédios rústicos. Sendo assim, a Junta de Freguesia tem a obrigação de ordenar aos particulares que cessem a adoção de todos os comportamentos lesivos que possam por em causa o caminho público, que esse caminho satisfaz.

Julgo que a proposta de visita ao local em conjunto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas será uma boa ideia, de referir que esta situação e a abertura do outro caminho alternativo já vem da anterior Junta de Freguesia, este é um processo com bastantes anos, porque o proprietário da exploração acabou por tomar conta daquele caminho, criando um outro caminho alternativo, a solução que deu de visita ao local, com a presença de algumas entidades, levando um Parecer Jurídico, fazendo aquilo que legalmente seja o mais correto possível. Agradecer a presença e a participação, será agendada uma visita ao local, para que possamos ter este problema resolvido em Valbom dos Figos.

Relativamente ao município *Viriato Morais*, dizer-lhe que não conhecia este Edital que foi afixado em Vila Boa, não conheço pessoas que tivessem vindo à Câmara Municipal fazer queixa, não estou a vislumbrar nenhum tipo de acusações.

Em relação à Câmara e aquilo que me diz respeito, não conheço esta situação e nesse sentido não posso fazer qualquer interpretação do Edital que foi lido.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em relação à primeira questão colocada pelo município *Rui Neves* sobre a derrocada junto ao “Lidl” e porque nos compete a nós Assembleia Municipal olhar pelas questões mais complexas do Município, tenho que referir o seguinte: Eu acho que é o papel do Executivo olhar pelos interesses do Município e penso que o está a fazer, mas acima de tudo isso também terá que olhar pelos interesses dos municípios e de facto esta situação que temos presenciado é preocupante para todos nós. Embora esses custos que a Senhora Presidente referiu provisórios sejam difíceis de assimilar e de assumir, acho que é tempo de haver uma solução para isso.

Vou fazer uma exceção e dar a palavra ao senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* e ao Senhor Município *Rui Neves* para poderem interpelar a Mesa.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha honra sou eu que a avalio e eu sinto-me afetado com a minha honra e vou explicar porquê.

Sou há muitos anos, como toda a gente sabe, Presidente da Junta de Freguesia do Franco e estou no segundo mandato da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, nunca vivi na aldeia da qual sou originário, o Franco e continuo a não viver, cada um tem a sua forma de estar perante as pessoas, cada um tem a sua forma de estar perante a comunicação que faz com as pessoas e a minha forma e não é de agora, podem confirmar, a minha forma de estar próximo das pessoas, como não posso conviver com elas como gostaria, a minha de comunicar com as pessoas é esta e a Câmara Municipal, eu não tenho nada contra a Câmara Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal diz que não conhece o Edital, nem tem de conhecer.

O edital foi exposto para a população de Vila Boa, porque dos 5 mil euros que foram aprovados, a União de Freguesias destinou esse valor todo, na totalidade para Vila Boa, porque tinha o compromisso de fazer obras que já vinham de trás e que foram devidamente apresentadas à Câmara Municipal, em detrimento do Franco, todo o material foi para Vila Boa e andamos a fazer obras que a população sempre quis que se fizessem.

Um dia qualquer fui interpelado telefonicamente por um Fiscal da Câmara Municipal, a perguntar o que é que eu andava a fazer em Vila Boa, porque alguém tinha ido à Câmara Municipal dar queixa de que a União de Freguesias de Franco e Vila Boa andava a fazer obras, a União de Freguesias existe para isso, para fazer obras também.

Não tenho nada a ver com a Câmara Municipal, nem a Câmara Municipal tem nada a ver com este assunto e como eu gosto de ser “um livro aberto”, acho eu, esta é a minha avaliação, gosto de trazer as pessoas informadas e achei que era um assunto importantíssimo eu estar a trabalhar na defesa das pessoas de Vila boa e vir alguém queixar-se à Câmara Municipal porque eu

[Handwritten initials and marks]

andava a fazer obras e ainda ando, por isso é que fiz esse comunicado, para que as pessoas de Vila Boa tivessem conhecimento de quem são algumas das pessoas que lá existem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Acho que este é um assunto para ser discutido em Assembleia de Freguesia, de qualquer maneira, não posso deixar de referir o seguinte: Usar subterfúgios para dizer aquilo que queremos, eu não aceito muito bem, esta questão de interpretação a seu modo, de quem fere a honra ou deixa de ferir..., aqui nesta Assembleia ninguém ofendeu a sua honra, lá fora não sei, mas nós temos de analisar aquilo que se passa aqui dentro, nesse sentido, agradeço que não volte a usar desses subterfúgios, para vir aqui dizer aquilo que pretende..., use outros, mas não use esse por favor.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome dos proprietários quero-lhe agradecer a simpatia que teve em me deixar responder à Senhora Presidente, uma vez com todo o respeito, acho que há aqui uma confusão da parte da Senhora Presidente em relação às perguntas que coloquei.

A Senhora Presidente respondeu-me, em relação à minha primeira questão e acho que há uma confusão entre as obras provisórias e as obras definitivas, os proprietários não se opuseram às obras definitivas, o que os proprietários disseram e que o Tribunal nos veio dar inteira razão, foi que devido ao relatório da Faculdade de Engenharia de Coimbra em que disse e passo a citar: “foi solicitado pelo Tribunal Administrativo é que diz que a estabilidade e as fundações das casas não está assegurada, a rotura poderá acontecer, será frágil e sem aviso prévio do sistema de monitorização provocando a rotura parcial ou total dos edifícios”, o que os proprietários dizem e pretendem é que efetivamente as obras provisórias têm de ser feitas, enquanto que as obras definitivas não forem realizadas, porque senão vamos ter ali outra tragédia, Senhora Presidente e com todo o respeito e consideração que tenho pela Senhora Presidente, acho que não devemos enganar os proprietários.

O que a Senhora Presidente deu a entender foi que os proprietários estavam contra as obras definitivas e não estão, os proprietários querem é que o Tribunal decida e estamos certos que o Tribunal vai decidir rapidamente e não temos dúvidas nenhuma, nós proprietários, qual vai ser o sentido do Tribunal, não temos dúvidas nenhuma.

Os proprietários querem que as obras definitivas sejam feitas, mas também querem que sejam feitas as obras provisórias para evitar outra tragédia e depois as obras definitivas que sejam feitas também e é lógico que sejam indemnizados por todos este tempo todo, quer pelos danos morais, quer pelos danos patrimoniais que sofreram.

Em relação ao inquérito, foi na primeira reunião em janeiro que a Senhora Presidente disse que ia fazer um inquérito interno, não foi feito, estamos esclarecidos.

Em relação ao recurso, exatamente a mesma situação, como sabe a Senhora Presidente tem conhecimento disso, os Advogados do Município em relação a uma decisão que o tribunal tomou na última audiência, manifestaram pretensão de recorrer a essa decisão, como é público que o anterior Presidente da Câmara *António Branco* sempre disse estando em causa o interesse público nunca iria recorrer de uma decisão do tribunal, como é público também a posição da Senhora Presidente em relação a essa situação, só gostávamos de saber se mandou ou não os Advogados do Município para recorrerem das decisões neste processo e acho que a Senhora Presidente não me respondeu a essa questão. Acharmos efetivamente que um atraso da decisão apenas vai aumentar os custos previsíveis do Município, os danos para as famílias e o que é mais grave, é que pode comprometer irremediavelmente a recuperação e a viabilidade dos edifícios.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como referi, abri esta exceção, porque interessa sim ouvirmos com atenção as questões que são levantadas pelo público, são pertinentes e preocupantes, as questões de pormenor já não serão tanto da nossa responsabilidade, termos que imiscuir-nos ao aprofundamento do assunto.

Espero Senhora Presidente e espero que também os Senhores do público que levantaram as questões, venham a ter entendimento, com reuniões específicas, num local próprio a fim de ultrapassarem estas divergências.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Caro *Rui Neves*, em relação aquilo que coloca e para ficar muito claro perante a Assembleia Municipal, gostaria de dizer o seguinte:

Este é um processo que se arrasta, como sabem desde 2014, na altura, quando entramos para a Câmara Municipal tentamos, como sabe, até porque gostaríamos muito de resolver de imediato este problema, porque qualquer pessoa, qualquer município, qualquer turista que passe por ali é assustador, aquilo que vocês viveram foi uma tragédia, felizmente não houve outras situações piores, acredito que tenha havido situações de traumas, mas existe aqui claramente uma situação de justiça, da responsabilidade do loteador, do empreiteiro, da Câmara Municipal, os projetistas, há aqui uma série de “atores” envolvidos, até porque os próprios Técnicos da Câmara Municipal afirmam que a Câmara Municipal não tem responsabilidade.

Os moradores alegam que há ali uma responsabilidade, mas isso são questões muito técnicas, partindo da análise global, entendo que não chegamos a acordo porque estamos a falar de montantes muito elevados, estamos a falar de valores acima de 1 milhão de euros, de valores de danos patrimoniais e danos morais, a Câmara Municipal, mesmo o próprio Executivo, eu própria não tenho a decisão de dizer que a Câmara Municipal vai pagar os danos morais, não consigo avaliar os danos morais, de qualquer forma o processo corre em Tribunal.

Aqui o que está em causa são as obras provisórias, ou seja, numa primeira fase e aquilo que já foi gasto com aquela rampa de sustentação de terras, aquilo é tudo para sair, todas as obras provisórias e os milhares de euros gastos em obras provisórias, é tudo para sair do local e nesse sentido é dinheiro público que estamos a gastar, para depois retirar a custo, porque também vai custar

[Handwritten initials and marks]

dinheiro retirar tudo e por isso a Câmara Municipal propôs ao Tribunal autorização para executar as obras definitivas e a nossa intenção era fazer a prospeção de terras, fazer um projeto e a execução da obra, porque não há nenhuma empresa que faça uma obra sem ter feito o projeto com a garantia de cinco anos.

A nossa intenção é fazer a prospeção de terras, fazer o projeto e fazer a execução da obra e posso-lhe garantir que o dinheiro público que iríamos poupar em vez de estarmos a gastar em obras provisórias e pior, é que os concursos ficam desertos, a Câmara Municipal abriu os procedimentos concursais e estes ficam desertos, já aumentou o valor mais de 200 %, passou de 38 mil euros, que era o valor inicial da obra e já está em 125 mil euros, estamos a falar de um valor muito alto, onde é que vamos chegar para que a obra provisória a que fomos condenados seja feita, que não vai resolver o problema, vai criar mais um problema, vamos andar de obra em obra provisória, as casas continuam como estão, o processo pode-se arrastar em Tribunal ou não, era bom que não se arrastasse, mas aquilo que nós pedimos e solicitamos, é que nos deixem fazer as obras definitivas garantindo a segurança das pessoas e bens e resolvendo um problema, em dezembro estaria pronta a obra, se a mesma fosse autorizada.

O apuramento da responsabilidade e as indemnizações viriam posteriormente, obviamente que a Câmara Municipal vai defender os seus interesses, defendendo o interesse da segurança das pessoas é realizar as obras definitivas, fazendo justiça com os queixosos, é cumprir a sentença em Tribunal, este Executivo não estava na Câmara Municipal quando a derrocada aconteceu, é óbvio que foram cometidos alguns erros na altura é verdade, as seguradoras não assumiram as responsabilidades, os projetistas, o loteador, empreiteiros, ninguém é responsável, só a Câmara Municipal.

Eu não sou desta área, mas a situação que eu vejo ali é uma situação em que pode haver mais responsáveis para além da Câmara Municipal, terá forçosamente que haver, este não é caso único em Mirandela, nós temos em Mirandela, por isso é que vamos aqui também falar do PDM e do PU, que é um Plano de Urbanização, que é indispensável para Mirandela, não podemos continuar a construir em tudo que é talude, de riscos graves de derrocada, não é caso único, fizemos algum acompanhamento com uma empresa de engenharia, que nos disseram que há situações gravíssimas de construção, que o problema não está no licenciamento das casas, o problema está no licenciamento do loteamento, é uma situação anterior, estão a permitir construir casas em modelo que não é em socacos, que tem desaterros enormes, têm 20 m de talude e depois a sustentação das terras é feita com muros de centímetros, isto é impossível, porque depois não há escoamento de águas, os muros não aguentam a força da natureza e a força da natureza é maior do que tudo aquilo que os empreiteiros estão a fazer nos locais.

Por tudo isto, a Câmara Municipal solicitou, que de uma vez por todas nos permitam fazer as obras definitivas, permitindo que a Câmara Municipal possa de uma vez por todas, até ao final do ano ter aquele problema resolvido e não estarmos a investir dinheiro público em obras provisórias. Eu sei que vocês têm sofrido todos com esta situação, mas a nossa responsabilidade é tentar resolver a situação e a resolução passa pelas obras definitivas e depois o apuramento das responsabilidades e a Câmara Municipal assumirá as suas responsabilidades, apesar de na altura da derrocada não estar este Executivo, nós temos toda a obrigação, mas todos nós somos responsáveis por isto que se passa no urbanismo em Mirandela, há vários loteamentos nessas mesmas condições, naquele loteamento, segundo me foi dito pelo Geotécnico nunca se poderia ter construído e se construísem teria de ser em socacos, para sustentar as terras, fazem-se desaterros, constrói-se, sem saber o que está por baixo, porque não há prospeção geotécnica da situação, há xisto e o xisto lasca e quando o alicerce não vai à profundidade que deve ir, há desaterros e há derrocadas, nós temos outras situações iguais e temos de resolver este problema para o futuro, este não é um problema do atual Executivo, é um problema daquilo que veio de trás, não houve esta preocupação.

Mirandela não pode continuar a ter sítios lindíssimos para viver, mas que não são seguros para as pessoas, não são seguros por questões relacionadas com a especulação, com o facto de as pessoas quererem construir a custos reduzidos, quando um muro de contenção custa mais que a construção da própria casa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu acho que tivemos algumas explicações, temos algumas preocupações que se mantêm, pelos vistos há boa vontade, esperamos que as partes venham a resolver esta situação.

Como eu tinha referido e com a vossa paciência e a vossa compreensão, dou por interrompida esta Sessão

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito boa tarde, já temos quórum, pelo que é possível dar continuidade à Sessão.

Mais uma vez agradecer-vos a vossa compreensão e paciência por esta interrupção, acho que valeu a pena, até pelo reconhecimento do próprio Senhor Ministro que é prova de que há pequenos gestos, que não custam muito a colocar em prática e que só dignificam uma instituição como a nossa. Eu estou satisfeito e acho que todos vós também têm razão para estarem satisfeitos, por tudo isso e assim sendo, vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje tivemos uma Assembleia Municipal também com algumas particularidades, a vinda do Senhor Ministro da Economia a Mirandela e participando de certa forma na nossa Assembleia Municipal, mas infelizmente o ato mais significativo e político que aconteceu aqui hoje, não foi a presença do Senhor Ministro da Economia, ainda que tenha estabelecido o Protocolo que estabeleceu com a Câmara Municipal e que seja efetivamente um bom Protocolo e que sirva os interesses da população de Mirandela.

O ato significativo político que aqui aconteceu hoje, confesso que até fiquei um pouco com a pulsação alterada, imagino a Senhora Presidente, foi um Presidente de Junta, eleito nas listas do PS, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, aquele Presidente de Junta que diziam que era um mau candidato, mas é o melhor Presidente de Junta que Frechas tem e já teve ao longo destes anos.

Assumir aqui perante todos, nesta Assembleia Municipal de forma tão solene e tão pragmática, o facto de saltar de uma Bancada por cima da Bancada do PSD e se instalar como independente, é bem verdade que o compromisso que assumimos com as populações, especialmente os Presidentes de Junta porque se encontram todos os dias com elas, olhos nos olhos, o seu eleitorado desfavorecido, idoso, cada vez mais despovoados os seus territórios, desvincular-se de uma Bancada e tornar-se independente, é mesmo, porque só pode ter mesmo esse compromisso, o compromisso de fazer bem e melhor com o seu eleitorado, nomeadamente com o eleitorado da Junta de Freguesia de Frechas.

Senhora Presidente, isto é novidade, poderá eventualmente acontecer o contrário, da minha Bancada para a sua, agora da Bancada do Poder para se instalar numa Bancada independente, é bem verdade que há “outro caminho”, este é o facto mais significativo nesta Assembleia Municipal.

Senhora Presidente, eu vou fazer aqui um gesto e a seguir vou explicar porque é que o vou fazer (abraçou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas), isto é um cumprimento, mas isto é um cumprimento a todos os Presidentes de Junta, isto vai de encontro ao espírito da primeira Assembleia Municipal Extraordinária aqui realizada, a favor das Juntas de Freguesia do meio rural, isto não é só um cumprimento ao Senhor Presidente de Junta de Frechas pelo facto de agora se tornar independente, isto é um cumprimento a todos os Presidentes de Junta, que têm a coragem e que sofrem juntamente com as suas populações todos os dias e que pelos vistos não é um Protocolo que assinou aqui, que a Senhora Presidente já tirou os dividendos políticos que tirou, disponibilizou um conjunto de meios, é verdade, mas que depois não trata, não respeita, não cuida, com o devido respeito institucional que é preciso ter com estes Presidentes de Junta, porque não os recebe, não responde aos ofícios que eles lhe enviam e trata com indiferença.

Senhor Presidente de Junta, isto que aqui fiz hoje, este cumprimento é simbólico, pela coragem que muitos Presidentes de Junta por vezes em momentos políticos não têm, mas que têm todos os dias coragem para tentarem resolver os problemas que afligem o mundo rural, porque se bem se lembram, o espírito daquela Assembleia Extraordinária era o reforço de verbas, era critérios na atribuição de subsídios, era sobretudo o relacionamento institucional e de parceria para que o meio rural fosse cada vez melhor, porque um meio rural bom, pujante, era também seguramente uma cidade melhor e um concelho melhor ainda.

A Senhora Presidente que fez campanha eleitoral, que anunciou aqui na sua Tomada de Posse a constituição de um Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, Senhora Presidente, pode encerrá-lo, porque ele hoje peca por aquilo que não faz bem seguramente, não por falta de recursos humanos, mas por falta de orientação política, porque quem lá trabalha certamente que andarà moribundo e no tempo se transformará num Gabinete “fantasma”.

Senhora Presidente, não basta fazer Protocolos e tirar dividendos políticos, é preciso implementar os Protocolos com respeitabilidade política, a Senhora Presidente manda, mas manda muito superficialmente, porque aquilo que aqui aconteceu hoje é de extrema relevância política, mas espero que as populações e o concelho de Mirandela não fiquem mais fragilizados por isso.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me só marcar aqui a minha posição..., para mim e Mesa, com a imparcialidade que nos é peculiar, o lugar onde os Deputados Municipais se sentam não é importante, ser-se plural é ser-se democrata, tomar posições faz parte dos homens com capacidade.

Não há dúvida de que Frechas não perdeu o Presidente da Junta, ele continua e também Frechas continua a ter uma Junta eleita pelo Partido Socialista nós sabemos, mas isso não nos diz respeito, enquanto pessoa, personalidade e Membro desta Assembleia Municipal, há uma tomada de posição que eu aceito, não tenho nada a dizer, para além de querermos explorar menos ou mais politicamente o assunto..., mas também eu entendo isso por parte dos Partidos.

Só retificar uma coisa, é que de facto quando se muda de Bancada, só há uma hipótese, passar para independente, não se pode passar da Bancada do PSD para a Bancada do PS ou vice-versa, tal como não há retrocesso a seguir. A única via, quando eventualmente há alguma contrariedade, alguma falta de consenso em algumas coisas, é exatamente passar para a Bancada dos Independentes.

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Reunido que está este Plenário para debate das questões mais pertinentes do nosso concelho e aludindo à importância que a educação tem na vida de todos e de cada um, trago à discussão o estado atual da educação no nosso concelho.

Chegados que somos ao final do ano letivo de 2018/2019, qual o balanço que este Executivo faz deste ano, em que se verificaram algumas transformações face a domínios tão díspares quanto as obras do Parque Escolar, o fecho do Colégio de Torre de Dona Chama, o reforço de ensino público na vila, a reorganização do 1.º Ciclo, etc, etc, que impactos produziram e como avaliam as “démarchés” encetadas.

Ainda em matéria educativa/escolar, e dado que é recente a construção da equipa e a implementação do PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, em funcionamento desde o passado mês de abril deste ano, qual o ponto de situação? Já há um diagnóstico local desta equipa? Já estão definidas as prioridades a curto prazo? Quais as metas a alcançar?

Como Confúcio dizia: “Se queres prever o futuro, estuda o passado”.

A par destas ditas avaliações ou balanços, e atendendo ao facto de termos um novo ano letivo já aí à porta, em setembro, já é possível apresentar de forma estabilizada a oferta escolar e formativa a desenvolver para as crianças e jovens do nosso concelho?

[Handwritten initials and marks]

Reconheço aqui que Mirandela bem pode orgulhar-se dos feitos alcançados pelas várias vertentes educativas, sejam elas da escola pública, das escolas profissionais e/ou dos centros de formação privados, Universidade Sénior, as associações, etc, a dinâmica educativa presente na cidade, na vila e em grande parte das aldeias, está num crescendo qualitativo que se pretende alavancar.

Como o grande John Dewey, filósofo e pedagogo norte-americano, pragmático, referia, “a educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é mera preparação para a vida, ela é a própria vida”.

Este lema da educação moderna e que ainda hoje nos parece ser importante para situar as políticas públicas educativas e assim, lanço o desafio a este Executivo de dotar o próximo Orçamento de um reforço de investimento nesta área, que não seja para o edificado, mas para edificar mais e melhor, crianças, jovens, pessoas.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“É com muita preocupação que o PCP vê a Proposta agora conhecida do Governo PS sobre a criação de Freguesias, verificamos, que esta não passa de um “embuste”, defraudando a expectativa de muitas populações que lutam pela reposição das Freguesias extintas contra a sua vontade, por PSD e CDS.

Caso esta proposta do Governo do PS veja a luz do dia, muitas Freguesias não serão repostas e muitas outras poderão vir a ser extintas.

Segundo a proposta, as Freguesias a criar, bem como as atuais, devem obedecer cumulativamente a cinco critérios:

1.º A prestação de serviços à população; 2.º eficácia e eficiência da gestão pública; 3.º população e território; 4.º história e identidade cultural; 5.º representatividade e vontade política da população.

São definidos requisitos, como as Freguesias a terem:

- 2 % da população do concelho, no mínimo 1150 eleitores e caso diste 10 km da sede do concelho, terem de ter pelo menos 600 eleitores, quando o despovoamento e a desertificação são uma realidade, esta exigência populacional não trava o abandono de muitas localidades e Freguesias e só conduz ao agravamento do abandono de aldeias e vilas, em particular nos territórios do interior;
- Pelo menos dois trabalhadores com vínculo público e edifício adequado para a sede da Junta de Freguesia, quando hoje existem Freguesias sem sede e sem trabalhadores;
- Um conjunto de serviços públicos ou equipamentos, como extensão de saúde, caixa multibanco, equipamento social dirigido a idosos, entre muitos outros, isto num contexto em que encerram inúmeros serviços públicos e persiste o desinvestimento público.

Senhora Presidente, Senhores Membros da Assembleia, como é possível constatar, os critérios introduzidos pelo Governo PS constituem, na prática, um obstáculo à reposição das Freguesias extintas por PSD e CDS, fazendo tábua rasa das reivindicações das populações.

Se isto já não fosse suficientemente grave, no texto da iniciativa consta ainda uma disposição, que diz que as atuais Freguesias que não cumpram os critérios definidos têm 10 anos para convergir, caso contrário serão extintas. Haverá centenas e centenas de Freguesias que nunca conseguirão cumprir tais critérios, sobretudo nas regiões do interior.

Mais uma vez, está-se perante uma proposta cujos critérios não têm em conta a realidade concreta de cada território e que, a serem aplicados, agravarão as desigualdades entre territórios.

Não estamos perante uma proposta de reposição de Freguesias extintas, mas sim uma proposta que vai ainda mais longe no objetivo de empobrecimento do regime democrático e de subversão do poder local democrático, colocando em causa uma das mais emblemáticas conquistas da Revolução de Abril, com a clara intenção de extinguir Freguesias, a que pomposamente designam de agregação.

A extinção de Freguesias protagonizada por PSD e CDS significou perda de proximidade e menos coesão, perda de eleitos e representantes, mais dificuldades na resolução dos problemas das populações, menos capacidade de intervenção e mais assimetrias territoriais.

O que é preciso é uma Lei, tal como o PCP defende, de reposição das Freguesias extintas, não de forma cega, mas respeitando a vontade das populações, nesta legislatura o PCP honrou o compromisso assumido.

Apresentamos um Projeto-Lei na Assembleia da República que propunha a devolução das Freguesias extintas, sem imposições, tendo como critério o respeito pela decisão popular e dos respetivos Órgãos Autárquicos. PS, PSD e CDS, ao rejeitarem a nossa proposta, impediram que as Freguesias fossem repostas.

Até ao momento as Freguesias extintas não foram repostas por opção política, nada impede que as Freguesias sejam repostas, a não ser a vontade política de PS, PSD e CDS.

Prosseguimos a justa luta pela reposição das Freguesias extintas, onde seja essa a vontade das populações e dessa forma rerepresentaremos o Projeto-Lei que propõe a reposição das Freguesias.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (Independente pelo CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Duas notas breves, uma começava por solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal futuramente, se pudesse, mesmo eu conhecendo que o problema informático surgiu, tudo isso, mas acho que o tempo que eu tive para analisar os documentos que aqui iremos discutir, é insuficiente para eu, como Membro desta Assembleia fazer uma análise correta dos documentos todos e poder aqui participar de uma outra forma. Não vou participar da forma como gostaria, porque não tive tempo para analisar os documentos todos, como devia.

[Handwritten initials and marks]

Sugeria que futuramente os documentos fossem enviados, nem que seja por duas fases, ou seja, não estar à espera do documento para enviar tudo junto e fossem enviados com mais tempo, para que se possa analisar devidamente os documentos.

Não se trata de um problema do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, que sei que estiveram na sexta-feira até bastante a tentar enviar o mail com os documentos, mas na segunda-feira nós ainda não tínhamos os documentos, gostaria de ter esses documentos mais atempadamente.

A outra questão, era dirigida à Senhora Presidente da Câmara e tem a ver com as casas de banho em espaços públicos da cidade.

Por exemplo, no jardim do Mercado Municipal, desde os antigos Bombeiros até à rua da República, rua Alexandre Herculano, a partir das 20.00 horas, depois de fechar o Mercado, não há uma casa de banho pública e agora nesta fase do verão sabemos que há muitas pessoas a passear por ali e eu constatei essa falha, inclusivamente a maioria dos cafés naquela zona estão fechados, há apenas um que está aberto não sei até que horas, o Restaurante O Jardim, nesse sentido torna-se muito penoso para quem anda a dar o seu passeio e que tem as necessidades e não tem onde as fazer.

Junto ao Café Ribeiras é também um outro espaço que gostaria que a Senhora Presidente mandasse abrir as casas de banho que lá estão, porque eu já assisti a pessoas a fazerem as necessidades no espaço que está antes das casas de banho em pleno dia, cerca das 21.00 horas, também é uma falha que constatamos.

Também assisti aí a usarem o palco para jogar futebol, é normal que a juventude queira jogar futebol, atirar a bola de baixo para cima, de cima para baixo ali acho que está um espaço semiabandonado, que deveria ser aproveitado, principalmente no verão, através de algumas atividades e porque não informar a P.S.P. e esta passar por lá de vez em quando, para que houvesse um pouco mais de respeito e cuidado nesse espaço, que é um espaço muito bonito e que até hoje não foi aproveitado.

Queria também falar por exemplo do Parque do Império, é outro espaço onde as casas de banho estão fechadas, pelas 21.00 horas já tenho passado lá e encontram-se fechadas e ali também não há nenhuma casa de banho aberta.

São três espaços frequentados por muitos mirandelenses, por muitos turistas e que acho que não custava nada a Câmara Municipal providenciar para que estivessem casas de banho abertas, pelo menos neste período de verão. Sabemos que em épocas em que há atividades no Parque do Império estão abertas, mas tirando esses dias não estão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em relação à segunda questão, a Senhora Presidente irá com certeza dar-lhe uma resposta, que eu gostaria até que fosse uma resposta prática e não teórica, porque está carregado de razão nos problemas que acabou de levantar.

Em relação à primeira, eu não lhe retiro a pertinência da questão, porque é verdade que os documentos vão tardiamente para os Senhores Deputados..., é muito difícil nós analisá-los, mas tudo isto é um problema que advém da própria Lei, como sabem a Lei estipula 48 horas de prazo mínimo para a entrega da documentação, não quer dizer que se cumpram pois normalmente usamos de maiores prazos, a verdade também é que são Reuniões tardias da Câmara sobre alguns temas, provocam que me cheguem à mão os documentos muito em cima da hora..., não vamos culpar ninguém, porventura é porque a Lei é permissiva, enquanto não houver uma alteração estaremos sujeitos a estas vicissitudes. Eu peço num determinado sentido, mas apenas com o intuito de minimizar esse problema, que é mandar os documentos parcialmente, com o intuito dos Senhores Deputados Municipais terem a oportunidade de fazerem com um pouco mais de tempo, a respetiva apreciação.

Fica a recomendação e pela minha parte vou tentar corrigir, vou tentar pressionar no sentido de que essa correção se faça.

----- A Senhora Deputada Municipal *EDUARDA NEIVA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha curta intervenção tem mais um caráter construtivo e baseia-se na perplexidade que senti quando no passado sábado fui ao Santuário e constatei que naquela obra de requalificação, que eu considero grandiosa, feita nas imediações do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, não existem instalações sanitárias condignas.

Sei que constavam do projeto. Daí que pergunte ao Executivo, na pessoa da Senhora Presidente, e como cidadã e munícipe de Mirandela, o que pensam fazer para colmatar esta lacuna?

Foi isto que se decidiu quando a obra foi interrompida temporariamente? E porquê?

Considerando também que aquele espaço será uma das salas de visitas da cidade, terão as pessoas que a visitem que recorrer aos sanitários dos cafés próximos e que, na grande parte das vezes os donos não são recetivos à autorização de utilização das mesmas por quem não consuma nada no estabelecimento?

Ou pensam instalar contentores sem condições de salubridade adequadas, tal como acontece por exemplo nos jardins de Serralves que, quanto a mim, não só não dignificam como envergonham até quem representa as instituições e/ou a cidade?

Vem aí a Festa. Não iríamos ainda a tempo de fazer alguma coisa?

Fica a questão.”

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha intervenção será no sentido de apelar ao Executivo que se encontrem formas de resolver dois problemas: um respeitante à cidade e outro a uma Freguesia.

Começemos pela cidade. Uma parte considerável da população mirandense trabalha na Zona Industrial e, todos os dias percorremos as vias desta pelo menos 4 vezes. O estado da via principal, que vai da entrada do Recheio até ao Cruzamento da Centrauto, é lastimável, cheia de buracos, com remendos aqui e acolá que, em tempo de chuva, se desfazem libertando pedras que, quando os carros passam são lançadas contra outros carros, provocando danos nos vidros e nas carroçarias. Todos concordamos

que um piso naquele estado provoca danos a médio e longo prazo nas viaturas dos trabalhadores, trabalhadores estes que na sua maioria auferem o Salário Mínimo Nacional, não conseguindo por isso fazer face a despesas inesperadas nas viaturas.

Por outro lado, sendo a Zona Industrial um potencial chamariz para futuros investidores, esta via degradada pode revelar-se o ponto principal da desistência de investimento, pois acaba por reduzir a mobilidade quer dos futuros trabalhadores, quer dos possíveis clientes.

Para quando um novo piso nesta via?

Metade do meu ADN pertence à Freguesia de Franco e Vila Boa e, quase todos os fins-de-semana me desloco para o Franco para poder oferecer ao meu filho as mesmas vivências rurais que eu tive quando pequena. Recordo-me que aprendi a andar de bicicleta e de patins no Campo Polivalente e gostava de proporcionar a mesma experiência ao meu filho, contudo em segurança, coisa que neste momento, não é possível devido ao estado degradado do mesmo e à presença de uma lixeira mesmo ao lado deste. É urgente que façam obras de requalificação do campo, para que todas as crianças residentes no Franco e as que vão para lá ao fim-de-semana possam brincar em segurança.

Relativamente ao lixo, é com desagrado que observo todos os fins-de-semana os caixotes cheios, com lixo a transbordar, lixo no chão espalhado e os chamados “monstros” que as pessoas ali depositam. No Franco encontra-se um restaurante que, como é óbvio, produz muitos resíduos, pelo que acho que seria razoável que se aumentassem o número de contentores disponíveis à população. Quanto ao desmazelo, julgo que seria positivo uma ação de sensibilização aos habitantes, para que tratassem deste espaço com mais respeito, lembrando-se que existe o campo ao lado onde brincam crianças e que o estado daquela zona é uma ameaça à saúde pública. Arranjem-se soluções, ao invés de arranjar problemas.

E, para finalizar, deixo-vos este pensamento: “Quando todos forem promessas, usemos ser atitudes”.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou aqui lembrar uma intervenção que a Senhora Presidente teve na Sessão de 22 de fevereiro, e disse assim: “... fez aqui algumas considerações relativamente à vida pública nacional, não considero que somos um país de corruptos, acho que somos um país com gente muito boa e que tudo aquilo que nós fazemos no dia-a-dia acho que vai contrariando este rótulo e este estigma que existe... Eu acho que Portugal é um país com muitas oportunidades. Não podemos ter esse espírito derrotista. Sob o ponto de vista político...” etc, etc, não vou aqui argumentar mais nada, porque isto não tem nada que argumentar.

E eu, por acaso, vi ontem na televisão aqueles problemas que existem entre o Conselho Superior de Magistratura, como deve ou não ser constituído, eu por acaso tenho pessoas que conheço e que me enviaram um email com esta informação:

“Portugal foi o país que mais falhou na implementação de medidas anticorrupção em 2018, diz o Conselho da Europa

Relatório de 2018 do Conselho da Europa mostra que o país está entre os que menos implementaram recomendações contra a corrupção vindas de Bruxelas. Juízes e deputados têm mais medidas em falta.

A falta de meios no combate à corrupção em Portugal não é propriamente um tema novo, mas o papel dos deputados, procuradores e juízes na sua prevenção também tem sido o mais eficiente, dado que o país é o que tem menos recomendações do Grupo de Estado Contra a Corrupção (GRECO), implementadas o ano passado. Os juízes não implementaram nenhuma das recomendações.

Segundo o último relatório do GRECO – o Órgão do Conselho da Europa que monitoriza medidas anticorrupção entre Estados Europeus e os Estados Unidos – relativo a 2018, Portugal foi o país com a proporção mais elevada de recomendações anticorrupção não implementadas (73%), e ficou entre os nove países com maior número de sugestões que não foram seguidas – 11 no total.

Bruxelas: “Corrupção continua a ser um problema grave em Portugal.

Acima de Portugal só a Turquia, é miserável o nosso país, que contou com 26 recomendações não implementadas em 2018 (70 % em proporção). A Portugal seguem-se a Grécia e a Sérvia, que totalizam 10 recomendações em falta. Ao nível das medidas só parcialmente implementadas, Portugal também não ficou bem na fotografia, já que registou apenas 93 %, ainda que a vizinha Espanha, Sérvia e Bósnia Herzegovina tenham obtido 100 % na percentagem de medidas só parcialmente implementadas, aponta o relatório.

Recomendações do GRECO implementadas em Portugal em 2018 entre deputados, juízes e procuradores não fizeram qualquer tipo de implementação. Portugal acabou por registar uma posição muito abaixo da média, já que ficou no total entre os 35 estados membros deste órgão que foram avaliados nos 33,9 % no caso das medidas que foram implementadas, nos 36,6 % nas que foram implementadas parcialmente, e as que não foram de todo adotadas registaram uma média de apenas 29,5 %.

Portugal obteve um score de 64 pontos em 100, a média europeia está em 66 pontos.”

Senhora Presidente de Câmara, Portugal é um país corrupto.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Num registo um pouco diferente, venho manifestar profundo agrado pelo nascimento recente de mais três mirandenses, no seio de famílias das relações diretas ou indiretas de todos os presentes.

Partilho convosco o motivo de grande regozijo que é o nascimento do *Guilherme*, filho do Senhor Vereador *José Miguel Cunha*; da *Benedita*, neta da colega *Carla Assis*; e do *Tomé*, sobrinho do também colega *João Sequeira*.

Felicito os respetivos progenitores e, para os três, o desejo sincero das maiores venturas e votos de que todos façamos o maior esforço para lhes deixarmos um mundo melhor! Temos que nos esforçar todos.

De seguida cabe aqui, em meu entender, uma palavra de gratidão ao Executivo em geral, mas à equipa organizadora do evento, em particular, quanto à cerimónia e ato solene de atribuição das Distinções Honoríficas que se realizou, nesta mesma sala, no passado dia 25 de maio – Dia da Cidade de Mirandela.

[Handwritten initials and marks]

Foi, para mim, especialmente gratificante ver homenageado, com a distinção honorífica de mérito cultural, o nosso conterrâneo, músico e compositor de renome internacional, por ser um grande amigo de adolescência e tio do nosso Presidente da Junta de Freguesia de Alvites e sobre quem, ainda ontem, vi a seguinte notícia:

“Na abertura da Oitava Edição do Festival de Coros de Verão, o compositor Eurico Carrapatoso faz a estreia mundial de "Linhagem", esta noite de sexta-feira 21 de Junho, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, com entrada livre, criar uma obra coral com cerca de 200 vozes de um coro participativo, e a Orquestra Filarmonia das Beiras.”

E, permitam-me destacar também, sem desprimor para os restantes homenageados, o Coronel *Jorge Sales Golias*, a quem foi atribuída a distinção honorífica de mérito cívico e com quem tenho uma relação de família, distinto “Capitão de Abril”, mirandense e profundamente conhecedor da história da nossa terra, como demonstrou cabalmente numa tertúlia, organizada para um grupo de visitantes, no dia anterior, que tive oportunidade de acompanhar, percorrendo algumas ruas da cidade... e que espero venha a dar lugar a um verdadeiro “Roteiro Histórico de Mirandela”.

E outro momento alto, nesse mesmo dia, que deve merecer também a gratidão dos mirandenses, sobretudo do mundo rural, foi o fantástico evento “Panela velha é que faz comida boa”, que envolveu mais de 230 participantes.

O PalavrArte – Festival Literário e Feira do Livro de Mirandela, foi, uma excelente iniciativa que me deixou verdadeiramente encantado nos dois momentos em que tive oportunidade de participar – o Encontro de Escritores/Autores Transmontanos e no Auge Poético com *Pedro Lamares* – sobre o que escrevi o seguinte:

“Foi um verdadeiro SUCESSO! Numa tarde de jogo-de-uma-qualquer-taça ter a sala bem composta, demonstra que em Mirandela há massa crítica e é possível mobilizar forças e gentes com avidez de cultura... Fechou com “chave de ouro” este PALAVRARTE e penso que é para repetir...!”

Caramba, parece que hoje é só agradecimentos...! Pois, mas também há dias assim, de gratidão, sem quaisquer ressabiamentos.

A terminar,

Mirandela acolheu, no dia 26 de junho, a cerimónia de Juramento de Bandeira do 5º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército de 2019 do Regimento de Infantaria n.º 19 de Chaves. Um dia marcante na vida dos trinta militares masculinos e onze femininos.

... quem fez serviço militar sabe do que falo... e há coisas da vida militar que nunca passam... Acreditem que, durante o juramento de bandeira, ainda me emocionei e dei comigo a escorrerem lágrimas, involuntariamente...

Nunca esqueçamos que a liberdade foi devolvida ao povo português pelos militares, permitindo que hoje estejamos aqui a expressar as nossas ideias sem qualquer constrangimento...

...à parte...

Quanto a esta questão de mudanças de Bancadas, com o devido respeito, sugiro, na melhor das intenções, a leitura do artigo 61.º, alínea c) do Regimento desta Assembleia.”

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me que, contrariamente áquilo que veio aqui fazer o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que apresente aqui uma nota de pesar, hoje, quando passei no Franco, o Franco estava triste, as pessoas estavam tristes, isto porque um cidadão do Franco, muito novo, com 58 anos, morreu de baixo de um trator, mas não era por ser só um cidadão do Franco, é meu primo, mas por mera coincidência, mas acima de tudo era um empresário, era um criativo, era boa pessoa, respeitada por todas as pessoas da aldeia e até Mirandela, penso eu, que lhe deve alguma gratidão, porque foi um empresário que levou Mirandela a todos estes cantinhos de Portugal, com a venda de produtos, dos quais ele fazia vida.

Em segundo lugar, ou porque sou distraído, ou porque não estava atento, permitam-me que dê as boas vindas aqui à minha meia conterrânea, *Daniela Rodrigues* e que o que ela veio aqui apresentar e, não por mérito meu, mas porque tenho conseguido antecipar-me a estas situações, o Executivo é testemunha disso, das vezes que eu já aqui falei do Pavilhão Polidesportivo a toda a vereação e fica a Senhora *Daniela Rodrigues* a saber que em relação ao lixo, ainda na segunda-feira passada provoqueei uma reunião com a Eng.ª Noémia e com o responsável da Resíduos do Nordeste para resolver o problema do lixo que eu nem sabia, aquilo são duas empresas que estão ali naquele sítio, agora vai haver e estou a dizer aquilo que me disseram, ecopontos novos, o Franco vai ser contemplado com um ecoponto novo, que vai ser situado num sítio diferente, para separar as duas empresas para se poder sacar responsabilidades depois a cada uma delas.

Quero também dirigir-me ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente terá muita consciência dos seus direitos, terá muita consciência dos nossos deveres, mas há uma coisa que o Senhor Presidente ainda não fez, que é, não é capaz de facto de assegurar as suas responsabilidades, já é a segunda vez e está determinado, essa coisa da informática isso é desculpa, é a segunda vez que eu não recebo a correspondência escrita da Assembleia Municipal. Ontem à meia-noite quando cheguei a casa não havia correspondência nenhuma no correio. Agradeço que o Senhor Presidente passe a enviar a correspondência mais cedo.

Já que iniciamos com editais, venho também aqui mostrar perante todos esta Convocatória que diz: “*Escolha dos membros para as mesas da Assembleia Eleitoral, das Eleições do Parlamento Europeu de 26 de maio de 2019.*”

Paulo Jorge Morais Pontes, Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, vem pela presente convocar os Senhores Delegados para reunião da escolha dos membros da Assembleia de Voto de Franco e Vila Boa, para o ato eleitoral de 26 de maio de 2019, a realizar no dia 28 de abril, pelas 16.00 horas, na sede da Junta de Freguesia, em Franco.

Sede da Junta de Freguesia

Rua da Avenida 81, 5370-120 Franco

21 de abril de 2019”.

O que diz a Lei é que: “O Presidente da Junta deve informar até ao dia 02 de maio de 2019, a Senhora Presidente da Câmara dos membros das mesas que tinham sido designados pelos representantes partidários”, eu assumo isso, como tendo mais tempo ao

[Handwritten initials and marks]

domingo, pensei, dia 21 é domingo vou já fazer as convocatórias para o dia 28 de abril, estão a ver este envelope e não sei se conseguem ver o carimbo dos Correios, este envelope e não o vou abrir porque o vou enviar para a Comissão Nacional de Eleições, este envelope está aqui fechado, lacrado e foi enviado ao Partido Socialista, só que as pessoas que estão à frente do Partido Socialista que não me merecem respeito nenhum, a mim pessoalmente, só pela atitude que tomam e depois vêm falar de honra e de outras coisas mais, o Partido Socialista no dia 29 de abril manda-me e-mails, que eu tenho aqui, a dizer que estão à espera que eu os convoque para a reunião, e eu na volta do e-mail disse: “Não, não, peço imensa desculpa, fiz as convocatórias para o dia 28 de abril, não apareceu ninguém, já enviei a lista para a Senhora Presidente da Câmara.” Dia 29, parece que estavam a gozar comigo, também posso fazer as interpretações que eu quiser.

Mas está aqui o envelope, que foi devolvido à proveniência, por não ter sido rececionado, e agora não venham por a honra em causa, não estou a inventar, está aqui o carimbo dos Correios e alguém do Partido Socialista, não sei lá quem foi, ou se calhar até sei, o Partido Socialista foi dar queixa de mim à Comissão Nacional de Eleições. Eu até pensava que já não podia estar aqui hoje, se calhar já tinha sido suspenso o meu mandato, mas ainda cá estou, foi dar queixa de mim e a Comissão Nacional de Eleições mandou-me um recado: “Senhor Presidente da Junta, para a próxima veja se cumpre a Lei”, só que eu agora vou mandar isto para a Comissão Nacional de Eleições, para ver quem é que anda aqui a fazer recadinhos, ou coisas parecidas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em relação à acusação que me fez, deixe-me dizer-lhe que eu assumo sempre as responsabilidades de que estou incumbido, de facto tratei imediatamente de saber o porquê de não ter recebido a correspondência, pois antigamente não recebia, mas a partir da dada altura em que foi reclamado tem sido sempre enviada pelo Correio, o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais acaba de me dizer que tiveram um problema de fotocopiadoras e não chegou a tempo a correspondência, isto não é fugir à minha responsabilidade, eu soube-o neste preciso instante, assumo essa responsabilidade, não admito é que me acuse de que não assumo as minhas responsabilidades, isto foi falta de informação que é outra coisa..., registre isso por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta é a minha maneira de me dirigir à Assembleia em rigoroso cumprimento pelo nosso Regimento. Tenho assistido continuamente, não obstante ter já chamado à atenção, que cada um de nós, membros, vem aqui e dirige-se ao público e a tudo quanto possa estar a assistir a esta Sessão, só há uma pessoa a quem o Regimento permite que se dirija às partes restantes, que é o Senhor Presidente da Mesa, de resto julgo que o Regimento não o permite e eu chamo a atenção da Mesa para esse facto.

O Senhor Deputado *Agostinho Beça* veio aqui fazer uma saudação sobre o nascimento de três neófitos no nosso distrito, é uma manifestação de alegria, à qual eu me associo em absoluto, mas que é também uma intervenção de onde se pode deduzir quão preocupante é o panorama da natalidade entre nós. Eu não sei quantos nascituros temos por ano no distrito de Bragança, uma vez que só temos uma maternidade na cidade de Bragança, essa é uma das grandes três questões que eu hoje aqui trazia e que vou abreviar e que diz respeito aos grandes desafios que temos entre nós e que são: a coesão territorial, o envelhecimento demográfico e a natalidade que já foi aqui falada.

Sobre a coesão, eu não queria dispensar os meus colegas, de recordar aqui uma figura de âmbito nacional, uma figura da igreja, o Ex Bispo de Setúbal *D. Manuel Martins*, o Bispo Vermelho como era tão conhecido, quando uma vez veio a Mirandela e ao falar do panorama demográfico em Portugal, classificou o nosso país de um país hemiplégico e tinha razão, porque ao falar de hemiplegia ele dizia as realidades que se passam entre nós, 80 % da população já vive e trabalha no litoral, 20 %, isto é um estudo com alguns anos hoje serão menos, trabalham no interior onde de facto é preciso ter coragem para residir, porque o futuro não é certo. Os empregos estão sempre condicionados por três focos, Câmaras Municipais, Santas Casas da Misericórdia e estabelecimentos de ensino e de saúde, pouco mais.

Isto a propósito da coesão territorial, eu não queria deixar de lembrar aos Senhores Deputados, que há bem pouco tempo, foi criado por este Governo uma Unidade Missão para a Valorização e Desenvolvimento do Interior, a responsável demitiu-se passados poucos meses, como sabem apareceram agora, os media têm proclamado isso, gente ilustre na política, na cultura e na economia reuniram-se para salvar o interior, ouviram mais falar neles? Zero, o problema continua.

Sobre o envelhecimento apenas duas questões, não vou falar do envelhecimento biopsicológico que cada um de nós temos e que vamos sofrendo. Não, vou falar do envelhecimento coetivo e o panorama está plasmado nas nossas aldeias e nas nossas cidades, onde quase não se vêem crianças, é um problema muito sério nestes três itens que eu trouxe hoje aqui, coesão territorial, envelhecimento e natalidade.

Neste contexto e porque me chegou às mãos uma informação sobre um estudo de ordenamento territorial, que o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais nos fizeram chegar e que nos dizem, que no nosso concelho e na última década de Censo, se verificou um marcado declínio demográfico na ordem dos 7,6 %, o que corresponde, Senhores Deputados, a cerca de duas mil pessoas, o declínio é progressivo e preocupante, eu até me arrisco a utilizar a palavra angustiante.

Face a este quadro que eu aqui de improviso vos transmiti e defini de uma maneira muito sintética, sinto-me obrigado a colocar umas questões à Senhora Presidente, que é a responsável pelo Executivo camarário, e perguntar-lhe o seguinte:

Se tendo em conta as repetidas promessas do Governo sobre as tantas vezes badalada descentralização, eu gostaria que V.ª Ex.ª, Senhora Presidente, nos informasse sobre as competências já transferidas e atribuídas, quais e quantas? Qual o financiamento e sobretudo, que diligências V.ª Ex.ª já encetou, face ao desejado bom andamento e às melhorias que necessitamos?

Quería perguntar-lhe também, como hoje foi aqui, numa manifestação, a meu ver, com a exuberância própria de quem está preocupado com as eleições que aí veem, uma interrupçãozinha da nossa Assembleia, com a qual eu não estive solidário, mas aceitei-a pacificamente e até, como devem ter reparado, estive presente ao ato, mas temos de o interpretar na sua verdadeira realidade, eu queria perguntar-lhe Senhora Presidente, em relação a este Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, se já tem sede? Quantos funcionários vai ter? Como vão ser contratados?

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Esta minha primeira intervenção é para colocar uma questão ao Exmo. Senhor Presidente da Mesa.

Sr. Presidente, tem conhecimento que o tribunal de contas RECUSOU no dia 4 de junho de 2019, por acórdão e após sujeição, a fiscalização prévia nos termos legais, do VISTO ao “Acordo de regularização de dívida de créditos cedidos”... celebrado com o BPI, SA que esta Assembleia Municipal aprovou na sua Sessão Ordinária de 22 de fevereiro de 2019, após proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal de Mirandela de 14 de fevereiro?

Senhor Presidente da Mesa, tem conhecimento disso?

Se sim, porque não deu conhecimento desta informação a esta Assembleia?

É que, uma deliberação aprovada por esta Assembleia, foi reprovada pelo Tribunal de Contas, no mínimo, esta Assembleia tem que ter conhecimento dos motivos que levaram ao chumbo da nossa deliberação.

Se não teve conhecimento, ainda acho mais grave Senhor Presidente, porque revela da parte do Executivo uma postura pouco Institucional pelo Senhor Presidente, pela Mesa e por esta Assembleia.

O Executivo da Câmara extraí uma Certidão duma Reunião de Câmara que traz aqui para sua votação, cabe a nós todos, a decisão final quanto à sua aprovação ou não, assim sendo:

Achamos absolutamente necessário que a Mesa e por conseguinte esta Assembleia, tenha conhecimento detalhado do que foi feito mal, quais os erros cometidos que levaram ao chumbo do visto do Tribunal de Contas, daquela nossa deliberação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Naturalmente que tomei conhecimento desse chumbo, por parte do Tribunal de Contas. A nossa função na Assembleia Municipal é aprovar ou não aprovar aquilo que o Executivo nos apresenta e acompanhar a boa execução daquilo que é aprovado. Aqui trata-se de um uma proposta que o Tribunal entendeu rejeitar... Conversei com o Executivo para saber qual é a alternativa, e soube que ainda não há uma alternativa, quando isso acontecer, o Executivo vai ter que justificar e vai ter que apresentar essa alternativa.

Eu não tenho resposta para vos dar sobre os motivos do chumbo por parte do Tribunal de Contas, apenas sei que a Câmara vai ter que justificar e ao mesmo tempo que apresentar a solução, porque nós não queremos aqui respostas evasivas, eu disse isso ao Executivo, nós queremos aqui respostas com soluções e a promessa que tenho é que virá a resposta com solução no tempo devido. Não posso acrescentar mais nada, mas tomei conhecimento com certeza.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou intrigado com isto, eu não sabia dessa situação, com toda a minha sinceridade. Eu acho que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se sabia, devia enviar um e-mail aos Senhores Deputados Municipais, a dizer que o Tribunal de Contas, no ponto X da Sessão anterior, que foi chumbado pelo Tribunal de Contas. Estamos aqui a fazer uma lavagem à Câmara, ao Órgão Executivo.

Eu sou frontal e digo aquilo que penso, para mim é uma lavagem ao Órgão Executivo, o Órgão Executivo informava Sua Excelência e Sua Excelência informava os Senhores Deputados Municipais deste chumbo, eu acho que era esse o dever do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixe-me acrescentar que estamos a falar de uma situação muito recente..., o meu conhecimento tem poucos dias, de qualquer modo eu recalco, a nossa função na Assembleia Municipal não é avaliar aquilo que o Tribunal de Contas chumba ou deixa de chumbar, é a forma como o Executivo cumpre ou deixa de cumprir, neste momento o executivo não está a cumprir porque não o pode fazer, pois o assunto não passou no Tribunal de Contas e há-de apresentar a solução. De qualquer maneira, naturalmente que sim, que eu teria esse cuidado e o Senhor sabe que eu tenho normalmente o cuidado de responder às coisas, se em tempo devido tivesse tido conhecimento tê-lo-ia feito, mas o próprio Executivo penso que também não teve tanto tempo assim para analisar a questão, porque ela é muito recente.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes da minha intervenção queria saudar o colega *Faustino da Cunha*, que ainda não tive oportunidade de saudar a vinda dele para a Assembleia, prestar a minha solidariedade ao colega de Frechas e também a minha solidariedade ao colega de Mascarenhas, que é bom vê-lo novamente na Assembleia Municipal, de boa saúde, obrigada pela tua companhia.

“No dia 06 de junho de 2019. A Freguesia a que tenho a honra de presidir, foi distinguida novamente com uma Eco-Freguesia XXI de Portugal.

Somos uma entre 52 freguesias que a Associação Azul da Europa (ABAE) distinguiu pelas boas práticas, em conformidade com a visão e missão que as Nações Unidas defendem, como práticas de sustentabilidade.

A Freguesia de Cedães, assume um compromisso de trabalhar de forma continuada, no sentido do incremento da sustentabilidade ambiental, social e económica do território e da qualidade de vida das pessoas que nele habitam, trabalham e visitam.

Esta classificação tem como base 10 indicadores, que vão desde:

1. Mobilização, capacitação e educação para a sustentabilidade, onde é tido em conta:
 - a. Ações de sensibilização dirigidas aos colaboradores da Junta;

- b. Ações dirigidas à população em geral;
- c. Eco escolas que infelizmente não podemos valorizar.
2. Gestão ambiental em que:
 - a. Avaliação dos consumos de energia em edifícios e delegações;
 - b. Consumos de água;
 - c. Recolha de resíduos;
3. Mobilidade e Transporte:
 - a. Avalia os transportes públicos;
 - b. Mobilidade inclusiva;
 - c. Medidas para a mobilidade sustentável;
4. Equipamentos e espaços públicos onde se:
 - a. Classifica a higiene e limpeza urbana;
 - b. Manutenção e valorização dos equipamentos e praças públicas;
 - c. Intervenção no mobiliário urbano;
 - d. Monitorização de limpeza e manutenção dos espaços públicos.
5. Biodiversidade e espaços verdes onde se identifica:
 - a. Espécies invasoras;
 - b. Hortas urbanas comunitárias;
 - c. Conservação de linhas de água/floresta/biodiversidade local.
6. Informação e participação pública:
 - a. Avalia a disponibilidade da informação;
 - b. Promoção e divulgação da participação pública;
 - c. Plataformas virtuais e interatividade.
7. Serviços da proximidade:
 - a. Serviços disponibilizados à população;
 - b. Serviço porta a porta;
 - c. Serviços de apoio a famílias, jovens e idosos;
 - d. Outros serviços.
8. Animação sociocultural:
 - a. Ações socioculturais organizadas e apoiadas pela Freguesia.
9. Promoção para economia local:
 - a. Ações na área da promoção do emprego;
 - b. Ações de apoio ao empreendedorismo;
 - c. Promoção do comércio local;
 - d. Marketing territorial;
 - e. Promoção turística.
10. Visão no desenvolvimento:
 - a. Projetos e ações para o futuro.

Mas temos ainda um longo caminho a percorrer, mas o desafio não nos demove.

Iniciou no dia 07 de junho de 2019 o novo desafio, tendo em vista a terceira edição.

Deixo aqui o desafio às Freguesias do nosso concelho, no sentido de aderirem a este projeto e valorizarem as suas atividades riquíssimas que desenvolvem durante o ano.

O concelho sai a ganhar com estas distinções diferenciadoras e temos orgulho em fazer parte desse grupo.

Uma nota negativa terei de deixar deste processo.

Não tivemos ecos por parte dos Órgãos Autárquicos do nosso concelho sobre este galardão.

Nem um reconhecimento, nem uma publicidade no site da Câmara Municipal de Mirandela, nem sequer uma referência no Boletim Municipal da Autarquia.

Com toda a certeza derivado a um problema informático, pois de outra forma não se pode aceitar.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a presença da Dr.^a *Cristina Guimarães* Vice-Presidente da CCDR-N, que está aqui connosco por causa de um ponto que consta da Ordem do Dia e também agradeço a presença da Arq.^a *Gabriela Coutinho* da Empresa que está a fazer a Adaptação da Revisão do PDM de Mirandela.

[Handwritten initials and marks]

Quero fazer um esclarecimento sobre o ataque informático que a Câmara Municipal de Mirandela sofreu no passado sábado, este tipo de ataques tem acontecido em Ministérios e muitas empresas, por ações que estão a decorrer e que atacam os nossos ficheiros, que ficam encriptados e depois é feito um pedido de resgate para se conseguir reaver a informação encriptada.

Tivemos e estamos a ter ainda graves problemas, porque todas as nossas bases de dados estão nesses ficheiros e como sabem os nossos servidores estão há cinco anos na Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana. Foi uma decisão do anterior Executivo e temos toda a documentação e base informática nesses servidores. A Câmara de Vila Flor já foi alvo de um ataque informático, não tão grave como o nosso, estes piratas informáticos pedem dinheiro para fornecer a chave de descriptação dos dados, mas a Câmara Municipal de Mirandela decidiu recorrer ao trabalho de uma empresa para fazer esta recuperação e já contactámos a Polícia Judiciária, que está a tomar conta desta ocorrência, uma vez que são situações muito graves, mas mesmo assim estamos certo que vamos conseguir resolver esta situação durante o dia de hoje.

Temos algumas áreas mais complicadas, tais como o atendimento, o urbanismo, serviço de águas, faturação, a Câmara Municipal está a fazer os registos manualmente e após estar resolvido o problema todos os registos serão carregados no sistema.

Quero também lamentar o acidente de trator que ocorreu no Franco, temos todos nós de fazer um esforço para ações de sensibilização. Já foi feito muito nesta área, mas há ainda muito para se fazer quanto à segurança no manuseamento dos tratores. O que é certo é que continua a morrer gente jovem, pessoas na idade ativa, com família e que nós deixa a todos mais pobres.

Julgo que temos de fazer uma reflexão sobre estes acidentes, porque anualmente não conseguimos fazer descer o número de pessoas que morrem em acidentes de trator no concelho, no distrito e nas zonas mais rurais. Esta é uma preocupação com a segurança e com as pessoas e não posso deixar de lamentar, já tinha previsto fazê-lo nesta fase, mas o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa acabou por referir este lamentável acidente e refiro-o aqui também.

Quero agradecer a todos o que foi dito e o que foi questionado, espero conseguir responder a todos, ainda que de forma resumida.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* e à sua intervenção, a qual diz: “infelizmente o ato mais significativo e político que aconteceu aqui hoje, ...foi um Presidente de Junta, eleito nas listas do PS, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, passar para a Bancada dos Independentes...”, não acho que seja infelizmente. Infelizmente seria que algum de nós não estivesse aqui hoje, infelizmente seria se houvesse uma situação grave com cada um de nós, felizmente estamos aqui todos, espero que estejamos aqui durante muito tempo e dizer-lhe que o ato significativo de hoje, na minha opinião, é a Assembleia Municipal e é a possibilidade de todos os Membros da Assembleia Municipal fazerem renúncia de mandato, passarem para a Bancada dos Independentes, haver mobilidade, porque isso é que é democracia.

Nesse sentido, relativamente à mobilidade não acho que seja preocupante, porque acho que o Senhor Presidente da Junta de Frechas, desempenhou até hoje a representação das suas populações, vai continuar a desempenhar e a Câmara Municipal, o Executivo e os restantes Membros desta Assembleia farão o trabalho como fizeram até agora.

Esta Câmara Municipal tem tido, ao longo destes 18 meses, a preocupação de ser igualitária e equitativa para com todos os Presidentes de Junta e Uniões, estejam em que Bancada estiverem, sejam partidários ou apartidários e estejam em que posição política que estiverem, e por isso, em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, dizer-lhe que pode contar com a Câmara Municipal, como todos os outros que foram eleitos pelo PSD, pelo PS e como Independentes, para resolver de forma faseada e de forma assertiva, todos os problemas das populações.

Como sabe, quer os Presidentes de Junta, quer o Executivo quando são eleitos devem manter-se apartidários e não sofrer de algum mal que outros Executivos tiveram, de fazer a distinção entre Presidente de Junta eleitos por qualquer outra força partidária, eram ostracizados perante o Executivo Municipal. Isto não se passa hoje, podem até considerar que isto é um ato de irreverência, é um ato de aborrecimento, existem obviamente problemas, problemas internos de Juntas de Freguesia, quando lidamos com pessoas, lidamos com problemas e quando lidamos com problemas temos de ter soluções. E por isso, dizer-vos que, na minha opinião e naquilo que me parece ser, trata-se de uma opinião livre, de uma atitude responsável e tem todo o meu respeito, como têm todos os outros Senhores Presidentes de Junta que se mantêm ou que solicitam mobilidade.

Como amigo, o *José Carlos* acabará por ser um Presidente de Junta como foi até aqui, espero, sinceramente que as coisas continuem a correr bem e deixo-vos mais um alerta, a Junta de Freguesia de Frechas tem como anexa o Cachão e como sabem o Cachão sempre foi uma prioridade política para Mirandela e para este Executivo, Frechas foi a Freguesia onde se investiu mais dinheiro de Fundos Comunitários do Governo, que também por acaso é do PS e por isso dizer-vos que, sendo o Cachão esta prioridade e tendo obtido um investimento de cerca de 300 mil euros, vamos continuar a lutar pelo Cachão, vamos continuar a lutar por este desígnio que é um Complexo Agroindustrial que ficou abandonado nos últimos anos e se transformou numa lixeira ao ar livre, não é pelo Senhor Presidente de Junta ser de um Partido ou ser Independente, que vai deixar de ter o apoio deste Executivo e certamente do Governo do país.

Relativamente à questão da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, relativamente à oferta formativa do ano 2019/2020, o Pré-escolar teve cinco salas, uma sala a mais que no ano anterior, mantendo Frechas, Passos, Avidagos, Romeu e Pereira. O Primeiro Ciclo mantivemos a rede de 2018/2019, até ao 12.º ano, a oferta formativa foi feita a concertação da rede profissional para o ano letivo 2019/2020, com a Dgeste, o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Mirandela e temos vários cursos, Técnico de Informática, Auxiliar de Saúde, Qualidade Alimentar, Turismo, Cozinha, Agropecuária e Música.

Quanto ao ensino superior, a EsAct foi o ano letivo em que teve mais alunos, teve 1600 alunos, o total de alunos a estudar no concelho de Mirandela são neste momento de 5 mil alunos.

O PIICIE – Plano Inovador e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, que iniciou funções no dia 01 de abril de 2019, temos um Relatório que podemos enviar à Senhora Deputada, no entanto, estão a ser criados instrumentos de registo, formação em temáticas dos projetos, trabalhar em parceria com o Instituto Português da Juventude, com o Orçamento Participativo Jovem 2019, preparou e dinamizou a sessão de experimentação de projetos, elaborou os planos anuais de atividades destes projetos a serem apresentados ao Município e ao Agrupamento de Escolas, recebeu a capacitação do Programa Mentor, pela Universidade do Minho, Professor Doutor *Pedro Rosário* e tem estado presente em encontros, seminários e workshops.

Está a delinear também um projeto muito interessante, para os Campos de Férias do natal, verão e páscoa, do Município com o objetivo de dar respostas aos alunos durante as pausas letivas, dinamizando um conjunto de atividades, na área do desporto, cultura,

[Handwritten initials and marks]

potenciando competências sociais e culturais, nomeadamente, ao nível da intervenção cívica, regras sociais de vivência em sociedade.

Quanto à questão que colocou o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, é uma questão que toca a todos, o novo mapa das Freguesias que foi aprovado, não foi na altura consensual, não respeitou a vontade das populações, certamente que todos gostariam de voltar a ter a sua Junta de Freguesia pela proximidade que têm, é um processo nacional, um processo que decorre na Assembleia da República, eu própria tenho uma opinião sobre isso, eu acho que o processo foi desenhado um pouco a “régua e esquadro”, sem atender à proximidade, à relação intercultural e sem ouvir as populações.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, agradecer esta questão, é uma questão pertinente uma vez que estamos a falar de saúde pública, vamos rever o horário de verão, no entanto as situações de vandalismo durante a noite são muitas, é uma questão de proteger o património de todos, porque são normalmente espaços utilizados para situações mais complicadas, que sofrem vandalismos sérios durante a noite. Aquilo que podemos fazer é ter um horário de encerramento mais prolongado, pois a abertura total durante a noite leva a situações muito complicadas, são locais normalmente pouco frequentados e poderá existir focos de violência e outras situações menos lícitas naqueles espaços, por isso nós encerramos relativamente cedo durante o inverno, durante o verão iremos encerrar mais tarde.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada *Eduarda Neiva*, em relação à obra da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, a obra tem duas fases, só a primeira fase é que está concluída, ou seja, nunca houve concurso para a segunda fase e a única situação que foi alterada relativamente ao projeto inicial, foi o corte das árvores junto ao rio, estava previsto esse corte e foi suspenso. De resto, não houve qualquer alteração, para além das casas de banho, existia também um projeto na Casa de Apoio ao Peregrino, restaurantes, museus, todas essas outras valências que não foram a concurso. As casas de banho são indispensáveis e devem estar incluídas nesta segunda fase, vamos ver para quando e como é que vamos fazer.

Deixo-vos já o convite, porque vai haver a inauguração no dia 27 de julho, com a presença do Senhor Bispo, a Confraria em conjunto com a Câmara Municipal de Mirandela estão a fazer os preparativos, o espaço ficou muito bonito, vai ser uma área muito visitada com toda a certeza, fica aqui o convite endereçado a todos vós.

Quanto ao que foi dito pela Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, a estrada de acesso à Zona Industrial tem-se degradado ao longo dos últimos anos, nunca foi intervencionada, temos, como todos sabem um projeto de expansão da Zona Industrial, esta obra vai obrigar à passagem de muitos camiões para a construção da expansão, está previsto que o alcatrão seja reposto depois das obras terminadas.

Relativamente à União de Freguesias de Franco e Vila Boa, é verdade que foi opção da Resíduos do Nordeste ou também da população do Franco, juntar os contentores do lixo todos no mesmo local, julgo que até é a única Freguesia onde isso acontece, porque normalmente os contentores estão espalhados pela própria Freguesia, ali decidiu-se concentrar por uma questão de ser mais acessível. É um local que muitas vezes está sujo, pode fazer-se uma ação de sensibilização, mas o que é certo é que, principalmente no verão, é uma situação insustentável. Esta gestão está a ser feita pela empresa Resíduos do Nordeste, tudo aquilo que decidirmos fazer, como desconcentrar um pouco os contentores ou outros planos, terá de ser feito sempre em conjunto com a União de Freguesias e a Resíduos do Nordeste. Deve ser um plano concertado entre a população, União de Freguesias, Câmara Municipal e Resíduos do Nordeste.

Em relação aos ecopontos, estão a ser distribuídos novos ecopontos para diversos locais, é uma necessidade que muitas populações referem a quando das nossas visitas.

Falou também no piso estragado do polivalente, é uma situação que vamos ter de avaliar em conjunto com a União de Freguesias de Franco e Vila Boa, para ver que tipo de requalificação pode ser feita.

Relativamente ao que foi dito pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, quando fala de um país miserável, e que Portugal é um país corrupto, em relação a isto eu não considero, como já disse em outras Assembleias Municipais, que Portugal seja um país miserável, Portugal, como todos os países, tem situações miseráveis, pessoas que vivem em situações de fome, pessoas que vivem em situação de degradação moral e social. Em relação à corrupção temos situações de corrupção que todos conhecemos e que todos lamentámos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, quando falou dos nascimentos, todos os mirandelenses que nasçam são bem acolhidos, esperamos que nasçam muitos e que nasçam com a visão que queremos para Mirandela, que é ter mais jovens, mais crianças e que sejam felizes por cá.

Relativamente a todas as iniciativas, o Dia do Município, o “Panela velha é que faz comida boa”, o PalavrArte – Festival Literário e Feira do Livro de Mirandela, entre outras, quero felicitar todos os colaboradores da Câmara Municipal e todos das Juntas de Freguesia que estiveram envolvidos e aqueles que não puderam estar, certamente haverá outras iniciativas para poderem estar.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, relativamente à Convocatória, segundo sabe tivemos um grupo de trabalho da Câmara Municipal a gerir o processo eleitoral, todas esses colaboradores que estiveram envolvidos, tiveram de fazer cumprir a Lei, fizeram o que tinham de ser feito e nesse sentido não me compete fazer avaliações do trabalho que foi feito, nem do que foi feito pela Comissão Nacional de Eleições. Sei que em relação a esta questão, foram designados os membros depois de convocar os vários partidos políticos e é só o que tenho a dizer.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Manuel Pavão*, agradeço as questões levantadas, de facto Mirandela e o concelho de Mirandela passou de 40 habitantes/km² em 2001, para 36 habitantes/Km², existe um êxodo rural para sede de Freguesias, diminuição de 1900 pessoas entre 2011 e 2017, são os últimos dados apurados.

Tendo em conta a natalidade e a coesão territorial, há um longo caminho a percorrer, não podem ser medidas pontuais e não-alinhadas com uma estratégia, tem de ser uma estratégia nacional, como sabem o “barco” está inclinado para o litoral, nós no interior precisamos de mais pessoas e temos de ter ações de atratividade. Todos sabemos que sem emprego, sem pessoas não há serviços, isto é um ciclo vicioso, como tenho dito várias vezes aqui, por isso tem de haver uma estratégia nacional, tem de haver uma união de todo o país para que isto possa acontecer em Portugal, também existem outros países na Europa, que estão com o mesmo problema, a desertificação em meios rurais e acho que Portugal tem dado alguns passos, no sentido de termos um país mais harmonioso em termos populacionais, mas dificilmente voltaremos a ter os valores que tínhamos há uns anos atrás, a não ser que

haja políticas de impacto relevante na criação de empresas, emprego, porque qualidade de vida nós temos, precisamos é de criar emprego. Uma forma direta de atrair empresas é a discriminação positiva nos impostos.

Relativamente à descentralização, vamos votar aqui hoje algumas competências, está previsto que as competências na área da Educação seja aceite no ano letivo 2020/2021.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, não sei se tem conhecimento, mas em 2015, quando existiu este Acordo de Dívida, nem sequer foi pedido visto ao Tribunal de Contas. Estamos a falar de uma contração de empréstimo de médio/longo prazo para a aplicação na liquidação antecipada do Acordo de pagamento, que este Executivo pensou que iria fazer um Acordo de Dívida com as Águas do Norte, que foi cedida em 2015 ao BPI e nós pensávamos poder ser feita através da Lei n.º 5/2019, que foi a Lei que permitiu este Acordo com as Águas do Norte, que foi aprovado aqui na Assembleia Municipal e não, tem de ser feito através da Lei n.º 73/2013.

Em setembro vamos trazer este assunto à Assembleia Municipal para discussão e aprovação, com a apresentação de toda a documentação e argumentação de reprovação do Tribunal de Contas, estamos na abertura do procedimento, este Acordo de Dívida permite que a Câmara Municipal em vez de pagar cerca de 1 milhão de euros no prazo de um ano, podemos pagar no prazo de dez anos. Não vejo que este assunto traga satisfação para a Bancada do PSD, é uma situação meramente de aprovação ou não aprovação pelo Tribunal de Contas, são dívidas que já existiam, já houve a possibilidade de fazermos um Acordo com as Águas do Norte, que foi aprovado na Assembleia Municipal, para pagamento de 2 milhões de euros de dívidas, através do BEI e agora tínhamos esta sessão de créditos para o BPI, que tem de ser feito pela Lei n.º 73/2013 e não pela Lei n.º 5/2019.

Não vejo que esta seja uma situação que possa trazer alguns dividendos político-partidários neste Assembleia Municipal, mas respeito a situação de que falou.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins, relativamente à Eco Freguesia XXI de Portugal, as práticas de sustentabilidade ambiental, social e económica, tenho acompanhado este Projeto, acho que é um projeto muito interessante, Cedães tem estado na linha da frente desta gestão ambiental de sustentabilidade ambiental, social e económica. Dar os parabéns a todo o Executivo da Junta de Freguesia e também aos moradores da Freguesia e dizer-lhe que só por lapso é que não constou da Newsletter, não sei se foi ou não enviada a informação para a Comunicação da Câmara Municipal, mas irei verificar e será noticiado no site do Município e nas redes sociais. Quero novamente felicitar as populações da Freguesia de Cedães como Eco Freguesia.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu olho para aqui e penso: Quem é a Câmara? A Câmara são os que estão aí em cima, não são? Porque é que a Senhora Presidente fala sempre na Câmara de 2014, 2015, 2016? A Câmara são vocês, não falem nisso, isso é tipo PS, V.ª Ex.ª tem de se preocupar é em resolver os problemas dos mirandelenses e não falar constantemente dos outros do passado.

E quanto à corrupção, Senhora Presidente, há muita corrupção dentro do seu Partido, estou eu a dizer, dentro do seu Partido e dentro do meu Partido, percebe isso? Parece que não percebe. Anda La Seda a limpar os partidos com quê? La Seda da *Elisa Ferreira Torres*, la Seda é andar a quê? A lavar?! Isso nem tem objetividade política, para estar a falar disso, devia pensar era no outros que já não estão cá, isso é que devia pensar.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para dizer que não me parece mesmo nada próprio que depois da Senhora Presidente ter feito as explicações que tinha de fazer, vir, qualquer Deputado, seja eu, seja o Senhor Deputado *António Figueiredo*, aqui com este tipo de alocações.

Não me parece adequado, o ponto já terminou, vamos avançar, é isto que nos desgasta a todos, acho que é tempo de por termo a este tipo de interpelações.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Ponto ainda não terminou. Está armado ao “pingarelho”.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, mas não admito este tipo de tom insultuoso à minha pessoa, “armado ao pingarelho”! Mas isto é linguagem que se utilize aqui?!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixem-me clarificar e agradeço que haja ordem e educação.

Senhor Deputado *Agostinho Beça*, aqui não existe o Protocolo de o último a falar ser a Senhora Presidente, o último a falar é, quem tiver de dizer alguma coisa e quem a Mesa determinar que assim seja. Agradeço que não volte a fazer esse tipo de observações.

Em relação ao falar do passado, eu já aqui referi, em tempo devido, não deveremos nunca nesta Assembleia nem acusar o passado como acontece por parte do Executivo, nem defender o passado como acontece por parte da Oposição..., acho que é tempo de acabarmos com isso, agora fazer alusões a contas, foi só isso que eu entendi como Mesa, são contas que advêm do passado e são reais, não estamos a culpar ninguém, são contas que transitaram e arranjar uma solução de pagamento fracionado mais favorável ao Executivo, não me parece nada demais.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente faz acusações repetidas, em que o anterior Executivo hostilizava os Presidentes de Junta que eram eleitos na Oposição. Senhora Presidente, isto é uma acusação grave. Estão aqui vários Presidentes que foram eleitos, não nas listas do PSD nos anteriores Executivos, pergunto aos Senhores Presidentes de Junta se alguma vez, por anteriores Executivos foram hostilizados, ou se se sentiram diferenciados em relação a outros?

----- O Senhor Município *ANTÓNIO MADUREIRA* disse:

Estou aqui eu, fui discriminado durante quatro anos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Porque isto é uma acusação grave, é uma acusação política, muito grave.

Também quero aqui deixar uma palavra de apreço e de simpatia para com a Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, até porque fez hoje a sua primeira intervenção, normalmente nesta Assembleia costuma sinalizar os Senhores Deputados que fazem a sua primeira intervenção a da forma como a fez, tão sucinta e direta, que a Senhora Presidente podia e muito bem, utilizar a sua estratégia e a sua capacidade de síntese, porque normalmente a Senhora Presidente quando usa da palavra, é mais que um Comício Político e daí resultam atas com 60 ou mais páginas.

Senhora Presidente, houve um Presidente de Junta da Bancada do PS, que se deslocalizou para outra Bancada, é coisa pouca!

Para nós não. E aqui é que está a diferença em relação ao PSD, é que nós precisamos de todos vós, precisamos da vossa capacidade política, revemo-nos na vossa atuação e se porventura isso algum dia acontecer, iremos ficar tristes, por tudo o que partilhámos politicamente e por tudo o que a minha Bancada aprendeu convosco, ao longo destes anos. Não é assim tão leviano, mudar um Presidente de Junta de uma Bancada para outra, é coisa simples no Executivo da Câmara Municipal, é coisa simples na Assembleia Municipal e será certamente coisa simples quando porventura nos debates políticos do PS, porque também é coisa simples.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Este é um tema partidário, para se discutir nas lides partidárias, tirem as ilações que entenderem, não para debatermos aqui como interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era só para deixar muito claro e manifestar aqui o meu desacordo pelo decurso dos trabalhos desta Assembleia, o tom tonitrante, irascível, muito próximo da desordem, não faz parte de meu tipo de permanência, nem de estar nesta Assembleia, mas uma vez que aqui foi dito, em voz alta, que houve tratamento desleal de um Executivo para um Presidente da Junta de Freguesia, eu sugiro à Mesa que crie uma Comissão de Inquérito, para avaliar onde esteve, como foi plasmada, como foi visível a deslealdade do Executivo junto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, para que isso possa servir de exemplo para os demais, para o futuro que aí vem.

Espero que aceitem a minha sugestão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É uma sugestão que eu não estou a entender.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, julgo que ela é regimental, não tenho agora bem certo, mas é consultar o Regimento, uma Comissão de Inquérito, como as demais Comissões, é um contributo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, o Senhor conhece o Regimento?

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não o sei de cor, Senhor Presidente, mas admito que se no Regimento não o tem, é uma falta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É bom que o leia, para fazermos uma análise mais profunda sobre isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, não se mostre desagradado porque a minha intervenção é um contributo, nem sequer é uma crítica, é um contributo e os contributos agradecem-se, entre gente de bem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

[Handwritten initials and marks]

Senhor Deputado, eu volto a referir que tem o Regimento consigo e que o Regimento, entre outras coisas, diz que devemos estar presentes quando somos Deputados, não ter mais faltas do que presenças, que devemos estar cá dentro a debater os problemas e não lá fora... o Senhor parece que desconhece isso e de vez em quando vem com questões meramente partidárias.

Nesse sentido, eu não lhe posso ter em consideração a sua questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para manifestar profundo desagrado, nunca em nenhuma Assembleia e já são uns anos nisto, usei semelhante linguagem para nenhum Deputado, muito menos para o Senhor Deputado *António Figueiredo*.

Que fique em ata, o meu profundo desagrado, pela forma como é permitido que ele me insulte desta maneira e eu é que sou repreendido porque terei dito alguma coisa que não seria tão própria assim. Não me parece que tenha sido esse o meu comportamento, não vou falar mais no assunto, mantenho a ideia de que quanto a este ponto já está mais que terminada a discussão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Deputados.

Terminou, foram os dois incorretos, agradeço que tomem no futuro uma atitude diferente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, como sabe o passado faz parte do presente e é impossível prestar contas sem falar do passado, porque as contas transitam de uns anos para os outros, se estamos a falar de uma cessão de créditos de 2015 que foram cedidos ao BPI, teremos de falar no passado, estamos a falar de contas objetivas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, agradeço o facto de voltar a falar das acusações repetidas, que hostilizava. Aquilo que lhe posso dizer é que estive aqui quatro anos como Vereadora da Oposição e o silêncio reinava, existiam alguns condicionantes.

Em relação a tudo o que diz respeito à nossa forma de estar política, em nada tem a ver com esta hostilidade, com esta forma de fazer política e por isso quando falamos em liberdade e vivemos os valores da liberdade, não é de forma nenhuma para irritar o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é antes pelo contrário, é respeitarmo-nos, é respeitar o que cada um pensa sobre a vida, sobre a vida política e cada um tomar as decisões que quer e nesse sentido, essas decisões fazem parte da vida política, fazem parte da vida nacional e fazem parte da vida local. Temos vários Deputados da Assembleia da República que passam à condição de Independentes, não acho que isso seja motivo de festa para os da Oposição, nem que seja um tormento para os que estão no "Poder", até porque a forma como exercemos o poder também nos faz ser mais sensíveis aos outros, respeitar todas as posições dos outros.

E por isso, certamente que o Senhor Presidente de Junta saberá as opções que tomou e vai ser respeitado como tal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Manuel Pavão*, dizer-lhe que certamente a Mesa da Assembleia Municipal tratará dessa Comissão de Inquérito, não me parece de todo injusto fazê-la, mas para já não me sei pronunciar sobre isso.

Julgo que estas Assembleias têm melhorado significativamente ao longo dos últimos tempos, com a exceção de hoje, a forma como as pessoas falam e abordam as questões, a agressividade das palavras, o tom crispado não engrandece ninguém, nem o debate político, nem a forma como as pessoas se posicionam, falar alto não é certamente forma de ter razão e tratar mal os outros muito menos. Esta agressividade não é boa para esta Assembleia, não é boa para o Executivo, não é boa para cada um de nós e por isso eu julgo que cada um deve fazer esta reflexão, isto são Sessões que não trazem um debate político assertivo, um debate político em que nós possamos ser melhores, fazem-se insultos e as pessoas já se sentem mal em vir para estas Sessões.

Muitas vezes até me envergonho da forma como se tratam uns aos outros, não haver respeito parece-me intolerável e uma forma agressiva de fazer as Sessões da Assembleia que dão pouca dignidade às mesmas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Esta é uma avaliação que a Mesa deve fazer e que deve resolver, não o Executivo...

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era só para manifestar aqui algum desconforto, de estarmos a utilizar esta Assembleia para estarmos a fazer manobras delatórias, estamos aqui a fazer um debate partidário e não político, ou seja, eu começo a depreender que há algum nervosismo na Bancada do PSD porque estão abertas as listas agora para Deputados para a Assembleia da República e provavelmente vocês estão-se a por em "bicos de pés" que é para verem se são chamados, é a única coisa que eu posso perceber destes comportamentos.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

[Handwritten initials and marks]

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de iniciar a minha intervenção, queria pedir desculpa porque como entrei um pouco atrasado, eventualmente poderia ter-me inscrito no ponto anterior, ainda antes de entrar na análise, gostava de acrescentar aos neófitos que foram referidos pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça*, o *Guilherme*, a *Benedita* e o *Tomé*, gostava de acrescentar a minha neta *Maria*, que também é transmontana e eventualmente fará parte da mesma turma, outra e outros, mas a minha neta é um carinho especial que me liga a Trás-os-Montes.

Gostava também de dizer o seguinte e presumo que será a última vez que vou falar neste tema, quando estou a analisar a Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, noto que há uma grande densidade de atividades importantes e com relação com aspetos que eu considero absolutamente fundamentais da vida do nosso concelho e estou a falar da cultura, do turismo, da saúde, da educação, juventude, idosos, na qual me revejo, porque para além de ser idoso, estou ligado à Universidade Sénior e temos a partir de agora um novo espaço que é a Escola do Pinheiro, depois temos o desporto, a ação social, a proteção civil, etc.

Temos aqui um conjunto muito grande de atividades, que eu acho motivadores, importantes e que são de uma cidade dinâmica e ativa, como acho que já eram no executivo anterior, há uma boa continuidade de práticas importantes para nós todos, mas há um pormenor ou outro, por exemplo, se nós consideramos esta Informação a partir do dia 26 de abril de 2019, o elencar destas atividades, há aqui uma atividade que é anterior, que é o “Serrar da Belha” em Vale de Telhas, quando li isto lembrei-me e tive pena, porque uns dias antes houve uma atividade em Vale de Asnes, no mesmo contexto, que tive pena de não ver aqui plasmado.

Vamos ao objeto da minha intervenção, uma cidade com esta dinâmica, na minha opinião e naquilo que foi a minha proposta e que também já foi feita no Executivo anterior e que passou para este, e que não teve nenhuma visibilidade, ou muito pouca visibilidade, eu queria dizer que considero que em todos estes contextos e na ligação destes contextos que referi e que são importantíssimos, que se ligam com outros que são prementes do mundo atual, como por exemplo, a “Água e a Comida Segura”, a transparência e a corrupção de que tanto se fala, a pobreza, a desigualdade, os conflitos gerais, estes problemas todos climáticos, proteções de dados, todo este mundo é também fundamental que tenha uma visibilidade muito grande, naquilo que é a preocupação com a nossa cidade.

Mas, eu continuo a achar que há um suporte de ligação de tudo isto, que faz falta a Mirandela, de que eu sou defensor e de que já falei várias vezes, que é a Cidade Educadora. Quando eu falo da Cidade Educadora, acho que todos estes contextos que estão inseridos nas Informações da Senhora Presidente e os que não estão desta vez, mas que poderão estar de outras, estariam muito mais confortáveis se tivéssemos como base uma Cidade Educadora, uma cidade onde nós gostássemos de viver como gostamos, mas conhecêssemos muito melhor as suas particularidades.

Isso é importante porque também se reflete em alguns aspetos que foram já ditos aqui, nesta Assembleia, porque eu continuo a considerar que este contexto, educação e cultura em que nós estamos todos inseridos, assim como, o facto de sermos transmontanos, que eu retiro à corrupção que foi falada aqui anteriormente, porque continuo a colocar Mirandela ao lado dessa corrupção, considero que quando temos gosto em ser transmontanos, dizermos que temos honra e orgulho de sermos transmontanos, estamos a trabalhar contextos próprios de uma educação, de uma cultura, de uma mentalidade e que tem a ver com uma forma de construir civismo, dignidade, cidadania, porque em política e já que falo de política, não posso deixar de dizer uma frase: No campo político, se tivermos em consideração estes aspetos, no campo político seremos capazes de corrigir erros e conjugar correntes democráticas, que era uma coisa que gostava imenso que acontecesse.

Uma Cidade Educadora, com esta dinâmica que está implícita neste contexto e que eu tenho pena que não seja implementado, faz-nos... eu vou ler aqui só uma passagem, que não me preocupa nada se nós tivermos uma Mirandela com a complementaridade da cidade que eu achava que deveria ser, que era fácil implementar e gratuita.

Gostava de dizer o seguinte, na rádio há dois ou três dias foi lido este texto: “Mirandela não tem Pelourinho, este é um caso à parte, Mirandela foi considerada durante muito tempo couto de homiziados, como era necessário povoar, foram enviadas para lá as prostitutas, os foragidos da justiça que, para não ficarem pessoas em Lisboa, eram enviados para lá com a família, davam-lhes terra para trabalharem e não podiam sair de lá. Teve Forais, uma Administração, mas nunca lhe deram o símbolo do poder, que era o Pelourinho.”

Temos aqui um conjunto de erros extremamente significativos, de que uma sociedade educadora se ri, porque é educada e sabe, porque nós e só a título de curiosidade, eu se perguntar quantas pessoas nesta Assembleia sabem, por exemplo e isto que eu vou dizer está relacionado com um nome extremamente importante na história de Mirandela e eu estou a falar de uma época muito importante, porque Mirandela veio de São Martinho para São Miguel e neste contexto há uma ligação notável e que tem um nome, aqui no monte de Mirandela, qual é o nome do monte que fica entre o Rio Tua e a Ribeira de Carvalhais, onde está aquilo a que nós chamamos a Quinta do Canal e que vai até à Quinta Branca, como se chama este monte? Quantas pessoas sabem e está aqui mesmo ao nosso lado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Quero aproveitar para fazer uma chamada de atenção, em relação ao que tem sido tradição nesta Assembleia referente a este Ponto, à Informação da Senhora Presidente..., eu acho que debatemos aqui imensas coisas importantes, todas são importantes, mas quando se trata da Informação da Senhora Presidente, é-nos apresentado aquilo que foi o trabalho no decurso entre uma Sessão e a outra e praticamente não há ninguém a intervir nestes pontos.

Eu acho que, nós Assembleia, devíamos fazer uma apreciação, uma avaliação a este trabalho..., o que seria desejável é que de parte a parte, todas as Bancadas fizessem essa avaliação de forma vertical, frontal e com verdade, mas à falta disso eu até já ia mais longe, eu até já admitiria que a Bancada do PS elogiasse os trabalhos do Executivo e que as Bancadas da Oposição criticassem..., mas nem isso acontece.

[Handwritten initials and marks]

Pedia-vos para fazerem esta análise, porque isso realmente é importante, esse sim é um parecer político que faz parte da Assembleia.

Permito-me eu hoje fazer uma breve análise ao documento..., temos aqui uma série de folhas e eu tenho de dizer que não aceito muito bem que entre as atividades relevantes desenvolvidas pelo Executivo surjam: “Presença na Feira da Cereja, Presença na Feira do Vinho, participação na 2.ª reunião ..., etc”, quando para mim o que é relevante é a representação do Município aqui ou ali, ou eventualmente o apoio dado a alguns eventos, quanto a isto eu dou uma nota negativa, estou a falar de uma forma frontal e não é ser desagradável, é a verdade, é aquilo que eu penso e pode vir a ser corrigido nessa Informação.

Há outros assuntos que acho que são positivos, embora com algumas pequenas referências que não posso deixar passar. Tivemos em Mirandela uma Semana Cultural, que temos de aceitar foi extraordinária... e não me venham dizer que isso é só política, isso nem sequer dá votos..., eu tenho de agradecer à Senhora Vice-Presidente *Vera Preto*, principal responsável pelo evento, em especial o Encontro de Escritores Transmontanos, que foi digno de nota. Extraordinário e muito participado. Acho no entanto que deviam envolver a classe política mais relevante da cidade, ou do concelho, que são os Senhores Deputados Municipais nestes eventos, deviam convidá-los... pois isso tem passado um pouco ao lado, de qualquer modo foi um bom trabalho, não é um trabalho partidário, foi um trabalho para a comunidade e bem desenvolvido.

Quero também falar das distinções que foram atribuídas..., entendo que foi um momento extremamente importante para o concelho de Mirandela. No passado a então Vereadora *Júlia Rodrigues* propôs distinções e muito bem, agora os Vereadores da Oposição propuseram uma distinção e também muitíssimo bem, tal como as demais distinções agora apresentadas pelo Executivo e que devemos louvar. Mas não são as distinções em si que devemos relevar, naturalmente que elas foram bem direcionadas, foi o culminar dessas distinções... e isso foi algo que foi feito com a maior das dignidades, com a maior e melhor organização com a qual teremos que nos congratular. Porventura muitos de nós mais uma vez não esteve presente porque não chegou o tal convite... e volto a repetir... não seremos nós, membros da Assembleia, a classe política mais relevante do concelho e dignos do convite à participação neste tipo de coisas?

Mas esta cerimónia penso que pecou também em mais uma coisa..., Não deveria o Executivo ter convidado a assistir a comunidade de escritores..., de jornalistas..., de músicos e outros, dado que as personalidades em causa estavam aí inseridas?

Para terminar, pois haveria muito para dizer, porque os itens são muitos, vou falar de uma outra, uma outra que confesso que vi com muitos maus olhos aquando do seu desenvolvimento e que é “Panela Velha é que faz comida boa” pois sinceramente pareceu-me folclore político, não gostei, mas acabei por me render totalmente, porque resultou num evento popular extraordinário, em que toda a gente da cidade e das aldeias se associou, mas mais importante ainda foi poder apreciar a forma unida com que todas as Freguesias se aliaram ao projeto e como conviveram dentro desse evento. Eu senti-me ali como jamais me senti dentro da classe política, num ambiente familiar, partidarismos postos de lado, um ambiente acolhedor e que teve a melhor das receções por parte da nossa população. Nesse aspeto tenho também de ser positivo, muito positivo e dar uma nota 20.

Este tipo de apreciações a este trabalho do Executivo é que eu recomendo que se faça no futuro, porque é importante, porque estamos a discutir e a fiscalizar o trabalho do Executivo e essa é uma das principais funções que nós temos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só para dizer que esse evento da “Panela Velha é que faz comida boa” foi dia 25 de maio e dia 26 tínhamos Eleições Europeias, entre a sexta e o domingo, o sábado constitui dia de reflexão e a Câmara Municipal podia ter sido acusada por ter realizado um evento autárquico que tinha como fins políticos, o PSD não o fez, respeitamo-nos, as coisas valem o que valem e felizmente que o evento correu bem e nós também soubemos estar à altura. Esperemos que continuemos a estar à altura, especialmente nestes dias de reflexão e nos próximos atos eleitorais.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só queria dar um esclarecimento ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, quando falei nas crianças nascidas, referia-me apenas e exclusivamente às que nasceram e mais próximas e que tive conhecimento, desde a última Assembleia Municipal até agora. Penso que a sua neta terá nascido antes, se eu fosse rebuscar todos os que tinham nascido antes e os que estão prestes a nascer, nunca mais saía daqui, concentrei-me de forma talvez simbólica e de proximidade e peço desculpa, mas será de todo também extensível com certeza à sua neta.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*, relativamente ao Dia Internacional de Monumentos e Sítios, foi referido na última Informação da Presidente, da Assembleia de 26 de abril, uma vez que decorreu no dia 18 de abril, em Vale de Asnes, a Câmara Municipal organizou uma visita guiada pelo Professor *Pedro Beato*, que pretendeu alertar as pessoas para a importância da preservação e valorização do património.

Relativamente à Cidade Educadora, é uma questão que vamos ponderar e quanto ao resto o Senhor Deputado sabe bem que somos todos uns apaixonados pelo património e pela forma como defende o nosso património cultural e religioso de Mirandela e do concelho.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, foi solicitado um Parecer à Comissão Nacional de Eleições, uma vez que não se altera a data do Dia da Cidade e esse Parecer dizia que não havia qualquer impedimento para a organização, quer da cerimónia que se realizou nessa manhã relativamente à atribuição das distinções, quer em relação ao “Panela Velha é que faz comida boa”, foi um momento de convívio, não teve fins políticos, uma vez que todos estes momentos, aqui e nas Freguesias não devem ter fins partidários.

Soube de alguns acontecimentos de campanha política, pelo menos num evento desta natureza, que aconteceu numa Freguesia e isso sim é lamentável, isso sim tem fins políticos. De qualquer forma entendo perfeitamente essa questão e aproveito para dizer que a Comissão Nacional de Eleições não nos transmitiu nada que impedisse esta organização.

4.2 - Apreciação e Aprovação do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT).

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou participar neste ponto, porque recebi o Relatório ontem às 10.30 horas e quem está envolvido no Relatório são três pessoas que eu tenho grande apreço, não só técnico, como pessoal e não posso emitir qualquer tipo de opinião ou juízo de valor sobre este documento, o documento devia ter chegado com dois dias uteis de antecedência, chegou ontem, e eu pelo devido respeito que tenho por eles os três, porque tenho admiração por eles em termos pessoais e profissionais, não posso tecer qualquer tipo de comentário, vou-me retirar da sala enquanto decorrer este ponto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu pedia ao Senhor Deputado que se não retirasse, até porque nós temos presente que é um assunto que devemos resolver. Deixai-me explicar, não há dúvida, se um dos Senhores Deputados entender que este ponto deve ser retirado da Ordem de Trabalhos, ele tem de ser retirado, porque não cumpriu as regras que estão determinadas.

Não sei se têm conhecimento, eu tive esta semana, houve um assalto informático na Câmara Municipal, por outro lado e daí o problema, é um assunto que se não for tratado hoje, vai atrasar cerca de três meses até à próxima reunião...

Só há uma forma de ultrapassar isto, é todos, de uma forma unânime, passarmos por cima deste contratempo e dizer se devemos ou não ter a boa vontade de aceitar o ponto e de o votar. Eu deixava à vossa consideração.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela importância, eu já referi isso, o respeito das pessoas que estiveram envolvidas nesse processo merecem-me imenso respeito e eu para fazer uma análise de um Relatório desta natureza, ele tinha de me ter chegado atempadamente, quarta-feira recebemos um mail onde faltava esse Relatório e fui eu que me dei ao trabalho na quarta à noite, detetando a falha, enviar um mail para o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, a solicitar esse Relatório.

O que está aqui em causa é que o documento é demasiado importante, para que ninguém tenha tido tempo de o ler e acho que quem o fez merecia da nossa parte outra análise, outra crítica. Eu acho que estamos perante um documento demasiado importante, não só que faz uma avaliação daquilo que foram os últimos anos de implementação do PDM, mas também é um documento político e há algumas dúvidas que suscitaram, a mim pelo menos, se este documento deve ou não ser votado pela Assembleia, eu não estou em condições de emitir qualquer opinião e tenho de ter respeito pela Assembleia, mas acima de tudo tenho respeito pelos Técnicos, porque os conheço e são meus amigos e eu tenho que me ausentar da sala.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Precisamente por termos noção de quem leu não consegue em tão pouco tempo estudar o assunto, é que e tentando salvaguardar a possibilidade de não atrasarmos o processo, pedimos aos Técnicos para estarem presentes para tirar dúvidas e fazerem alguns esclarecimentos que sejam solicitados...

Está na vossa mão, basta um Senhor Deputado não concordar e o ponto é retirado, mas a importância de que as coisas prossigam também é de certo modo importante. A Mesa só não pediu para se retirar o ponto, porque se deu conta da responsabilidade que está envolvida em tudo isto e da gravidade do atraso, porque se fosse uma situação como outro ponto qualquer, nem sequer aqui chegaria nas atuais condições.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Para passarmos deste impasse, eu sugiro uma alternativa construtiva que é o seguinte, dada a importância do documento, dado que não só o Senhor Presidente de Junta *António Martins*, não teve oportunidade nem tempo de o ler com cuidado, para poder sugerir, acho que esta situação acontece com quase todos nós, eu também só recebi o documento, porque o fui buscar à Câmara Municipal na quinta-feira, por outro lado o Senhor Presidente da Assembleia disse aqui que é premente que se resolva o assunto do qual consta o documento, mas também é muito importante, então eu sugeria que, dadas essas duas circunstâncias, a importância e a urgência, que se retire o ponto da Ordem de Trabalhos de hoje e que se realize, se for comportável, uma Sessão Extraordinária com um ponto único, que seria este, se calhar até tínhamos outra vantagem, para além de ter um ponto único, provavelmente não entraríamos nesta situação de troca de insultos, pode ser que fosse um exercício de melhor Assembleia, pelo menos tecnicamente poderia correr um pouco melhor, eu tenho essa esperança.

Sugiro isso e ponho à consideração da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É uma boa proposta, mas entretanto vou deixar que mais alguém se pronuncie.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este ponto, visto que já foi feita uma proposta, mas mais importante que isso, eu tinha um discurso preparado e vou lê-lo.

Um relatório com 50 páginas colocado à apreciação e votação da Assembleia Municipal, mas entregue no dia anterior à mesma não se coaduna com uma discussão séria, mais ainda quando o mesmo se reveste de particular importância...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Segundo me parece, está a fazer uma intervenção relativamente ao ponto em si, mas como disse e bem, antes de se pronunciar sobre o conteúdo do documento, levantou e bem a questão de prosseguirmos ou não com o ponto, ou ele eventualmente ser retirado, vamos primeiro ultrapassar essa situação e depois se o ponto vier a discussão, terá oportunidade de fazer a sua intervenção política sobre o documento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo que o assunto passe para uma outra Assembleia, eu quero fazer a minha intervenção política, eu não sei até que ponto o assunto vai passar para outra Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se o assunto for retirado, naturalmente que transita para uma próxima Assembleia, tenho a certeza que consegue compreender que se o ponto ainda não foi aberto para ser discutido, está em causa a sua aceitação ou não, por isso não dá lugar ainda a intervenções sobre o mesmo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com todo o respeito, eu só queria fazer aqui uma ressalva, eu também tenho uma sugestão, se vamos por à discussão a sugestão que a Senhora Deputada *Otilia Lima* e bem propôs, eu também queria por a minha e votávamos também.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E é isso que eu estou a apontar, ao seu contributo de uma sugestão para ultrapassarmos a situação de impasse que está criada, porque de facto permitam-me dizer, o documento não está dentro daquilo que a Lei estabelece, que são as 48 horas de antecedência, porque não estamos apenas neste impasse por uma questão meramente administrativa, sobre a matéria estamos também perante uma questão legal. A Assembleia Municipal não pode abrir o ponto a discussão, sob pena de um Deputado Municipal posteriormente enviar um pedido suscitando a anulação por não cumprimento do prazo legal do envio do documento e é isso que temos de salvaguardar e com certeza que estamos todos irmanados nesse fim.

Há uma sugestão na Mesa por parte da Senhora Deputada *Otilia Lima*, naturalmente que a Mesa está aberta a mais sugestões, temos é de tomar uma decisão relativamente à aceitação, discussão e aprovação do ponto, ou não.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um Relatório com 50 páginas colocado à apreciação e votação da Assembleia Municipal, mas entregue no dia anterior à mesma, não se coaduna com uma discussão séria, mais ainda quando o mesmo se reveste de particular importância, que ao PDM de Mirandela diz respeito.

O Relatório é um documento importante na medida em que fundamenta e dá suporte à Revisão do Plano Diretor Municipal e impõe uma ampla discussão pública, envolvendo as populações, o movimento associativo e cooperativo, os setores produtivos e demais forças vivas do concelho, não bastando por isso, o cumprimento da mera formalidade, que é a sua colocação em discussão pública durante 30 dias.

À Câmara Municipal sobre tão revelante e estratégico instrumento de gestão do território, compete promover um debate tão alargado quanto possível junto dos mirandelenses, procurando sempre esclarecer os objetivos e colher o maior número de opiniões.

Esta é em nosso entender, a forma adequada de envolvimento dos mirandelenses, na decisão sobre o que se pretende para o concelho de Mirandela e gestão do seu território e não o cumprimento de uma mera formalidade que, pasme-se, teve como resultado zero contributos da população.

Como sugestão, consideramos que a Câmara Municipal de Mirandela vai ainda a tempo de promover uma discussão séria e alargada sobre o PDM de Mirandela, realizando, e esta é a nossa proposta, realizando reuniões e sessões de esclarecimento da proposta que terá em mãos quanto à Revisão do PDM.

Assim esperamos que acolha a nossa proposta ou sugestão e a proposta ou sugestão é revogarmos os 30 dias que estão em discussão pública e aumentarmos esse tempo para além dos 30 da apreciação pública.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A Mesa já tomou uma decisão em relação ao assunto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só queria fazer um esclarecimento, este Relatório já esteve em discussão pública, ou seja, “a Câmara Municipal apreciou e aprovou em Reunião Ordinária realizada no dia 11 de abril e submeteu o mesmo à discussão pública, em obediência ao disposto no n.º 5 do artigo 189.º do Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT), por publicação no Aviso 9173/2019, no n.º 100 da II Série do Diário da República de 24 de maio, o REOT esteve em discussão pública durante 30 dias, tendo sido divulgada na íntegra no sítio oficial da Câmara Municipal de Mirandela. Não foram recebidos quaisquer contributos ou sugestões dos munícipes.

É importante que se saiba que este documento não é o PDM, este documento é o Relatório do Estado de Ordenamento de Território de Mirandela, entre 2015 e 2019, é o primeiro Relatório. Este documento define como período de análise o intervalo temporal compreendido entre os anos de 2015 e 2019, correspondente à vigência da atual versão do Plano Diretor Municipal de Mirandela”, isto quer dizer que estão neste momento formalizados todos os requisitos para a discussão e aprovação, isto não é o PDM, isto é o Relatório do Estado de Ordenamento do território, que é obrigatório fazer-se de quatro em quatro anos, mas é peça obrigatória de aprovação, para nós e segundo o calendário estabelecido, poderemos fazer a Revisão do PDM, ou seja, o importante é fazermos uma Revisão, juntando todos e darmos mais espaço para o grande objetivo que é, a discussão pública do PDM.

Este documento reflete o que se fez nos quatro anos, relativamente ao Ordenamento do Território, pese embora tenha havido um problema informático no qual o ficheiro não seguiu, este é um documento que nós já aprovamos em Reunião de Câmara, um documento que esteve em discussão pública 30 dias e julgo que, sem estar a solicitar que seja votado e possivelmente aprovado, iria facilitar o trabalho da Comissão de Acompanhamento do PDM, que temos a funcionar com prazos muito apertados, porque nós no dia 13 de junho de 2020, temos de ter o PDM revisto, por obrigação de força legal, que tem a ver com a classificação de solos, entre outras, essa sim é uma discussão importante, que tem a ver com a Revisão do PDM, salvaguardando todas as expectativas, necessidades, quer das populações, quer dos Senhores Presidentes de Junta, com o grupo de acompanhamento que temos criado na Câmara Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Devo dizer que a Mesa regista positivamente, como referiu a Senhora Presidente, que todos os prazos e todas as normas foram cumpridas a montante, isto é, na Câmara Municipal foi possível, nos prazos próprios e legais que o documento fosse tratado, referiu também que a matéria esteve em discussão pública durante os 30 dias, não obstante toda essa matéria competiu a outro Órgão que o realizou e bem, no momento próprio à face da Lei, bem como o momento posterior de discussão pública, foi colocado ao público e não aos deputados Municipais. O que aconteceu, foi que chegado aqui ele vem ferido do prazo legal para a sua discussão e aprovação, todos nós compreendemos a importância do documento e com certeza que a Assembleia e o Executivo encontrarão o espaço e a forma de conseguir tratar o documento até dia 13 de junho de 2020.

O problema é outro, é de natureza legal do prazo estabelecido no envio dos documentos, para que os Senhores Deputados possam tomar uma posição informada e consciente sobre o documento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou acrescentar que apenas não tomei a decisão antecipadamente, porque como todos vocês recebi o mail dizendo que o documento seria enviado posteriormente e de facto se tivesse chegado com 48 horas de antecedência estaria dentro dos prazos legais..., só ontem é que me apercebi que foi remetido fora de prazo e assim sendo não restam dúvidas, não nos resta outra solução, dado que não há consenso para prosseguirmos, vamos proceder à retirada deste ponto da Ordem do Dia e procurar uma solução posterior em articulação com o Executivo, para ultrapassarmos o problema em tempo útil.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quería apenas referir que se este assunto for reagendado fosse salvaguardada a garantia da presença de entidades que têm muito a ver com esta questão do Ordenamento do Território, que estão hoje aqui presentes, gostava que isso ficasse garantido.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estava pronto para discutir isto da página 1 à página 50, não importa o documento, importa a execução do documento, o problema não é o documento estar bonito, bem plasmado, com boa organização, de boa leitura, na execução é que está tudo mal.

Recebi há pouco uma imagem, que eu fiquei pasmado com ela, fotografia onde mostra o corte de uma árvore em estrutura ecológica municipal, no Parque Dr. José Gama, a Câmara Municipal solicitou autorização à APA – Agência Portuguesa do Ambiente para o derrubar da árvore? É uma ilegalidade da Câmara Municipal de Mirandela, o problema não está no documento em si, o documento é bom, o documento trata de situações que têm “pernas para andar”, o problema é de quem executa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Mas antes disso tem de haver uma aprovação do documento e depois a fiscalização ao cumprimento do documento.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sem colocar em causa a decisão tomada, com esta decisão a equipa fica com prazos muito apertados para a organização da Revisão do PDM, pois como sabem o PDM terá de estar pronto dia 13 de junho de 2020, estamos a um ano desta entrega, são documentos muito complexos e que dizem respeito a todos.

[Handwritten initials and marks]

Quero informar o Senhor Deputado *António Figueiredo* de que quanto à árvore que referiu, deve estar a referir-se a um chorão junto ao Parque Dr. José Gama e os motivos de abate relacionaram-se com o facto do tronco se apresentar com podridão total, que já se tinha alastrado à parte aérea, estava a comprometer a integridade deste exemplar e conseqüentemente a sua queda imprevista. Esta situação para além de dar um aspeto de abandono, colocava em risco a vida, quer dos visitantes, quer dos utilizadores dos equipamentos bio saudáveis colocados por baixo das árvores. Este abate foi urgente, importante para a segurança das pessoas, foi acautelado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, porque é bom que se diga que as pessoas que trabalham nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal são as mesmas pessoas que estavam na altura em que o Executivo era liderado por outro partido, as pessoas não passaram de ser competentes, para serem incompetentes, as pessoas são competentes e a Câmara Municipal não faz a execução sem ter um Parecer Técnico devidamente formalizado e fundamentado.

Tudo o que é gestão dos espaços arbóreos é tido todo o cuidado e por isso é lamentável que estas situações sejam vertidas, não só a nível das redes sociais, como trazidas aqui à praça pública, porque eu lembro-me que quando estive na Câmara Municipal como Vereadora da Oposição o Senhor Deputado *António Figueiredo* só fazia elogios aos colaboradores e ao Executivo, de um dia para o outro os colaboradores passaram a ser incompetentes, porque o Executivo mudou, não é o caso, os colaboradores mantêm a sua competência. Há decisões políticas que são baseadas em decisões técnicas, sempre e quando os Técnicos referem que há situações de queda eminente e para a segurança das pessoas a Câmara Municipal toma uma decisão política baseada em questões técnicas e os Técnicos mantêm-se competentes como eram há dois anos e por isso são lamentáveis estas afirmações que colocam em causa a competência dos Técnicos da Câmara Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não estou a falar mal dos Técnicos, eu só questioneei se a Senhora Presidente solicitou autorização à APA? Tem licença da APA? Não tem, porque é que está a mentir?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos os procedimentos são assegurados pelos Serviços Técnicos, em relação ao procedimento adotado pelos Serviços Técnicos, o que me chegou foi um Parecer Técnico, posso averiguar e enviar a informação à Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Só para alertar que o documento que iríamos aqui analisar era um documento meramente informativo, eu como representante da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, a Senhora Presidente já referiu e muito bem, que temos prazos muito curtos, poderá o Município ser penalizado pela CCDD-N por causa deste curto espaço e este documento é apenas a primeira peça para que se possa iniciar a Revisão do PDM, este é um documento informativo que em nada vai alterar a Revisão do PDM, é uma informação que nem sequer política é, nesse sentido alertava que se não for aprovado hoje, teremos de fazer uma Assembleia Extraordinária porque os prazos são muito curtos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Nós entendemos que o documento é apenas isso, a questão que aqui se coloca é que há uma falha legislativa, há um prazo que a Lei estabelece e não foi cumprido, nesse sentido basta que um Deputado queira a sua anulação, para o ponto ser vetado e já houve manifestações de vários, decidiu-se que o ponto seria retirado, é isso que vamos fazer.

----- Este Ponto foi retirado da Ordem do Dia.

4.3 - Declaração: Alínea a), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA).

----- Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.4 - Declaração: Alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação.

----- Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebimentos em atraso, Senhora Presidente, após a sua posse tornou público um documento onde existiam entidades que eram devedoras à Câmara Municipal de valores significativos e que na altura nos interrogou porque é que eles não tinham sido cobrados no tempo devido, estamos a falar em 2017 um montante de cerca de 1 milhão e 210 mil euros, à data o montante em dívida é de 978 mil euros, apenas foram cobrados 50 mil euros, que consideramos um valor pouco significativo e apercebemo-nos também comparativamente a um documento de 2017 tornado público que a empresa detentora da Mini-Hídrica não consta na listagem.

Perguntámos se esta empresa já pagou a dívida e foi retirada da listagem. Se não pagou a dívida porque é que não consta da listagem?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto a esta questão quero dizer-vos que já houve pagamentos relativamente às Águas que estavam em atraso, de qualquer forma existem aqui algumas situações que é preciso esclarecer, este fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos do Agrupamento de Escolas de Mirandela, é uma situação que reporta a 2014 e que ronda os 199 mil euros e que a DGeste – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares não assume esta dívida.

Relativamente a outras situações de dívidas, nomeadamente a Turistua, empresa de exploração do restaurante Flor de Sal uma dívida de 57 mil euros, António Nascimento Coelho 65 mil euros, pela instalação do pavilhão provisório da Tradimontana 39 mil euros, são situações de dívidas ao Município, que ainda não foram recuperadas.

Relativamente à Mini-Hídrica, nunca foi cobrado 1 cêntimo dos 2,5 % há décadas. O que ficou combinado em reunião com a empresa detentora da concessão, apesar de termos solicitado à EDP os montantes em causa, foram calculados os montantes em dívida e estamos neste momento a chegar ao montante global, havia aqui uma penalização que a empresa gostaria de fazer à Câmara Municipal uma vez que se tratava da monitorização dos próprios aparelhos, que na altura foi negociado pelo Executivo da altura, a dívida que a Égeve tem com a Câmara Municipal rondará os 50 mil euros, não consta aqui porque já está em acordo entre as partes e o pagamento está garantido.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mini-Hídrica o valor é de cerca de 50 mil euros, porque não está nesta listagem? Não chegaram a um acordo, ou há acordo?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O cálculo da dívida está relacionado com a faturação que a empresa faz à EDP da venda de energia, como o cálculo é feito segundo os dados que a própria empresa nos fornece, uma vez que a EDP não nos forneceu os dados, a 31 de dezembro não havia o cálculo do valor em dívida, eu já disse que estamos na fase de acordo com a empresa, por este motivo é que não consta desta listagem, todos os que estão nesta listagem constam aqui porque as dívidas estão registadas e não estão recebidas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.5 – Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental 2019.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

1 – Aprovar a 2.ª Revisão Orçamental de 2019, elaborada para inclusão do projeto designado por + ACESSO - Promoção e acessibilidade inclusiva a vários edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela, bem como para ajustamento de valores em diversas rubricas. Foi ainda, criado no orçamento da receita para 2019 a rubrica orçamental 07020908 – Parque de Campismo, com vista a acomodar a receita arrecadada com os serviços prestados no âmbito do Parque de Campismo 3 Rios – Maravilha;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez esta Revisão Orçamental carece de fundamentação, para percebermos verdadeiramente quais são as movimentações de dinheiro que existem de umas rubricas para outras, aquilo que se verifica aqui é que, esta Revisão é na rubrica da despesa e é para consagrar verbas a favor do Parque de Campismo de Mirandela e para o pagamento de uma avença para uma Técnica de Higiene e Segurança no trabalho, advém das opções políticas tomadas.

Senhora Presidente, fazer uma Revisão Orçamental por tão pouco, isto é prova provada que a Câmara Municipal de Mirandela está parada. A Câmara Municipal de Bragança acaba de fazer ou vai fazer uma Revisão Orçamental na ordem dos 35 milhões de euros, porque vai apresentar um plano de regadio.

Isto é que uma Revisão Orçamental significativa e a favor do desenvolvimento de Mirandela! Fazer uma Revisão Orçamental pelo Parque de Campismo e para o pagamento de uma avença, Senhora Presidente, é muito pouco, isto é prova provada que Mirandela está parada no tempo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só tenho uma interpelação à Senhora Presidente por causa desta Revisão Orçamental que é, vamos fazer uma Revisão Orçamental para a criação do Parque de Campismo, Senhor Presidente aquilo que lhe pergunto é exatamente isto, até à data, tanto quanto sei, a gestão do Parque de Campismo ainda está entregue ao Bombeiros Voluntários de Mirandela, sei que no dia 31 de março foi justificado o fim do Acordo de Exploração do Parque de Campismo pelos Bombeiros Voluntários de Mirandela, passando esse gestão para a Câmara Municipal. Se vai haver uma Revisão para despesas com o pessoal do Parque de Campismo, eu gostava de saber em que posição está a gestão do mesmo, porque até à data aquilo que me é dado a conhecer é que a gestão ainda está com os Bombeiros Voluntários de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nos termos da legislação em vigor, “o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento estão sujeitos a Modificações que podem constituir uma Alteração Orçamental ou uma Revisão Orçamental, que é o caso, uma Alteração ao PPI, não pode implicar um aumento de despesa global nele prevista e ocorre quando se pretende transferir custos financeiros afetos a um determinado projeto de investimento para um outro projeto, desde que ambos os projetos estejam inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e não ponha em causa, de forma significativa, a sua execução, tal como inicialmente era prevista.

A competência para aprovação formal de uma Alteração ao PPI é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela ou do Órgão Executivo, sendo limitado o número de Alterações durante o ano económico.

Uma Revisão ao PPI, ocorre quando se pretende incluir ou retirar um determinado projeto, ou mesmo substituir um projeto por conta, ainda que o montante global de investimentos não sofra alteração. Normalmente é feita uma ótica de aumento de despesa global do PPI, mas pode em alguns casos assentar na redução do valor previsto no respetivo Plano.

A aprovação de qualquer Revisão Orçamental, é da exclusiva competência do Órgão Deliberativo, sob proposta do Órgão Executivo conforme o n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, sendo limitado o número de Revisões no decorrer do ano económico.

Por último, importa referir que as contrapartidas das Revisões Orçamentais são:

O Saldo de Gerência apurado e aprovado;

As receitas anualmente consignadas;

O excesso de cobrança global relativamente às receitas previstas inicialmente;

Inscrições de novas rubricas.”

Após análise do documento verifico que na execução desta Revisão, para mim, existe uma falta de conhecimento na execução da mesma, é por números, é tirar números de qualquer maneira e pô-los em algum lado, fazem uma Revisão de cerca de 47 mil euros, isto dá para rir, é quase uma situação simbólica, em que os valores eram de cerca de 900 mil euros, passou agora para cerca de 850 mil euros e as diminuições e anulações passaram cerca de 900 mil euros. Houve um valor total das Despesas de Capital de cerca de 47 mil euros. Eu acho que é insignificante, não sei que dizer deste documento, é uma dotação? É um equilíbrio? É uma cabimentação? É de restrição? É desvio? Eu não sei o que é isto, mas ao olhar para isto fiquei a ver este diferencial de cerca de 47 mil euros, não percebi esta Revisão e fiquei um pouco triste.

Neste sentido o PSD vai votar abstenção.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este ponto, como existem outras Revisões Orçamentais, trazemos à discussão e aprovação a Proposta de Revisão Orçamental e na Proposta está resumido, em traços gerais, a inclusão do Projeto “ACESSO - Promoção e acessibilidade inclusiva a vários edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela”, bem como ajustamento de valores em diversas rubricas. Acho estranho que um projeto desta natureza, não revele em vocês um aspeto positivo.

Foi ainda criado no Orçamento da Receita, a receita arrecadada com os serviços prestados no âmbito do Parque de Campismo 3 Rios Maravilha, ou seja, como a Câmara Municipal passará a gerir o Parque de Campismo, vai haver receitas que não estavam previstas em Orçamento, legalmente temos de fazer esta revisão para inclusão da rubrica da receita do Parque de Campismo.

Agradeço também a questão relacionada com a Câmara Municipal de Bragança, acho estranho que se fale nesta Câmara Municipal, até porque a Câmara Municipal de Bragança tem uma situação financeira completamente distinta da situação financeira da Câmara Municipal de Mirandela e acho até injusto, para com os nossos antecessores, vir fazer essa referência, porque se for ver a Câmara Municipal de Bragança nunca esteve em Plano de Saneamento Financeiro, como estamos nós.

Quando fala em Revisões Orçamentais e está sempre a referir que eu falo no passado, terá também de ver o que no passado foi feito com as dívidas, ou seja, como é que foi pago, como é que foi a gestão autárquica, como é que procederam ao pagamento das dívidas, se estavam em Plano de Saneamento Financeiro ou não, a gestão camarária depende sempre das limitações à gestão e não foi este Executivo que entrou em Saneamento Financeiro. Nós estamos em Saneamento Financeiro desde 2013 e vem agora falar da Câmara Municipal de Bragança! Quer saber quanto dinheiro tem a Câmara Municipal de Bragança no Banco para fazer investimentos? É incrível como se faz política, sem atender às questões da gestão camarária, é incrível como é que se passa por cima, ou se quer passar por cima de uma situação financeira insustentável para pagamento de todas as despesas e para fazer face aos investimentos que temos neste momento a decorrer, porque para haver investimento comunitário tem de haver a comparticipação nacional, ou seja, para fazer obras nas Escolas, para fazer obras no Santuário, nós temos de ter orçamento municipal para fazer face às obras, neste momento não podíamos estar a fazer um único investimento se estivéssemos a pagar só dívidas, especialmente dívidas de água e dívidas a vários fornecedores, no final da Consolidação de Contas constam lá algumas dívidas, empréstimos e todas as dívidas inerentes a fornecedores, não há ninguém que faça milagres em gestão financeira, ou seja,

[Handwritten initials and marks]

não há dinheiro tem de haver uma gestão rigorosa das contas e não se pode desperdiçar é certo, mas também não podemos deixar de investir.

Ainda bem que fala na Câmara Municipal de Bragança, porque esta Câmara nunca teve problemas financeiros, que eu conheça e pode investir e vai investir porque tem dinheiro para investir.

Relativamente à questão relacionada com o Parque de Campismo, houve uma notificação por parte da Câmara Municipal aos Bombeiros Voluntários de Mirandela para que a Câmara Municipal de Mirandela passasse a assumir o Parque de Campismo, o Parque de Campismo foi cedido há dois anos aos Bombeiros Voluntários de Mirandela para eles fazerem a gestão.

Nós consideramos que o Parque de Campismo, pese embora tenhamos tido algumas queixas relativamente à gestão, não foi por isso que fizemos a notificação para cessação do contrato, foi antes porque achamos que o Parque de Campismo faz parte do turismo associado à natureza e porque temos o projeto dos Passadiços do Tua que pode criar uma mais-valia turística para o concelho de Mirandela e para os visitantes do concelho, por todos estes motivos é que tomamos esta decisão, não foi nada contra os Bombeiros Voluntários de Mirandela, antes pelo contrário, julgamos que a visão e a missão dos Bombeiros, neste caso da gestão do Parque de Campismo, não inclui a gestão de Parques de Campismo, mas achamos que seria bom a Câmara Municipal ter a gestão.

Não tem a ver com o facto de querermos centralizar na Câmara Municipal, mas sim porque é um local paradisíaco, que pode ser utilizado para que a Câmara Municipal tenha finalidades turísticas e que possa resolver alguns problemas. Temos tido questões levantadas entre o Senhor Presidente dos Bombeiros Voluntários de Mirandela e a Câmara Municipal, que têm a ver fundamentalmente com os investimentos que os Bombeiros alegam ter feito e todos sabemos que é verdade, superior a 200 mil euros, no melhoramento e qualificação do restaurante.

Esta questão não tem rigorosamente nada a ver com os funcionários, com os colaboradores que neste momento estão nos Bombeiros, até porque vem aqui a esta assembleia a Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mirandela, com a possibilidade destes colaboradores passarem a ser colaboradores da Câmara Municipal, mas tem a ver sim, com as verbas que estão em causa relativamente ao restaurante, porque tinha havido um acordo para que o restaurante ficasse na gestão dos Bombeiros por 30 anos, que era a única condição que o Senhor Presidente da Direção aceitava, nós achamos que seria muito e que a Câmara pagasse a água e a luz do restaurante, nós achamos que a água e a luz do restaurante pesar no erário público não era justo, até porque o restaurante está concessionado, este é o problema que existe com os Bombeiros Voluntários de Mirandela, é esta a verdade dos factos, julgamos que podemos chegar a um acordo. Verdadeiramente o Parque de Campismo é propriedade da Câmara Municipal, tinha havido é uma concessão de exploração aos Bombeiros Voluntários de Mirandela.

A Câmara Municipal tem todo o interesse em que este assunto seja resolvido, até porque já estão lá equipas a tratar das zonas verdes, a melhorar algumas situações menos boas, mas compreendemos que tenha havido investimento e que os Bombeiros tenham de ser ressarcidos, esta situação está a ser conduzida pelo Executivo e julgo que podemos chegar a um acordo, para ultrapassar este impasse, que é como quase todos os impasses, motivado por questões financeiras.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, isso da falta de dinheiro é muito relativo, eu já a acusei de despesismo e agora vou-lhe lembrar outra vez, o anterior Executivo deixou no último ano de campanha eleitoral 16 milhões de euros em obras, eu desafio a Senhora Presidente a fazer igual e tinha um Quadro Financeiro pior do que o da Senhora Presidente.

A Senhora Presidente da Câmara fez uma Reestruturação Orgânica e um Gabinete de Apoio à Presidência, 50 mil euros mais caro do que o anterior Executivo, a Senhora Presidente só com o Gabinete de Apoio à Imagem gasta 3.500 euros/mês, nunca vi Presidente de Câmara com tanto Gabinete de Apoio à Imagem, Fundação de Serralves, disparatado, está quase a fazer um ano em que o Protocolo foi assinado e ainda ninguém sentiu a Fundação de Serralves em Mirandela, estamos a falar de Feiras temáticas novas, que têm sido altamente financiadas e bem, Senhora Presidente, estamos a falar de Caminhos Pedestres que custam cada um cerca de mil euros e a auditoria de 50 mil euros? Podia muito bem ter sido feita por uma entidade pública.

Senhora Presidente, não é por falta de dinheiro, é por falta de audácia, porque se anda a preocupar com questões menores, quando se devia preocupar com aquilo que é verdadeiramente importante. A nós não nos manipula, eu estive no outro dia numa reunião, que nunca tornei público e a Senhora Presidente apresentou esses factos, admito que tenha dificuldades, até porque vamos falar da AIN e é verdade que existem dívidas na AIN, mas isto é tudo despesismo e que ainda não se viu significativamente melhorias na qualidade de vida dos mirandelenses, a não ser em torno da sua imagem e da sua imagem política que quer manter sempre em alta, a nós não nos manipula e muito menos a mim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que lhe posso responder em relação a estas questões, é que nunca precisei de me servir da Câmara Municipal por questões de imagem Senhor Deputado. Acredite que desde que nasci aqui em Mirandela, nunca precisei de estar à “boleia” de ninguém para ter imagem e por isso eu não vivo à custa da imagem, porque se vivesse à custa da imagem não estaria aqui e por isso o meu objetivo é fazer o melhor, nesse sentido tenho de lhe dizer Senhor Deputado, que nunca tentei manipular o Senhor Deputado, aliás, o Senhor Deputado é que tenta manipular os seus elementos de Bancada a catapultar a sua imagem, para que eles possam criar confiança em si. Mas a questão da imagem vai muito para além do que o que se está a referir, porque há o carisma, ou se tem ou se não tem e acredite que na sua Bancada terá muitas pessoas com carisma e eu também certamente e todos os mirandelenses terão orgulho de serem mirandelenses.

O que lamento é que tenha de vir com questões de imagem e eu posso-vos recordar que esta questão da imagem já vem dos tempos da campanha eleitoral. Porque vergonhoso é dizer-se que umas eleições nem sequer é um concurso de beleza, alertando também para as questões relacionadas com o facto de eu ser mulher, isso fica-vos muito mal, isso vai para além da política que não é política, é política que só se faz quando as pessoas não têm objetivos, quando as pessoas estão completamente sem rumo.

Em relação às obras, sim, o Quadro Comunitário do Pacto Territorial, todos os Municípios têm PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano ou PARU - Plano de Ação para a Reabilitação Urbana, mas para executar estas obras é preciso ter dinheiro, é preciso pagar aos empreiteiros para eles executarem as obras, porque eles não executam as obras enquanto não há dinheiro e por isso temos de ter saldo orçamental, que é uma coisa que a Câmara Municipal de Mirandela não tem disponível para se poder executar.

Quanto aos Gabinetes de Apoio, todas as pessoas que trabalhavam nos Gabinetes de Apoio continuam a trabalhar na Câmara Municipal, vocês sabem que a média de idades da Câmara Municipal ultrapassa os 55 anos e as contas que faz relativamente aos Gabinetes de Apoio não dizem com toda a certeza que os colaboradores que estavam em funções nos Gabinetes de Apoio estão a trabalhar na Câmara Municipal, essas contas não são reais.

Quanto ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, é óbvio que nem tudo está bem, nós não conseguimos montar uma infraestrutura de Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, que nunca existiu, sem a componente técnica que todos precisamos. É verdade, temos de melhorar o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, mas as Freguesias têm tido o apoio como nunca tiveram até hoje. Hoje já têm alguma autonomia financeira, não têm tudo, é verdade, mas já têm alguma autonomia e escusam de vir sempre à Câmara Municipal pedir dinheiro para pequenas obras e para pequenos arranjos, nunca tiveram isso e quero também lembrar-lhe que o Protocolo com a Fundação de Serralves só produz efeito a partir de novembro deste ano, ainda não viu, porque não podia ver, mas posso assegurar-lhe que a partir de novembro deste ano. Julgo que até está programada uma exposição antes do Protocolo entrar em vigor, por isso ainda não pagamos nada à Fundação de Serralves.

As Feiras têm sido feitas em todas as Freguesias como eram antes, se calhar com alguma inovação, se calhar com pequenas melhorias. Em relação aos Percursos Pedestres, tem sido feito mais, com mais adesão, com qualidade e os Senhores Presidentes de Junta também precisam de ter visitantes nas suas Freguesias, eu não julgo que tenha de se investir tudo em Mirandela, mas tem de se investir no concelho para termos um desenvolvimento sustentado.

Quanto à imagem já lhe respondi e acho que deve fazer uma reflexão sobre a imagem política, porque a imagem política depende sobretudo da forma como nós encaramos a política, a vida e também a forma como vamos querendo impor a nossa vontade aos outros, porque isso não é uma forma de fazer política, não é a minha forma de fazer política.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor e 15 abstenções, aprovar a 2.ª Revisão Orçamental de 2019.

4.6 - Prestação de Contas Consolidada – 2018 – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A..

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2018 – Agro-Industrial do Nordeste E.I.M., S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Consolidação de Contas para o ano de 2018, eu tenho uma terminologia para isto, “hoje ser burro é uma ciência”, posto isto passamos a efetuar a análise de cada um dos Relatórios produzidos em relação às empresas que formam o perímetro de consolidação do Município de Mirandela.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o MLM tem o valor efetivo, já do tempo do Presidente *José Gama* e surgiu dessa sagácia e visão de um grande autarca que foi, tendo logo a sua curta história do passado, por várias vicissitudes e foi finado paulatinamente, até à completa inatividade atual, embora a decisão suspensão dos últimos troços entre Mirandela/Cachão e Mirandela/Carvalhais, se tenha revelado prematura.

Infelizmente a CP não honrou os seus compromissos financeiros para com o MLM, o que criou gritantes dificuldades financeiras, só minoradas com a atribuição de apoio financeiro da Câmara Municipal de Mirandela. De frisar que o resultado líquido de 2018, foi de cerca de 24,434,72 €, quando em 2017, tinha sido um resultado líquido positivo de 1.254,37 €.

Segundo o Relatório, a intenção do atual Executivo, será a dissolução do MLM, em breve estando criadas as condições para concretizar.

Matadouro Industrial do Cachão, apesar do relatório garantir que o MIC continua a ter uma situação económica delicada, é justo enaltecer o facto de ter tido resultados líquidos positivos pelo terceiro ano consecutivo, embora tal só tenha sido possível em 2018, porque o valor dos subsídios à exploração por parte dos Municípios de Vila Flor e de Mirandela aumentou. Aqui faço um parêntese em relação áquilo que fez o antigo Vereador *Manuel Rodrigues* e o Eng.º *Luís Pereira*, que tinham posto a Autoridade Tributária em Tribunal e foi-lhes dada razão e o MIC recebeu mais de 250 mil euros, não tenho bem presente o valor.

Apesar de se ter iniciado o processo da venda do MIC, a verdade é que o atual Conselho de Administração ainda não conseguiu esta situação, essa situação poderá também ser explicada pela existência de avultadas dívidas a fornecedores, a entidades bancárias, à Segurança Social, à Autoridade Tributária, etc, que o MIC tem de honrar os seus compromissos.

Complexo Agro-Industrial do Nordeste, este assunto é um “esqueleto que está no armário”, o Jornal Expresso escreveu em agosto de 2009 o seguinte: “Três vezes ao dia o silêncio e a monotonia são rasgados pelo apito sonoro, sonoridades que soam nas paredes degradadas e nos edifícios abandonados que já viram melhores tempos e vestígios de um sonho que há muito caiu por terra e foi

[Handwritten initials and marks]

deixado à deriva, contudo basta uma passagem pelo Cachão, na Freguesia de Frechas, Mirandela, para constatar a grandiosidade, a imponência das construções que outrora fora o Complexo Agro-Industrial do Cachão...”.

Segundo o Portal do Município, “o Complexo Agro-Industrial do Cachão, sito no concelho de Mirandela, próximo da IC5 e dos nós da IP2 e A4... quer ser valorizado ao nível do ordenamento territorial e da qualificação ambiental, devendo contribuir para a modernização e aumento da competitividade produtiva, potenciando desta forma o seu desenvolvimento...”, “existem os contratos de promessa de compra e venda já celebrados, mas que aguardam a realização de escritura, no total de outros valores a receber mantiveram-se os valores a receber do Restaurante Fontes 23 mil euros, Bionordeste 236 mil euros”, há pagamentos em atraso, a Câmara não resolveu nada.

“Estamos convictos que os fracos resultados económicos e a incapacidade de atrair novas empresas ... do Conselho de Administração” e então a Câmara Municipal de Mirandela teve uma ideia genial, e a ideia genial foi decidir qual o caminho a seguir na medida em que o estudo encomendado à Quaternaire via CIM-TTM, ainda não está concluído mas num prazo de 120 dias irá custar 57,5 mil euros mais IVA, isto é como Deloitte, sabem quem é este Quaternaire? Conhecem um Ministro do Ambiente? *Matos Fernandes*, em 2015 pertencia à Quaternaire, é uma empresa de Matosinhos, quer dizer, os “chuchas” ajudam-se uns aos outros, eu estou a dizer aqui o que está no Jornal Público e o Ministério da Justiça, neste caso o Ministério Público anda a investigar um Deputado do PS *Ricardo Bexiga*, que faz parte dos Órgãos Sociais da Quaternaire, isto são favorecimentos, eu não tenho nenhuma vergonha de estar aqui a dizer isto e se for preso eu vou preso. O Senhor *Matos Fernandes* saiu da empresa quando foi Ministro do Ambiente em 2015, de 2015 a 2019 não está lá ele, arranjou uma quota para o *Ricardo Bexiga* de 2 %.

Eu vou dizer aqui uma citação que me leva a ser o tal miserável que eu sou, “um povo que elege corruptos, impostores, ladrões e traidores, não é a vítima, é cúmplice”, quem dizia isto era *George Orwell* e é verdade, nós é que elegemos os corruptos para ocuparem os cargos.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Consolidação Orçamental é um imperativo legal a que estamos sujeitos, a supervisão ou a auditoria dos números apresentados cabe a auditores credenciados e a Revisão das Contas cabe ao Tribunal de Contas, neste momento não nos cabe ver se houve mais ou menos lucro, mais ou menos prejuízo, ou o que é que aconteceu, aliás, toda esta Assembleia do arrastamento destas situações, quer do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, quer da AIN e do Matadouro.

O que eu gostava de saber, era de perguntar aos acionistas o que é que pensam fazer da “criança”? porque temos de assumir as consequências de não se ter feito nada, de não terem vindo verbas do Vale do Tua, que permitiam que houvesse aqui uma série de infraestruturas de turismo e outras.

Gostava também de perguntar, no caso do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, uma vez que também cabe ao Metropolitano a responsabilidade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela os transportes rodoviários locais e ao que parece há três ou quatro anos foi lançada essa iniciativa a título experimental e esta Assembleia nunca teve, mas também nunca pediu que lhe apresentassem o resultado dessa experiência dos transportes coletivos de Mirandela. Diz o relatório que a operação rodoviária não sofreu alteração, isso eu tive a oportunidade de verificar, os clientes do costume, as paragens que não estão identificadas, situações de sujidade do próprio autocarro, entre outras, não há alteração nenhuma, e isto é uma cidade?!

No que respeita ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, não vale a pena estar a pensar que aquilo foi um projeto muito bonito e com muito interesse, sim foi, então se há transmontanos que foram capazes de fazer isso antes, que o façam agora, nas conclusões do Relatório é tudo maravilhas e esta Assembleia já decidiu aqui até a possibilidade de alienar património, de abrir concursos para venda, eu gostava que o Executivo pudesse informar esta Assembleia no que respeita a estas duas situações, que esperanças há, o que é que está previsto, para poder dar um sinal de satisfação aos verdadeiros acionistas que estamos aqui em representação dos mirandelenses.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha análise não vai ser uma análise política, é mais uma análise técnica e para isso gostava que, se vocês tivessem convosco o documento onde estão vertidas as contas da consolidação, que abrissem o documento na página 14, porque há aqui uma coisa que preciso de esclarecer relativamente à questão dos indicadores, na primeira parte da folha estão indicadores quantitativos relativos ao ano de 2018 e no fundo da folha há aqui rácios relativos a 2017, ou seja, pensei que fosse um erro, que em vez de 2017, fosse 2018, mas depois por uma questão de curiosidade fui fazer as contas aos rácios de 2017 e verifiquei que efetivamente os números que aqui estão são de 2017 e não de 2018. Fiquei perplexo porque como é que se misturam indicadores diferentes, porque uns são quantitativos e outros são qualitativos, mas de anos diferentes, não me parece que faça muito sentido que num relatório de Consolidação apareça isto.

Se pretendiam fazer uma comparação entre 2017 e 2018, aquilo que me parecia mais lógico era que fizessem outra coluna, calculavam os indicadores quantitativos e qualitativos de um ano e do outro, mas não e não sei porquê. É que de facto dá ideia que estão a empolar o ano de 2018 com valores quantitativos enormes e o ano de 2017 com valores qualitativos muito pequeninos 0,36 %, é que este 0,36 também é percentagem, por isso é 36 %, por isso eu gostava de saber se isto foi um lapso e se foi um lapso admito perfeitamente, mas os valores efetivamente são de 2017, porque os valores de 2018 são muito semelhantes, mais coisa menos coisa são semelhantes, mas de qualquer maneira há esta situação que eu detetei.

Se realmente isto não foi um lapso, eu acho que quem elaborou este quadro do cálculo dos rácios manifestou um certo descuido, porque para além disso nem sequer referiu os indicadores que são mais importantes para que o Executivo possa efetivamente pegar nesses indicadores e poder tomar decisões certas, face aos resultados obtidos, com base nesses rácios. Porque se fossem cuidadosos tinham feito cálculos sobre os rácios financeiros, que tem a ver com a estrutura financeira e a capacidade de endividamento, rácios económicos que tem a ver com a estrutura de custos com os proveitos e com as margens e com a capacidade de autofinanciamento, os rácios económico-financeiros, como por exemplo a rentabilidade dos capitais próprios, estes é que são os rácios que deveriam

ser calculados para ajudar a Câmara Municipal a decidir. E mais, há uns rácios de funcionamento que são muito importantes, que é o prazo médio de recebimento, que nos indica o período médio entre o momento da venda e o momento do recebimento, é importante este fator para quem governa, o prazo médio de pagamento também, indica o período médio entre o momento da compra e o momento da venda.

Para analisar corretamente os rácios de liquidez é necessário entender o que se passa com o ciclo de tesouraria também, ou seja, como flui o dinheiro, de onde vem e onde é gasto? Porque mesmo que a Câmara Municipal bons lucros económicos, deve ter em atenção os níveis de tesouraria da Câmara. Depois de procedermos ao cálculo destes indicadores, dos rácios de 2017 e 2018, estamos realmente em condições de compararmos a evolução ocorrida nestes dois anos, se não fizermos isto não podemos decidir bem, porque temos de saber quais são os pontos fracos e os pontos fortes da gestão.

Naturalmente que a Senhora Presidente não tem responsabilidade técnica sobre isto, mas no meu entender acaba por ter uma responsabilidade política, efetivamente até fica prejudicada de algum modo, porque não dispõe deste instrumento fundamental, que são os rácios, para poder gerir melhor.

Finalmente queria fazer três perguntas à Senhora Presidente:

Qual é o prazo médio de pagamento?

Qual é o prazo médio de recebimento?

A Câmara Municipal está com problemas de tesouraria?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é um ponto importante, a Consolidação de Contas, e gostava de vos dizer que pela primeira vez o Matadouro Industrial do Cachão está incluído na Prestação de Contas Consolidada, ou seja, para além do Metropolitano Ligeiro de Mirandela e do Complexo Agro-Industrial de Mirandela, pela primeira vez o Matadouro Industrial do Cachão está incluído nesta Prestação de Contas.

Vou começar por fazer a análise das três empresas onde a Câmara Municipal tem, 90 % no caso do Metropolitano Ligeiro de Mirandela e 49,1 % em conjunto com Vila Flor na AIN, sendo que a AIN é detentora a 100 % do Matadouro Industrial do Cachão.

Daquilo que foi dito em relação ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela e fazendo também alusão à própria Mobilidade do Tua, posso-vos assegurar que a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, já está num acordo para ser a Agência a fazer a conceção, a construção, o fornecimento, a exploração e financiamento do Sistema de Mobilidade do Tua, este é um acordo tripartido entre a EDP, a Agência e a Mystic Tua, em que considerando vários factos que vêm desde 27 de fevereiro de 2016, onde foi celebrado um acordo com a EDP, podemos verificar que em fevereiro de 2019 foi assinado o acordo de subconcessão entre a Agência e o Operador e ainda o primeiro aditamento ao acordo tripartido.

Neste caso a Agência é neste momento concessionária da linha e possui condições necessárias para que venha a assumir o dono da obra, a obra segundo o próprio acordo terá de estar pronta a 01 de maio de 2020, são seis meses de execução, estamos a falar de um valor global neste aditamento ao acordo de cerca de 4,7 milhões de euros, que inclui intervenções nos taludes do canal ferroviário, reabilitação da linha ferroviária e montagem do sistema de deteção de queda de blocos.

Isto para vos dizer que relativamente à Câmara Municipal de Mirandela e apesar de nos terem acusado de que houve o encerramento precoce do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, há aqui duas situações que é necessário referir, que na altura também foram referidas e têm a ver com a vida média das carruagens, para além da quilometragem que é imposta pela EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., que se situa no Porto e que tem aqui dois Técnicos que faziam a reparação das carruagens, ao chegar a determinada quilometragem as carruagens tinham de ir ao Porto para fazer a revisão, cada revisão ficaria à volta dos 130 mil euros, como todos os colaboradores sabem.

Em relação à paragem, houve na altura reunião com os cinco autarcas da Agência, todos sabem que três dos quais são eleitos pelo PSD e por isso não se trata aqui de Partidos, trata-se aqui de decisões e opiniões, dentro de um espírito que todos temos, em que é urgente e inadiável a construção da linha, de colocar a Mobilidade do Tua a funcionar, ficou acordado que nós iríamos suspender porque o Operador privado iria iniciar as obras e também porque as carruagens tinham de fazer a revisão. Fomos proibidos de utilizar as carruagens por questões de segurança, o Administrador do Metropolitano Ligeiro de Mirandela Eng.º *Paulo Magalhães* assumiu não haver condições de manter as carruagens e decidimos suspender, contudo está garantida a Mobilidade Quotidiana.

Quando falam no valor afetivo do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o que vos posso dizer é que as condições ao longo destes anos todos mudaram, ou seja, é muito melhor nós garantirmos as condições de segurança. E aquela linha, como todos sabem, que o Metropolitano Ligeiro de Mirandela não pode simplesmente dissolver-se porque têm infelizmente já há muitos anos processos em Tribunal por causa dos falecimentos que houve na linha e portanto, este é um processo duro, longo, com vários problemas de mobilidade relacionadas com o facto da segurança poder estar em causa.

O Metropolitano Ligeiro de Mirandela teve este ano um valor negativo por termos cumprido um acordo com os funcionários, que foi feito na altura do Presidente da Câmara *José Silvano*, em que lhes garantia que poderiam subir três escalões e nós subimos os trabalhadores dois escalões por acordo com os Sindicatos e por isso este saldo negativo de 24 mil euros, tem a ver com o pagamento de retroativos aos colaboradores ferroviários, trabalhadores do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que eu gostava de assinalar como uma obrigação do Município em cumprir o que estava acordado.

Em relação aos transportes rodoviários, concordo com o que foi dito pelo Senhor Deputado *Faustino Cunha*, de facto há uns anos que o Metropolitano Ligeiro de Mirandela ficou a receber as receitas dos transportes rodoviários, não existe um serviço de transportes urbanos de Mirandela, o STUM, ainda não foi criado. Temos intenção de criar, temos de comprar autocarros novos, se possível elétricos, para podermos ter paragens identificadas com estes transportes urbanos. Não existe neste momento criada, existem linhas que já existiam antes, que obriga a um investimento quer em autocarros, quer também nas paragens e identificação de linhas urbanas, que neste momento existem por conhecimento repetitivo das pessoas que utilizam com frequência os transportes coletivos.

Em relação aos transportes interconcelhos, existe, como existe em todo o país este novo projeto que é compartilhado os bilhetes, mas em relação aos transportes urbanos tem a Câmara Municipal de fazer um trabalho de mobilidade urbana, que inclui um grande investimento e que pretendemos que seja financiado, vamos ver se ainda neste Quadro Comunitário conseguimos esta situação.

Quanto à AIN e ao Matadouro Industrial do Cachão, o que vos posso dizer é que existiam muitos processos em Tribunal, que na altura foi contratada a Advogada *Ana Vaz*, que entretanto fez a defesa e que este Conselho de Administração está a pagar, a dívida à Banca do MIC e da AIN é de 10 mil euros e estamos a pagar desde outubro de 2017.

O Conselho de Administração da AIN e do MIC tiveram como prioridade pagar à Segurança Social, às Finanças e também à Banca. Aquilo que se conseguiu dos processos que deram entrada em Tribunal, o MIC não recebeu dinheiro, o MIC deixou de ter de pagar, eram alguns processos que tinham a ver com o IVA, com o Fundo Sanitário de Segurança Alimentar e alguns foram também interpostos à Direção Geral de Alimentação e Veterinária, outros que tiveram também a ver com coimas dos processos de contraordenação, que ainda subsistem e que ainda não tiveram o seu desfecho.

Relativamente às questões relacionadas com o estudo, sugiro ao Senhor Deputado *António Figueiredo* que faça o contacto com a CIM-TTM, uma vez que todo o concurso foi aprovado pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, não foi a Câmara Municipal de Mirandela que contratou nenhuma empresa, a CIM-TTM é que fez o concurso, vai ser pago pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Quanto à frase com que terminou a sua intervenção, “um povo que elege corruptos, impostores, ladrões e traidores, não é a vítima, é cúmplice”, julgo que aqui somos todos eleitos e se a alguém lhe serviu esta “carapuça”, a mim não me serviu, quando somos eleitos temos de ter a noção de que estamos expostos a que as pessoas possam falar de nós, agora uma reflexão dizendo que os eleitos são corruptos, eu julgo que isso já toca a irresponsabilidade.

Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, o prazo médio de pagamento a 31/12/2018 é de 139 dias, em 31/12/2017 era de 176 dias, ou seja, num ano conseguimos reduzir cerca de 48 dias, o prazo médio de recebimento é um cálculo que não temos na Contabilidade e sim, temos problemas de tesouraria pois quando há dívidas há problemas de tesouraria.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão inicial que eu coloquei?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um lapso, onde está 2017, deve estar 2018.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os números também estão errados? Eu fiz as contas e pareceu-me que os números também estão errados.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os valores estão corretos, só o ano é que está errado, mas se se verifica alguma dúvida pode ir aos serviços da Câmara Municipal e verificar.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CIM-TTM é composta por dois Presidentes do PSD, os restantes são do PS, quem tem a maioria? É a Quaternaire, quem vota para a Quaternaire? É o PS, é verdade. Isto é corrupção, a CIM-TTM que me ponha em Tribunal e eu digo-lhe, vou enviar para a Polícia Judiciária esta situação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 1 voto contra, 17 abstenções e 31 votos a favor, aprovar a Prestação de Contas Consolidada - 2018 - Agro-Industrial do Nordeste E.I.M., S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A..

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu votei contra, porque a Consolidação das Contas cheira-me a “esturro” e a demagogia.

4.7 - Proposta de Transferência de competências para o Ano de 2019 – Lei n.º 50/2018, 16 de agosto “Educação” e “Transportes em vias navegáveis interiores”

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a não-aceitação da Transferência das Competências, em relação ao ano

de 2019 e, posteriormente, comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais até 30 de junho de 2019, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obtiveram-se as seguintes deliberações:

“Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, previstas no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, previstas no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril de 2019 que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a não-aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril de 2019 e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

4.8 - Proposta de Transferência de Competências para o Ano de 2020 – Lei n.º 50/2018, 16 de agosto.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a não-aceitação e a aceitação da Transferência das Competências em relação ao ano de 2020 dos domínios, com posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais até 30 de junho de 2019, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obtiveram-se as seguintes deliberações:

“Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro que concretiza a transferência de competências no domínio das vias de comunicação previstas no n.º 1 e 2 do artigo 21.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do citado Decreto-Lei, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a não-aceitação da transferência de competências no domínio das vias de comunicação previstas no n.º 1 e 2 do artigo 21.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro que concretiza a transferência de competências no domínio da Justiça previstas no artigo 35.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do citado Decreto-Lei, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da transferência de competências no domínio da Justiça previstas no artigo 35.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro que concretiza a transferência de competências no domínio da habitação previstas no artigo 17.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 17.º do citado Decreto-Lei, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da transferência de competências no domínio da habitação previstas no artigo 17.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 17.º Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro que concretiza a transferência de competências no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do citado Decreto-Lei, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

[Handwritten initials and marks]

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da transferência de competências no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto e, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, previstas no artigo 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do citado Decreto-Lei, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da transferência de competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, previstas no artigo 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril que concretiza o quadro de transferência de competências nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, prevista no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 1 abstenção aprovar a não-aceitação da transferência de competências nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, prevista no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio que concretiza o quadro de transferência de competências no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, previstas no artigo 18.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, caso seja deliberada a não-aceitação das competências, comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da transferência de competências no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, previstas no artigo 18.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à DGAL.

“Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro que concretiza o quadro da transferência de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, previstas no artigo 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aceitação da transferência de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, previstas no artigo 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro.

“Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, previstas no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, ano letivo 2020/2021.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, previstas no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para o ano letivo 2020/2021.

“Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro que desenvolve o quadro de transferência de competências no domínio da cultura, que concretiza o artigo 15.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aceitação da transferência de competências no domínio da cultura; que concretiza o artigo 15.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e prevista no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro.

“Atendendo, ainda, que não é aplicável no concelho de Mirandela, a transferência de competências prevista no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, no domínio da saúde, o concelho de Mirandela é servido pela Unidade Local de Saúde do Nordeste que presta cuidados de saúde à população de todo o distrito de Bragança, de acordo com informação prestada pela ANMP, e em consonância com a informação entretanto disponibilizada pelo Governo, Mirandela não tem nenhum estabelecimento de saúde a transferir para o Município.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.9 - Proposta de Acordo prévio do Município de Mirandela na concretização da transferência das competências para a Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela para que esta delibere individualmente sobre o Acordo Prévio da Concretização da Transferência das Competências para a CIM-TTM, por ser matéria da sua competência, nos termos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea *a*) do n.º 2 “*in fine*” do artigo 4.º e no n.º 2 do artigo 30.º, ambos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, em articulação com o estabelecido em cada um dos respetivos diplomas setoriais, com posterior comunicação à CIM - TTM, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este ponto existe aqui uma grande confusão, estes três últimos pontos da Ordem do Dia revelam o quanto é atribulado o processo de transferência de competências em curso, onde se rejeitam transferências para o Município e logo de seguida as delegam na CIM-TTM.

É contraditório, com um objetivo publicamente assumido pelo Partido Socialista e o seu Governo, de avançar para a Regionalização, por outro lado não se assegura a capacidade de os Municípios cumprirem com as transferências financeiras, organizacionais e patrimoniais, não se garante a universalidade de direitos fundamentais, como a educação, a saúde e a mobilidade das populações. Por outro lado esvaziam-se as competências do Município pela transferência para a CIM-TTM, que não corresponde às exigências e necessidades que a criação das regiões administrativas impõe, um patamar intermédio de decisão que responda politicamente perante as populações.

Sim, porque querendo transformar as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais naquilo que não são, órgãos regionais não eleitos e desta forma a CDU vota contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu já não sei quais são as áreas da CIM-TTM ou as da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana? Sei que o Município de Mirandela vai dando verbas para as duas. Eu gostaria de uma reflexão sobre qual é a área de atuação da CIM-TTM e da Associação.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obtiveram-se as seguintes deliberações:

“Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º10/2019, de 25 de março, que “concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo do artigo 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto”, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 76.º do citado Decreto-Lei.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a Proposta de Acordo Prévio do Município de Mirandela na Concretização da Transferência das Competências para a Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que “concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo do artigo 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto”, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º10/2019, de 25 de março.

“Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, que “concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, ao abrigo do artigo 36.º e 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto”, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 8.º e n.º 2 do artigo 12.º do citado Decreto-Lei.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a Proposta de Acordo Prévio do Município de Mirandela na Concretização da Transferência das Competências para a Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que “concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, ao abrigo do artigo 36.º e 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto”, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 8.º e n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril.

4.10 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019;
2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Tenho aqui alguns pedidos, Senhora Presidente de que não entendem a Certidão e gostariam de uma prévia clarificação a este Mapa de Pessoal, se fizer o favor de nos dar um esclarecimento sobre o assunto, seria mais fácil para todos nós procedermos à votação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Alteração do Mapa e Pessoal 2019, integra a inclusão de colaboradores no âmbito do Parque de Campismo e também a integração de cinco precários ao abrigo do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, ou seja, dois Juristas, dois Técnicos Superiores de Desporto e uma Técnica de Ação Social.

Relativamente ao Parque de Campismo 3 Rios, foi a explicação que já dei anteriormente e por isso julgo que em relação a esta situação está esclarecida, os assistentes que neste momento estão afetos aos Bombeiros Voluntários de Mirandela, como não tínhamos vagas no quadro de pessoal para estas pessoas, acabamos por ter de fazer uma alteração ao Mapa de Pessoal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto foi apenas e a pedido um esclarecimento prévio, naturalmente que haverá mais questões, eu inclusivamente também tenho algumas dúvidas sobre o número de pessoal a integrar, mas naturalmente que em função do que for questionado haverá as devidas respostas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria só colocar uma questão, porque não consegui perceber o Mapa, na última folha, última linha temos aqui 285 no total, isto são os funcionários atualmente na Autarquia, a seguir temos aqui um número de 8 que será contratos a tempo CTI e depois na quarta coluna, que é a dos previstos temos aqui 64, são esses novos lugares que estão a ser criados? Era isso que queria perceber, porque temos 64, depois temos 0 e depois temos 13. Queria perceber o que são estes números, 285, 8, 9, 64, 0 e 13.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação aos Precários, há uma Técnica de Ação Social, ela já esteve na Câmara, interrompeu, volta à Câmara Municipal, quais foram os critérios para a integração destes Precários?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só venho aqui falar de uma situação, os funcionários do Parque de Campismo vão ser integrados tipo recibo verde, ou integrados mesmo no Quadro da Câmara Municipal?

Também quero saber, um requerimento que eu enviei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que o mesmo me disse que o tinha enviado para a Câmara Municipal, já lá vai quase um ano, em que eu pedia nesse requerimento o seguinte:

“Ex.^a, mais uma vez venho pedir ao Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, em conformidade com a Lei n.º 75/2013, o seguinte:

Ex.^a, pretendia uma listagem de todas as horas extraordinárias pagas pela Câmara Municipal de Mirandela a funcionários e se for possível em relação ao Código do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, quem, os nomes de há cinco anos atrás.”

Há um ano que eu enviei isto e que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal enviou para a Câmara Municipal de Mirandela. Isto é falta de transparência democrática.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou responder para toda a Bancada a esta questão, não há dúvida que o Senhor Deputado *António Figueiredo* questionou durante bastante tempo o Executivo através da Mesa e o Executivo não deu em tempo útil algumas resposta que devia ter dado, algumas sim, mas houve outras que não deu.

Entendemos que o assunto deveria ser debatido em Comissão Permanente, levamo-lo à Comissão Permanente com a presença da Senhora Presidente da Câmara que acabou por nos dar razão dizendo-nos que ia prestar uma atenção maior a este tipo de questões e deu..., passados três, quatro dias recebi uma cópia de uma comunicação feita ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizendo que estavam abertos a uma reunião para clarificar todos os assuntos que ele pretendesse. Tenho a informação e penso que é a correta, de que não haveria disponibilidade naquele dia agendado para o Senhor Deputado *António Figueiredo* ir clarificar as suas dúvidas e também tenho a informação de que há ou tem havido tentativas para concertarem uma data e que o Deputado não tem mostrado grande disponibilidade.

Sendo assim, o Senhor Deputado *António Figueiredo* deixou de ter razão..., teve razão em relação ao tempo de espera numa primeira fase, não tem razão a partir do momento em que o Executivo se predispõe numa reunião e presencial a clarifica-lo sobre tudo aquilo que entendesse, ao não aparecer e não mostrar disponibilidade.

Esta é a informação que eu tenho, é uma informação que o Executivo poderá ainda esclarecer melhor mas que assim sendo deixa algumas dúvidas em relação ao que o Senhor Deputado acusa.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem me enviou um mail foi a Secretária da Senhora Presidente *Sónia Mota*, em 30 de maio, enviou-me para a Senhora Presidente falar comigo e eu respondi à Senhora *Sónia Mota* que na próxima semana me era completamente impossível, atualmente a minha vida profissional é sair da Escola e ir para Vila Real, a Câmara tem de ter um feedback comigo, porque eu sou um eleito do povo. Seja por A, B, C, D, a Senhora Presidente da Câmara, através da sua Secretária fazia um mail e enviava a dizer o que pretendia dizer-me, é assim que se faz e a Senhora Presidente sabe isso, é assim que se faz na Assembleia da República, eu não estou a copiar nada de novo, eu tenho de ganhar a minha vida, eu não ganho a minha vida em Mirandela, eu tenho de me deslocar para outros sítios, para ganhar a vida e eu disse mais, torna-me a responder a Senhora Secretária, “Em resposta ao pedido de V.ª Ex.ª formalizado, através da Mesa da Assembleia Municipal, encarrega-me a Senhora Presidente da Câmara, Dr.ª *Júlia Rodrigues*, de o convocar no dia 03 de junho de 2019, pelas 17.30 hrs. nos Paços do Concelho...”.

Eu encontrei a Senhora Presidente e disse-lhe que durante este mês não me era possível.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado tem presente do que acabou de acusar ainda há pouco? Disse que não havia abertura para resposta e afinal há, agora não há é tempo nem disponibilidade do Senhor Deputado para ouvir as respostas às suas dúvidas.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas a Câmara tem a obrigação política de me informar, o Senhor não percebe isso.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu percebo e vejo predisposição para o informar.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não me informam, enviam-me mails.

No início desta Sessão o Senhor Paulo Pontes disse que não lhe foi entregue a documentação em papel, apenas por mail, porque é que não me enviam a informação que pretendo por mail? O Senhor Está-me a falar de dois critérios que são completamente contrários a uma vivência democrática.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, o Senhor formula as suas perguntas via Mesa e muito bem, não correu bem no início, neste momento existe essa predisposição, são muitos assuntos, questões técnicas sobre loteamentos, entre outras muitas coisas, que a melhor forma seria sentarem-se à mesa e clarificarem todas as situações, há essa abertura...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em não tenho processos na Câmara em Mirandela, não faço processos para Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não estamos a falar disso Senhor Deputado, mas de qualquer maneira com certeza que a Senhora Presidente lhe irá dar no final, uma resposta mais cabal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões colocadas, relativamente ao Mapa de Pessoal e respondendo ao Senhor Deputado *António Martins*, estamos a falar em postos de trabalho ocupados que são 285, estamos a falar em contratos de trabalho por tempo indeterminado que são 8, com contrato de trabalho a termo resolutivo 9 e outras situações, em relação aos previstos, são aqueles que nós prevemos vir a ocupar, ou seja, para não andarmos sempre a trazer alterações do Mapa de Pessoal.

Como sabem e como já disse, o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal tem estado a diminuir, passou de cerca de 500 funcionários para 285, a média de idades é muito alta e nós temos forçosamente de contratar, agora ao abrigo do PREVPAP, foram aprovadas 28 vagas em várias áreas, inclusivamente áreas operacionais, para podermos dar resposta a todas as solicitações, pois o aumento das horas extraordinárias tem a ver com a ausência de pessoal para suprir lacunas como piquetes de saneamento, roturas de águas, entre outros problemas no concelho todo, podemos estar a falar de pouca população, mas estamos a falar de um concelho com muito território o que leva a uma maior deslocação e por isso prevemos que possamos vir a admitir, no âmbito da contratação por tempo indeterminado de outros colaboradores com urgência. 64 que estão nas Divisões. Nós com a aquisição destes dois novos equipamentos, como sabem houve um contrato com o Canil de São Salvador, é uma infraestrutura na qual temos estado a tentar investir algum dinheiro, porque o CRO - Centro de Recolha Oficial deixou de receber animais e nós já temos muitos animais que capturamos, como podem ver na Informação da Presidente, dos animais que já foram recolhidos e entregues no Canil, este é um problema grave, continuamos com falta de pessoal e a integração para o Parque de Campismo e também no âmbito do urbanismo, das obras públicas, quanto mais obras há maior é a necessidade de fiscalização dessas mesmas obras, por isso esta necessidade de contratação, pois é impossível trabalhar com poucos recursos humanos como temos neste momento, temos praticamente metade das pessoas que tínhamos há uns anos atrás.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *António Figueiredo*, relativamente a todas as questões que colocou, através da Mesa da Assembleia Municipal, existem muitas questões, algumas delas relacionadas com o urbanismo, são questões complexas, aquilo que eu propus em reunião da Comissão Permanente foi que seria melhor juntar todas as questões, juntar os Técnicos que estão com esses assuntos e recebermos o Senhor Deputado para esclarecermos todas as dúvidas que tem em relação aos processos, porque são muitos processos que questiona e isso faz com que tenha de ter uma informação real, que um e-mail não tem essa capacidade como tem o poder explicar todos estes assuntos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para clarificar, os 285 é os funcionários que a Câmara tem com Contrato por Tempo Indeterminado, estamos a criar mais 64 postos de trabalho, a preencher no futuro com Contratos por Tempo Indeterminado, podemos estar aqui a falar de um aumento de 22 % do Quadro da Câmara Municipal, é isso que estamos a falar, a probabilidade máxima é de 64.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Quadro da Câmara Municipal até agora já reduziu 50 %. Nós estamos a abrir a possibilidade de podermos contratar, não quer dizer que sejam contratados, porque para serem contratados tem de se abrir o concurso e como sabem quanto a estes procedimentos temos tido uma limitação imposta pelo Plano de Saneamento Financeiro, esta questão da Alteração do Mapa de Pessoal, tendo como visão a contratação de mais colaboradores, tem a ver com a possibilidade de podermos abrir concurso, não tem a ver com a disponibilidade de vaga imediata.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão é, o número máximo são os 64, porque é que não abrem só dez, ou quinze, ou vinte, porquê 64? É para preencher as carências que têm nos diversos serviços, mas estamos a falar de um aumento de 22 %, independentemente das restrições que depois possam haver do Plano de Saneamento Financeiro.

A minha dúvida é muito clara e penso que me acabou de dar a resposta, pode ir até 64.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estas vagas já estavam previstas no Orçamento para 2019.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos a falar de um aumento de 22 % do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, hipoteticamente pode chegar até esse valor. Eu pergunto porquê 64 e não dez, ou vinte?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até podem entrar zero.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em todas as situações de precariedade, houve vários candidatos, houve a constituição de um Júri para admissão, segundo critérios que estão publicados e foi esse Júri que determinou

Quem preenchia os requisitos necessários. Por exemplo, em relação a operacionais e como existe uma habilitação necessária para a entrada em entidades públicas, houve alguns que foram excluídos, porque à data era obrigatório ter o 9.º ano e alguns ainda não tinham concluído o 9.º ano, mas essa regularização foram as 28 vagas que foram abertas ao abrigo da regularização dos precários na Administração Pública.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os trabalhadores que estavam e que estão no Parque de Campismo e que a Câmara Municipal vai absorver, vão ser trabalhadores a recibo verde ou vão pertencer ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mirandela?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isso vai depender da vontade dos próprios trabalhadores, ou seja, os trabalhadores neste momento são colaboradores dos Bombeiros Voluntários de Mirandela, vai depender deles cessarem o contrato ou serem despedidos sob pagamento de uma indemnização e com a Câmara Municipal vão ter um contrato de avença, até serem regularizadas estas situações por concurso.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, 18 abstenções e 1 voto contra, aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Mirandela.

4.11 - Proposta de Projeto do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho na sua atual redação, conforme proposto.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Conselho Municipal de Segurança teve uma primeira reunião para aprovação do Projeto de Regulamento, foram feitas algumas alterações, houve uma legislação nova que impôs a presença de alguns novos membros, neste momento estamos em condições de cumprir a Lei que saiu em março deste ano, é um Conselho que vai funcionar já na sua plenitude, com os 30 Presidentes de Junta mais todos aqueles que estão referidos na nova legislação sobre os Conselhos Municipais de Segurança.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre o assunto quero acrescentar o seguinte: este Projeto de Regulamento foi feito ao abrigo da nova Lei n.º 32/2019, que teve alterações profundas à antiga Lei. Acontece que nós, no início do mandato e como era norma, aprovamos os representantes da Assembleia Municipal para diversas funções, uma delas para o Conselho de Segurança. Acontece que na nova Lei não se prevê representantes da Assembleia Municipal... assim sendo, os senhores deputados que foram nomeados para integrarem aquele conselho, julgo que foi o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, o Senhor Deputado *Rui Sá* e o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, foram nomeados para uma função que neste momento já não existe, nesse sentido a nomeação ficará sem efeito.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

4.12 - Proposta de Autorização abertura concurso – Concessão do direito de exploração - Quiosque do Parque do Império.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que esta autorize, a abertura do respetivo concurso público, celebração posterior do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império e aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do respetivo concurso público, celebração posterior do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império e a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.

4.13 - Proposta de Autorização abertura concurso – Concessão do direito de exploração – Bar da Ribeira de Carvalhais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2019 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que esta autorize, a abertura do respetivo concurso público, celebração posterior do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Bar da Ribeira de Carvalhais e aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquele Bar não tem viabilidade económica para sobreviver durante o ano inteiro, não tem viabilidade económica, como não tinha também o Bar da Sacor, é a mesmíssima situação.

Eu dizia à Câmara Municipal, isto é pedir ao Arq.º *Nuno Sousa*, que fizessem uma pequena ampliação desse Bar e então aí a Câmara Municipal podia negociar com outros valores, em que o Bar funcionaria durante todo o ano. Porque à cabeça 15 mil euros

e 600 euros/mês, eu digo que a Câmara Municipal não tem hipótese de alugar aquele espaço, é irreal neste momento na cidade de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Arq.º *Nuno Sousa* já foi contactado no sentido de haver um alargamento do Bar, nos critérios de adjudicação já estão contempladas estas melhorias das condições do Bar e por isso, depois da avaliação do projeto final e das alterações que vão ser feitas, considerou-se que seria o valor mais ou menos enquadrado, dentro dos valores de avaliação que têm sido feitos a outras infraestruturas de bares, de propriedade do Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, dou-lhe os meus parabéns.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do respetivo concurso público, celebração posterior do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Bar da Ribeira de Carvalhais e a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.

5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Como penso que todos sabem, durante a minha carreira profissional na Direção Regional de Agricultura, sempre lidei de perto com o Mundo Rural, com os agricultores no seu ambiente de trabalho, pastores, criadores de gado e caçadores, rústicos ou urbanos... e é nesse meio que me sinto bem...”

Porém, uma das minhas funções era a instrução de processos de contra-ordenação, o que, apesar de nem sempre ser muito agradável, por ver penalizar os autores das infrações, também me deu a visão de como se pode abordar o problema do lado da defesa...

Agora, nas passagens pelas nossas aldeias, tenho verificado que a maior parte das escolas primárias se encontram ocupadas por coletividades de diversa tipologia, mas prevalecendo as Associações de caráter lúdico, culturais, desportivas e recreativas...

Pois bem, acontece que nesses espaços se instalaram salas de convívio para os associados e que as autoridades fiscalizadoras tomam por “Estabelecimentos de Venda de Bebidas”.

Então, a cada passo, surgem processos de Contra-ordenação... com coimas elevadíssimas, por não terem extintores, outras por não terem avisos... e por aí adiante...

É constrangedor – e falo de montantes que ultrapassam, no total, os 12.000 €...

Bem... não querendo parecer subversivo, informo que há remédio para isso, extremamente simples...

... além do mais, o arguido, tem sempre direito à defesa e não precisa de constituir advogado... e não deve ir a correr pagar...

Estou disponível para ajudar, como já fiz várias vezes...

E a solução é simples! Mas não a devo dizer publicamente...

A terminar, quero agradecer a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, mas especialmente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, publicamente, a simpatia de me ter convidado pessoalmente para estar presente na homenagem ao Sr. Luís Jaime e na inauguração da belíssima exposição fotográfica sobre os “55 anos da aldeia transmontana melhorada”. Muito Obrigado.

Quanto ao território e à atribuição da designação de EcoFreguesia, felicito e aceito, pessoalmente, o desafio de participar nas boas práticas de gestão de resíduos que são depositados na área que está classificada como Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000.

Assim, como já tivemos oportunidade de conversar, vou fazer-lhe chegar a localização exata do ponto onde observei a deposição ilegal de resíduos e propor-lhe que façamos a sua remoção com a participação dos voluntários do Banco de Voluntariado ..., uma ação mediatizar para ter o impacto e visibilidade pedagógica junto das populações locais, que parece desconhecem completamente estas boas práticas e a existência de ecocentros apropriados para esse fim.

Obrigado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, pedia-lhe que comentasse esta afirmação que vou fazer: “*Júlia Rodrigues* é responsável pelo encerramento da linha do Metro, entre Mirandela e Carvalhais.”

Pedia-lhe um segundo comentário, “Edificação de património, com apoios de Fundos Comunitários, como foram as Estações do Metro de Mirandela, Estação *Jacques Delors* e Estação *Jean Monnet*, estão neste momento jogadas ao abandono, assim como a linha férrea que serviam, tornou-se espaço de lixo e entulho, estas evidências conferem duro golpe no legado autárquico do Presidente *José Gama*, construído há cerca de 24 anos.”

Senhora Presidente, agora um pedido de esclarecimento, fui conjuntamente com os meus amigos dar uma volta de bicicleta para a União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde e ao passar numa exploração mineira, vimos alguma remoção de terras e um dos amigos que me acompanhava, perguntou-me o que é que se passava ali e eu sinceramente não soube explicar, ou dizer qualquer coisa sobre aquele assunto e eu reúno quinzenalmente com os Senhores Vereadores da Oposição para abordar todas as questões que dizem respeito à política local.

Aproximamo-nos, deparei-me com uma placa empresa Minaport, que pelos vistos está desde março, abril, a laborar naqueles terrenos, com grande movimentação de terras, com alguns camiões a fazerem várias cargas por dia. A placa da empresa Minaport dizia apenas, contrato de prospeção e pesquisa.

Com tanta movimentação de terras, é assim que se faz prospeção e pesquisa?

Sobre aquilo que se passou de manhã Senhora Presidente, a derrocada do Lidl, o constrangimento que a Senhora Presidente sofreu aqui de manhã, por parte de um dos proprietários, é reflexo da campanha eleitoral que a Senhora Presidente fez, num tema tão delicado, que usou para campanha eleitoral para atingir o anterior Executivo e que neste momento a “batata quente” está nas suas mãos e à qual não se está a comprometer com aquilo que assumiu em campanha eleitoral.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou ler uma postagem que vi enquanto estava aqui nesta Assembleia Municipal, no facebook do Mensageiro de Bragança, que diz o seguinte:

“Vinhais, em seis meses a Câmara Municipal de Vinhais garantiu transporte a 420 doentes oncológicos, em 150 viagens para Hospitais para fora do distrito de Bragança nomeadamente, Coimbra, Porto e Vila Real. O apoio anual ronda 15 mil euros, investimento que continua a ser realizado, para garantir o transporte destes doentes oncológicos...” e depois refere no fim da notícia, “O Presidente do Município *Luís Fernandes*.”

A pergunta Senhora Presidente, para quando o Município está a pensar prestar o apoio aos nossos doentes oncológicos? Acho que é uma situação que todos os Municípios estão a abarcar e bem, é uma situação que nunca sabemos quando nos toca a nós próprios e se não nos toca a nós próprios, há-de tocar a alguém muito próximo e penso que hoje, o abandono a que estão sujeitos os nossos mais antigos, não têm muitas vezes retaguarda familiar, que os possam transportar, que os possam acompanhar e penso que era uma obra urgente, no concelho de Mirandela.

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionar sobre um pedido que fiz numa Assembleia passada de haver a possibilidade de estas Assembleia serem gravadas e de serem transmitidas em direto, tinha-o questionado sobre isso e na altura deu-me alguma garantia que ia fazer todos os esforços para que as coisas se procedessem dessa forma.

Quero também fazer uma sugestão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, era fazer um pedido para que nas Sessões da Assembleia Municipal fosse disponibilizado o acesso à internet.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, para quando é que a Zona Industrial vai ter a cobertura de fibra ótica por cabo? Visto que o serviço que a internet presta naquela zona é bastante limitado e com muitas interrupções e já não se justifica Mirandela com esta Zona Industrial, ainda não estar servida com a fibra ótica de internet por cabo.

Outra questão que lhe coloco tem a ver com o serviço que a Polícia de Segurança Pública tem prestado aos municípios e à cidade de Mirandela? Nós sabemos o quanto esta força policial atua na “caça à multa” no tempo de duração dos paquímetros, vemos sempre dois ou três polícias a fazer a ronda nas ruas que têm paquímetros e eu não tenho nada contra os paquímetros, tenho sim contra o caos que existe na nossa cidade aos dias de feira, principalmente no cruzamento que faz a ligação da rua das Amoreiras com a rua D. Afonso III, junto à Casa Verde, nos dias de feira é o caos, porque o fluxo de trânsito naquela zona não tem regulação e acho que era um serviço muito bem prestado dos Senhores Agentes Policiais, fazerem esse trabalho. O apelo que lhe fazia era interferir junto a quem de direito na Polícia de Segurança Pública, e principalmente nas horas de ponta e nos dias de feira, colocar Agentes de Autoridade a fazer a regulação do trânsito

Outra questão Senhora Presidente, eu sei que não tem nada a ver com o Executivo, mas acho que é de lamentar que a IP - Infraestruturas de Portugal, não façam a limpeza das entradas de Mirandela, estão completamente carregadas de erva, eu sei que não é responsabilidade da Câmara Municipal, acho que a Senhora Presidente, ou quem de direito da Vereação, fazer um pedido para que a IP fizesse a limpeza das entradas de Mirandela, porque é o cartão-de-visita para quem chega a Mirandela e encontram aquelas entradas numa miséria.

Senhora Presidente, gostava de saber quem foi o responsável pelo projeto das acessibilidades, agora a zona nobre de Mirandela, que é o Modelo – Continente? Eu gostava de saber quem é que fez o projeto daquela acessibilidade, porque aquilo que está ali feito só serve o Continente, não serve os municípios de Mirandela, nem os visitantes de Mirandela. Se foram os projetistas do Continente, dou-lhes os parabéns, porque serviram efetivamente os interesses do Modelo – Continente, se foram os projetistas do Município, eu tenho de lhes dar um nome e quem fiscaliza a obra vou-lhe dar outro nome, porque estão mais preocupados com os interesses de acessibilidade ao Modelo - Continente do que os interesses dos municípios de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria falar de alguns assuntos que já foram aqui tratados e por isso restrinjo-me a um que ainda não foi, que tem um valor cultural de sociabilidade junto de muitos mirandelenses e de promoção do concelho de Mirandela, refiro-me a uma visita que a Junta de Freguesia de Mirandela promoveu, no seguimento do Concurso “Panela Velha” e talvez para prémio das pessoas que participaram, à Quinta da Malafaia, no dia 19 de junho. Foram dois autocarros, parou-se em Esposende, para estar um pouco na praia, apesar do

tempo não estar muito bem e depois foi uma tarde fantástica na Quinta da Malafaia, juntamente com outras pessoas de outros concelhos nomeadamente, alguns até com mobilidade reduzida que estavam presentes, onde as pessoas de Mirandela também se divertiram e tiveram oportunidade de levar o nome de Mirandela junto das pessoas que estavam lá, pois entoaram uma canção que o Grupo de Cavaquinhos costuma entoar, relacionada com Mirandela e com os jardins de Mirandela.

Queria que ficasse aqui registado, inclusivamente a pedido de algumas pessoas, pois ainda não foi referido.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou triste com isto, nem sei o que é que hei-de dizer a isto, há um alvará de utilização n.º 20/19, que está passado em nome de *Adérito Manuel Gomes*, esse alvará foi passado no dia 28 de março de 2019. Eu comecei a realizar este projeto com este Senhor e desvinculei-me da obra em 2016, porque ele era uma pessoa prepotente, eu nem vou comentar o tratamento que ele fez à minha pessoa e eu retirei a minha declaração de responsabilidade, como Técnico da obra em 2016.

Ele dá a obra, com a minha autorização, porque nisto há direitos conexos na Lei, o Técnico envia-me uma carta e eu disse-lhe: “faz a obra que eu não quero ter mais nada a ver com isso.” A obra nem está acabada, porque a própria Câmara Municipal não tem o deferimento da Direção Regional da Cultura do Norte e mais grave ainda, é que nesse alvará de utilização está o nome da Senhora Eng.ª *Luísa Belchior* e o meu nome, *António Joaquim Pereira Figueiredo*, quer dizer, eu estou desvinculado da obra desde 2016 e estou na obra, isto é um procedimento criminal.

Eu não sei como é que uma Câmara Municipal pode fazer uma coisa destas, isto é uma ilegalidade tremenda. Eu estou em Tribunal com esse Senhor e vou endossar este alvará de utilização e vou chamar a Câmara também a Tribunal.

Eu não compreendo este tipo de atitude, isto é completamente desconexo, não tem qualquer tipo de habilidade em termos processuais.

Segundo ponto, eu pedi à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, através do GAM – Gabinete de Apoio ao Município, que me desse a seguinte declaração: Pedido de Declaração relativa ao Loteamento dos Aquedutos, Processo n.º 153 há um ano, o primeiro requerimento que eu pedi à Senhora Presidente da Câmara foi em 19/12/2018, até hoje não recebi documento algum.

Eu quando quero faço as coisas, quando não quero deixo andar, mas isto exaltou-me e o que é que eu fiz? O *António* é um bocado perspicaz, já o velho alfaiate também era e o *António* foi à Comissão de Acesso aos Dados Administrativos, ao CADA, mas o CADA só admite passados 18 dias, eu enviei aquilo passados vinte e poucos dias, veio-me recusado.

Eu fui ver à Lei e nos 18 dias eu enviei: “Eu, *António Joaquim Pereira Figueiredo*, arquiteto, docente do Ensino Secundário, vem apresentar queixa contra a Câmara Municipal de Mirandela, nos termos e nos seguintes fundamentos, através do art.º 16.º do Decreto-Lei 26/2016, de 22 de agosto.” E o CADA agora vai enviar para a Câmara Municipal e vai solicitar à Polícia Judiciária que vá à Câmara Municipal. Eu tenho pena de dizer isto, mas são estas situações que têm acontecido.

Tenho outro assunto, mas este assunto não tem nada a ver com a Câmara Municipal, tenho 10 dias no prazo da presente notificação, para a limpeza do lote do qual sou proprietário. Evidentemente que se sou proprietário de um lote e tenho de o limpar, não coloco isso em questão, gastei 350 euros, com uma máquina limpei o lote. Ao lado, eu tirei uma fotografia, está um espaço público que é da Câmara Municipal, que só tem lá lixo. Isto é incompreensível, como é que uma Câmara manda um município limpar o seu terreno, se a Câmara ao lado não faz nada.

Eu fico pasmado com estas situações, eu bem não quero e só tenho um olho aberto, eu se abrisse os dois olhos, eu punha isto em “pantanas”, não ponho porque não quero.

E já agora e para terminar, tenho aqui uma proposta para entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é um voto de pesar.

“Jornalista num tempo em que foi preciso faltar a censura, *Ruben de Carvalho*, escreveu para inúmeros Jornais e Revistas, esteve na telefonia de Lisboa, protagonizou vários programas de rádio, e marcou a história radiofónica portuguesa, escreveu sobre Fado, música popular, tive o prazer de o conhecer na primeira Festa do Avante na FIL – Feira Internacional de Lisboa, que organizou e onde o meu pai confraternizou com ele e me o apresentou, era uma pessoa sublime no trato com as pessoas.

Venho por este meio pedir um minuto de silêncio, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que colocasse esta proposta em discussão e que a mesma fosse votada.

Enviar cópia à família desta parte da Ata.”

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Reserva-me aqui o direito de dizer duas palavras sobre a intervenção do Senhor Deputado.

De facto se ficou admirado, eu também estou efetivamente admirada com isso, porque eu quero deixar aqui claro o seguinte: Eu nunca tive uma relação profissional, nem económica de cliente com o Senhor *Adérito Gomes*, a minha participação nessa empreitada, tem única e exclusivamente a ver com o facto de eu ser Diretora Técnica da empresa construtora, que é a empresa Narciso, Fraga & Fraga, Lda. e como tal, para se levantar uma licença e como bem sabe, é preciso entregar um Termo de Responsabilidade de um Diretor Técnico da parte do empreiteiro e um Termo de Responsabilidade da parte de um Diretor de Fiscalização, que é quem está no fundo a garantir o cumprimento do projeto pela parte do seu próprio cliente.

A minha intervenção naquela empreitada prendeu-se única e exclusivamente com o acompanhamento de tudo o que são os serviços de qualidade estrutural da parte do empreiteiro e nem eu nunca fechei essa obra para poder estar vinculada a essa licença.

Aquilo que sei, é que foi apresentado um termo do Diretor de Fiscalização, que efetivamente fez o fecho da empreitada, obviamente e como é correto, o Livro de Obra tem registos meus, da parte do acompanhamento dos trabalhos da empresa para quem exerce funções profissionais.

[Handwritten initials and marks]

Neste sentido, também eu própria terei de ir verificar essa situação, porque me está a dar também a mim alguma novidade, vou analisar o documento e depois irei consultar o processo, mas penso que estou a falar tudo correto, certo Senhor Deputado? Estamos a falar da Portaria n.º 113, esta Portaria rege as empreitadas de obras particulares nos seus vários domínios, desde as obras de remoção de terras, às obras de beneficiação, novas construções, loteamento e outras.

Era isto que eu queria deixar claro, eu própria terei de ver porque é que consto nessa licença de utilização.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui em meu nome pessoal e dos meus vizinhos, solicitar à Câmara Municipal se era possível remover o estaleiro que está junto ao campo de futebol dos Salesianos e dar alguma dignidade àquele espaço, porque o estaleiro tem lá, além do lixo que se lá põe, mas sobretudo as travessas da linha do comboio que estão lá, estão desinfetadas, creio que com creolina, nesta altura do verão libertam um cheiro bastante desagradável e tóxico. Por outro lado, naquela zona no caminho que dá acesso ao restaurante do São João Bosco, há lá erva bastante grande, como havia na entrada poente de Mirandela ainda não há muito tempo.

Era conveniente acabar ali com o estaleiro, dar alguma dignidade ao espaço e também, embora julgue não ser responsabilidade da Câmara Municipal, se repararem, quem vai à missa do São João Bosco, na entrada sul, está tudo cheio de arbustos e ervas, a igreja não limpa aquilo, se houver um descuido com o fogo, até a própria igreja pode ter problemas em termos de incêndio, alguém devia chama-los à atenção para que fizessem e devida limpeza.

Agradecia que dessem alguma dignidade àquele espaço, é um espaço com muita movimentação, fazem-se lá muitos casamentos e era importante retirarem o estaleiro que lá se encontra.

Também a pedido de vários mirandenses que me falaram, falaram na iluminação, acho que são quatro candeeiros que estão fundidos, que vão desde a Sede do Sport Clube de Mirandela até à Ponte Europa, na margem esquerda, era importante compô-los.

Há muitas pessoas que me dizem que a Estação de Carvalhais está muito suja, era importante que a Câmara Municipal limpasse aquele espaço, porque não dá nenhuma dignidade à Estação.

Também tinha aqui uma anotação quanto à limpeza das bermas da estrada poente, mas ontem tive o cuidado de me deslocar ao local e verifiquei que já estão limpas, os meus parabéns por isso.

Agradecia que, fosse dada alguma dignidade ao espaço que está junto ao restaurante do São João Bosco, que fosse retirado dali aquele lixo e o estaleiro, acho que era uma urgência.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Queria aqui tratar de algumas situações e a primeira reporta-se a algo que aconteceu em setembro de 2018, que teve a ver com uma visita, organizada pela CIM-TTM, uma visita aos Açores, para conhecerem a marca Açores. Segundo aquilo que foi noticiado, os Municípios que compõem a CIM-TTM foram visitar os Açores, para perceberem como é que os Açores estão a conseguir fazer o seu marketing territorial e a criação desta marca Açores.

Passado este tempo todo, eu também acho que é importante perguntarmos, a final o que é que resultou desta viagem e o que é que podemos esperar a nível de marketing territorial, tanto para a CIM-TTM, como também para Mirandela. Porque são estas pequenas coisas que nos devem efetivamente mobilizar aqui, nesta Assembleia.

Há pouco a Senhora Presidente começou a falar da questão do Parque de Campismo e de facto aí consegui encontrar um fio condutor e uma estratégia relativamente à questão do turismo e a utilização do próprio Parque e mesmo com a questão dos Passadiços do Tua e são este tipo de coisas que nos devem mobilizar nesta Assembleia e que devemos trabalhar na elaboração e construção deste tipo de planos setoriais e estratégicos, seja ao nível do turismo, seja ao nível do emprego, seja ao nível do empreendedorismo.

Muitas das vezes perdemos aqui muito tempo a discutir situação que em pouco crescem ao desenvolvimento do nosso concelho e acho que devíamos e podíamos dedicar mais tempo a discutir estas questões, porque isto sim, efetivamente dá riqueza e cria valor para a nossa terra.

Outra situação que se passou nos últimos tempos e que todos nós fomos apanhados um pouco de surpresa, tem a ver com a questão do Infantário da Nuclisol, eu aqui não vou entrar na questão de quem tem ou não tem razão, a realidade é que é um assunto importante para todos e para as duas partes, principalmente para os pais dos meninos que ficaram numa situação um pouco incómoda e assustados certamente, porque não teriam depois onde colocar os seus filhos, uma vez que os Infantários em Mirandela, felizmente já têm a sua lotação esgotada.

E assim também eu queria saber como é que está esta situação, porque também vejo na Comunicação Social onde nos apresentam que: “A Presidente da Câmara garante continuidade do Infantário Nuclisol – Jean Piaget.”, mas eu depois leio a notícia e verifico que isso não é de facto uma coisa que esteja dentro da esfera da decisão da Câmara Municipal, mas sim, está na Dgeste e que apenas a Câmara Municipal pode garantir colaboração para resolver essa situação e por isso as letras grandes novamente enganam, não sei se é inocentemente ou não, mas queríamos saber como está a situação da Nuclisol e como já foi resolvida ou se já foi resolvida de todo.

Queria também parabenizar o Município de Mirandela pela Bandeira Azul da Praia Fluvial e também a Junta de Freguesia de Cedães pela renovação da Bandeira de Eco Freguesia e esta é também uma questão importante e que nos deve mobilizar, as questões da economia sustentável, a sustentabilidade do território e o combate a estes pequenos desperdícios e resíduos que vamos tendo ao longo da nossa atividade e do nosso dia-a-dia.

Por fim e aproveitando que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou nesta questão e eu penso que é pertinente relativamente aos parquímetros, é uma situação que também eu já verifiquei, principalmente no início da utilização dos parquímetros logo às nove da manhã estava logo um Agente a fazer a ronda, para ver quem tinha ou não tinha ticket e sendo assim, acho que podíamos também

partir para uma solução nova, que para além de não causar este transtorno tão grande também ao município por causa da questão da multa por não ter o ticket, podíamos optar na inclusão de um sistema de pagamento através de uma aplicação móvel ou através da Via Verde, que já são sistemas que se usam em outros concelhos do nosso país.

Penso que podia ser uma solução para evitar as multas, mas também para garantir a comodidade dos nossos municípios, porque todos nós sabemos que ter de ir procurar a moeda, às vezes não é fácil e por isso penso que seria mais uma inovação para o concelho de Mirandela e nós também temos de ser vanguardistas e não é por sermos um concelho do interior que não temos de nos privar de apostar tecnologicamente nestas novas soluções.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como eu hoje tive o prazer de ter aqui uma meia conterrânea *Daniela Rodrigues*, que irá estar aqui na Assembleia daqui para a frente, presumo eu, sinto uma responsabilidade acrescida, não quer dizer que o não tenha feito sempre, porque estou a ser também vigiado mais de perto e o meu trabalho também, todas as questões que vou levantar, já foram levantadas aqui no mínimo duas vezes cada.

Quero fazer um lembrete ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que até setembro, por Proposta minha que foi aprovada na Assembleia Municipal terá de convocar uma Sessão extraordinária para discutir assuntos exclusivos das Juntas de Freguesia, não sei se está recordado.

No Franco existe uma oliveira que está no meio de um caminho e que o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, já há duas Assembleias atrás me traz um papel na mão, que diz que já encontrou a solução e que só faltava a Senhora Presidente assinar, não sei se vale muito, mas vale com certeza muito a rúbrica da Senhora Presidente, mas a oliveira ainda está lá.

Depois, também já há muito, muito tempo e já perguntei aqui nesta Assembleia, tivemos uma reunião na qual estive presente, juntamente com o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, a Senhora Presidente da Câmara, estava o Senhor Presidente da Câmara de Murça, estava o Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Palheiros, a propósito de um projeto que se devia desenvolver na Ribeira D'aila, já passou um ano ou mais e nunca mais tive qualquer feedback em relação ao assunto, não sei qual é o ponto da situação em relação ao mesmo.

No Franco houve o compromisso e dirijo-me aqui diretamente ao Senhor Vereador *José Cunha*, que foi lá com o Senhor Engenheiro, em que foi feito o levantamento dos custos para levantar uma calçada que existe lá e que está completamente intransitável, na entrada da aldeia, foi feito o levantamento de custos, está tudo feito, falta fazer a obra, isto aconteceu há cerca de ano e meio.

Relativamente ao Polidesportivo, ando e não é culpa só deste Executivo, ando há dez, doze, quinze anos a batalhar pelo Polidesportivo, o Franco foi talvez a primeira aldeia a ter Polidesportivo que nunca foi Polidesportivo, não é nenhum Polidesportivo, mas entretanto, desde que eu estou na Junta de Freguesia, desde sempre me tenho batido, até porque digo sempre, eu não tenho culpa dessa localização, nem da localização do Franco, nem da localização do Polidesportivo no Franco, será o único Polidesportivo no concelho, exceto Torre de Dona Chama, talvez e mais alguma aldeia que é o único que tem atividade durante todo o ano e todos os dias.

O que é certo, é que eu ando a batalhar desde sempre e ainda quando foi da Feira Franca fiz o balanço, voltei a frisar isso e se calhar eu também sou o culpado, assumo, porque defendi sempre e continuo a defender que ali deveria ser construído um Polidesportivo coberto, para desenvolvimento de qualquer tipo de atividade, cultural, recreativa ou outra, mas tem de se começar por algum lado e o Senhor Vereador *José Cunha* também se comprometeu em mandar fazer o levantamento da situação, que até iria candidatar essa obra, que até podia ser feita por fases.

Não sei se já está feito o levantamento, se já está feita a candidatura, se já iremos iniciar a obra muito brevemente, mas fico à espera de respostas.

Limpeza dos caminhos públicos, a União de Freguesias de Franco e Vila Boa, anda neste momento e pretende fazê-lo, por isso nunca mais cá trouxe o assunto, sejamos justos, anda neste momento a fazer a limpeza de todos os caminhos da União de Freguesias e nunca mais falei no assunto à Câmara Municipal.

Desde o meu primeiro dia do mandato, já foi feito o levantamento da renovação de todo o sistema elétrico da Igreja Matriz do Franco, desde o primeiro dia de mandato, está feito o levantamento, estão calculados os custos, ainda na semana passada estive a falar com o Senhor Padre, que me disse que tinha estado com a Senhora Presidente e que também lhe falou nesse assunto, os assuntos não se esquecem.

Se obtiver uma resposta mais objetiva a cada um destes itens, agradeça.

Sinto-me na obrigação de propor aqui um Voto de Pesar, pelo senhor *Mário Jorge Fernandes*, até porque nunca o fiz, é a primeira vez que o estou a fazer nesta Assembleia, porque era um homem do Franco, mas não era um homem só do Franco, era um homem do concelho e disse há pouco e mantenho, que o Mário Jorge levou Mirandela a todos os cantinhos deste país, em qualquer sítio, um mirandense que se deslocasse por este país fora, via as alheiras e via nos outdoors dos carros dele Mirandela e acho que será um Voto de Pesar muito merecido.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Na última Sessão tentei trazer aqui uma filmagem com o percurso desde Alvites até Vale de Lagoa, não consegui e hoje trago o mesmo percurso, na sequência da outra Sessão eu enviei um mail ao Senhor Presidente da Assembleia, à Senhora Secretária da Mesa da Assembleia e ao Senhor Secretário da Mesa da Assembleia, pedindo-lhe o favor de reencaminharem quer o vídeo, quer as fotografias da Escola Primária a todos os Membros desta Assembleia, porque não obstante de eu tratar desses assuntos com o

[Handwritten initials and marks]

Executivo, a mim não me interessa só que o Executivo atenda às necessidades de Alvites, eu também com isso queria sensibilizar todos os Membros desta Assembleia do problema de Alvites.

O mais premente deles para já e com solução mais imediata é o da Escola e era por isso que eu queria reiterar aqui o pedido à Mesa da Assembleia, que eu far-lhes-ei chegar o vídeo outra vez e as fotografias, para que reencaminhem a todos os Membros desta Assembleia, para que possam constatar, porque eu acho que se eles virem quer a estrada, quer o estado da Escola Primária vão perceber certamente que quer uma coisa, quer outra são prioridades e que por isso, a meu ver, serão atendidas antes de outras necessidades que o Município tem de certeza. Com o Executivo já tomei a liberdade de reunir e nesse sentido só queria dar conhecimento desta situação a todos os Membros desta Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria só responder ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, o desafio que foi feito é aceite, porque jamais rejeito um desafio, mas queria deixar uma pequena observação, três aldeias que temos dentro de um espaço fabuloso que é a Rede Natura, muitas vezes não são as pessoas dentro da Rede Natura que lá moram, que depositam lá as coisas. Nós no ano passado tivemos de enterrar três camiões de batatas ensacadas que estavam lá a apodrecer, por isso quando fiz o desafio e volto a fazê-lo, de pensarmos todos em conjunto em tomarmos estas medidas é um apelo que eu faço, porque o melhor que nos temos no território, para além das pessoas, é de facto esta paisagem singular, a Rede Natura é muito importante, é o Quadraçal, mas cada terra tem a sua especificidade e acho que devíamos olhar todos um pouco para isto.

Senhora Presidente, hoje vou ser um pouco desagradável, porque “quem não se sente não é filho de boa gente”, eu posso não ser boa gente, mas sou filho de boa gente. Estivemos em Vila Verdinho há pouco tempo num evento, em que fizemos os convites institucionais a quem tínhamos de fazer e surpreendeu-me uma reportagem de alguém, que recebe do erário público, em que fez uma reportagem com a Senhora Vice-Presidente para falar sobre uma pessoa, que eu tenho a certeza que a Senhora Vice-Presidente falou duas ou três vezes com ela e esse canal não teve sequer a primazia de falar com as pessoas da localidade, ou até com o Presidente da Junta de Freguesia.

Eu não consigo entender que raio de Protocolos existem nesta Câmara, porque sou crítico relativamente a isso, porque eu levo ao fim do mês 1.700 euros que a Câmara me dá e tenho de entregar relatórios de avaliação daquilo que faço e tenho de prestar contas ao meu eleitorado, e há alguém que pode andar por aí a fazer o que quer e lhe apetece, onde lhe apetece fazer uma reportagem faz, onde não quer não faz e eu tenho um Protocolo que a Câmara celebrou com essa entidade, onde estão lá as obrigações.

Gostaria de saber quem é que acompanha essas obrigações, gostaria de saber quem monitoriza as atividades e quem diz a esse canal que deve ir fazer as reportagens em determinados eventos culturais ou institucionais que possam existir.

Posso-lhe dizer que em cinco eventos que fizemos, zero vezes que lá estive, posso-lhe dizer que em dois eventos em que alguém da Câmara Municipal esteve presente nós nunca falámos, gostaria de saber porquê.

Porque é a Câmara Municipal que tem de monitorizar esse Protocolo? E depois preocupa-me outra coisa, um canal que é de eventos, um canal que é genérico, consegue fazer reportagens políticas, não se dando ao luxo de ouvir e de divulgar o contraditório, isto é preocupante, são os novos tempos, provavelmente, mas eu não me posso conformar com isto, porque o dinheiro que recebe todos os meses, para além das instalações, são 1,200 euros + IVA e são umas instalações que provavelmente devem custar mais cem ou duzentos euros por mês.

Meus amigos, há gente aqui dentro que já pagou eventos onde esse canal esteve a fazer reportagem, não estou a dizer mentira nenhuma, estão aqui pessoas que o podem provar e eu tenho lá faturas que o podem provar isso, não consigo perceber, como é que um canal que tem um Protocolo, que recebe todos os meses dinheiro para fazer as coberturas, ainda se cobra do trabalho que lá vai fazer.

Até hoje podia não ter conhecimento disto, mas a partir de hoje a Senhora Presidente tem esse conhecimento e eu estou aqui em setembro, provavelmente pela penúltima vez, para lhe exigir que me dê esse esclarecimento, é grave isto que se passa, porque uma coisa é um canal de conteúdos, outra coisa é um canal que não permite fazer o contraditório de notícias políticas, de intervenções públicas e esse deferimento que não tem para com as pessoas.

Fizemos em Vila Verdinho uma atividade fantástica, já sobejamente aqui valorizada que foram os 55 anos da Aldeia Transmontana Melhorada, quem representou a Câmara Municipal de Mirandela foi o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que eu tive o prazer de o convidar pessoalmente a lá estar e ele é testemunha viva daquilo que lá aconteceu, fez-se história naquele dia, então porque raio isto não tem eco?!

Meus amigos, eu para ser Engenheiro para além de um curso, tenho um cartão da Ordem, alguém quer ser um canal de informação, tem de ter uma Carteira Profissional, se é um canal de conteúdos e que recebe do erário público todos os meses, tem de prestar contas daquilo que faz ao abrigo de um Protocolo. Nunca vi um edital publicitado, o Protocolo refere os editais, nunca vi uma divulgação feita das atividades e dos planos, o Protocolo diz que tem de ser feito, quero saber quem é que acompanha isto, porque em setembro estou aqui para exigir essa informação.

Para terminar, há um momento de mudança que tem de haver nesta Assembleia Municipal, são 20 h 30 m, o dia é longo e tivemos aqui treze ou catorze pontos para discutirmos e aprovarmos, há uma altura de mudança, há uma altura de rotura, é o Partido Socialista que está no Poder, somos nós que estamos na Oposição. O respeito tem de prevalecer, a capacidade de trabalho tem de prevalecer, a capacidade de síntese tem de prevalecer, nós não podemos estar sujeitos a estar aqui um dia inteiro, sairmos daqui tarde e mal, esgotados, porque ainda estamos a trocar galhardetes do passado.

Mirandela está aí à frente, exige destas 61 pessoas, e eu digo das 61 porque há pessoas aqui que eu só as vejo a publicarem fotos no facebook a mostrar que estão na Assembleia Municipal, mas não lhes conheço nenhuma intervenção e dizem que fazem serviço público, não fazem nada.

Está na hora destas 61 pessoas pensarem que temos de levar Mirandela para a frente, seja o “outro caminho”, seja outra coisa qualquer, é inaceitável, em qualquer sítio uma Assembleia faz-se numa manhã ou numa tarde, nós aqui estamos até às tantas da

Handwritten initials and marks in the top right corner.

noite, desgastados, uns porque não participam mas têm de cá estar, outros porque participam, outros querem estar aqui com outro espírito e eu acho que está na altura de aproveitarmos a Senhora do Amparo, as festas da Cidade para fazer esta reflexão.

Setembro está aí à porta, há compromissos importantes e isto não é benéfico para ninguém, é o desafio que eu vos deixo.

Senhor Presidente da Assembleia, hoje perdeu-se aqui um ponto muito importante, que vai perder tempo para Mirandela, mas não foi por culpa da Assembleia Municipal, como disse e bem o *Paulo*, nós sabemos quais são as nossas obrigações, o Senhor Presidente também sabe quais são as suas e sabem também qual é a sua competência e aquilo que pode e deve exigir à Câmara Municipal, o concelho não pode estar impedido agora durante dois ou três meses de apreciar um Relatório importantíssimo para a avaliação do PDM, porque não se cumpriu um prazo, alguém tem de ser responsável por isto, alguém tem de vir prestar contas aqui e alguém tinha de ter pedido desculpa a três pessoas que estiveram ali atrás, praticamente o dia todo para intervirem e não o puderam fazer, porque não se cumpriu um formalismo legal.

Quero-vos desejar boas férias a todos, deixo-vos esta reflexão, não é uma crítica a ninguém porque eu também faço parte dos 61, mas está na altura de fazermos uma mudança de comportamento aqui dentro, quem está calado que comece a intervir e se calhar quem fala muito que comece a falar menos, mas era importante sairmos deste clima, porque lá fora estão 25 mil pessoas que não compreendem nada daquilo que se está a passar aqui nesta Assembleia e discute-se aqui tanta coisa importante no dia-a-dia, quer de uma Bancada, quer das outras Bancadas, quer dos Independentes, quer de toda a gente, coisas bem mais importantes do que aquilo que nós andámos aqui a fazer.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS* (Independente pelo PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Hoje não vou fazer nenhuma intervenção política de fundo, porque quem me escreve as cartas e me prepara as intervenções, por motivos profissionais está ausente do país e como não sou político, nem tenho “canudo”, mas vou-me esforçar para tentar passar a mensagem de um ponto que entendo relevante para a Freguesia que presido.

Faixas de combustível, eu queria alertar a Senhora Presidente para um depósito de milhares de paletes de madeira, de travessas da linha férrea e de colchões, que no meu entender, são matéria altamente inflamável localizados junto à EN 213 ao Km 60 e que fica a cerca de 300 m de duas habitações da aldeia de Frechas. Enquanto Presidente da Junta, preocupa-me, mas nada posso fazer, a Senhora Presidente como responsável da Proteção Civil, já tomou alguma posição sobre esta matéria?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre as últimas intervenções, houve três ou quatro questões que me foram colocadas diretamente..., uma foi do Senhor Deputado *Rui Sá* a propósito das gravações e da transmissão online destas Assembleias, é um assunto que não está esquecido, é um assunto que tem custos bastante significativos, maiores do que eu suponha e isso requererá alguma pressão maior ainda, sobre quem disponibiliza a verba e quem prepara o Orçamento, mas não está esquecido.

Naturalmente que se outros Câmaras já o fazem, pelo que eu sei só há uma a fazê-lo no nosso distrito, mas nós também somos o segundo maior concelho, seria normal que fôssemos o segundo a seguir-lhe os passos.

Em relação ao que o Senhor Deputado *Paulo Pontes* referiu, claro que essa Sessão Extraordinária sobre as Freguesias se vai fazer, está determinado. Foi determinado aqui que todos os anos iríamos fazer, mas à semelhança do ano passado, só lá para outubro, pois será a altura ideal e haveremos de articular quer com os Senhores Presidentes de Junta, quer com o Executivo o melhor momento.

Quanto ao que foi referido pelo Senhor Deputado *António Martins*, acho que é uma reflexão muito importante que todos devemos fazer. Há sempre que tirar consequências quando as coisas correm mal, há que assumir alguns erros e alguma responsabilidade e dou-lhe razão, nós também assumimos a nossa quota-parte desses erros, mas não foram só nossos, como toda a gente entendeu.

Também quanto ao assunto que referiu sobre o canal, tenho de considerar que sim, eu vejo a ausência desses operadores em muitos eventos e também gostaria, se realmente é pago, facto que desconhecia, em muitos outros locais e ocasiões.

Para termina e antes de dar a palavra à Senhora Presidente, temos aqui uma Proposta de um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor *Ruben de Carvalho*, apresentada pelo Senhor Deputado *António Figueiredo* e também um Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Deputado *Paulo Pontes* para o Senhor *Mário José* do Franco..., ninguém se opõe a que se proceda a esses atos..., vamos fazer ao mesmo tempo um minuto de silêncio pelos dois.

----- Foi feito um minuto de silêncio.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, em relação às Eco Freguesias, à reposição de resíduos e também às Escolas Primárias, julgo que todos estes pontos são importantes, não fez nenhuma questão em concreto, apenas deu a sua opinião sobre alguns destes temas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, às vezes acontece assim, ou seja, as pessoas trazem a intervenção preparada, eu entendo que é assim e os assuntos já foram discutidos em pontos anteriores. A questão do Metropolitano Ligeiro de Mirandela já foi largamente abordada nesta Sessão da Assembleia Municipal, eu teria de explicar em relação a esta afirmação, “*Júlia Rodrigues* é responsável pelo encerramento do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, entre Mirandela e Carvalhais”, aquilo que lhe posso dizer é que parece não conhecer, ou não ouviu aquilo que eu disse durante esta Sessão, mas eu expliquei exatamente aquilo que se passou relativamente à suspensão de utilização, uma vez que o troço Mirandela/Carvalhais não está incluído na Mobilidade do Tua e não estava incluído antes, expliquei exatamente ao nível das carruagens, da quilometragem, da ida das carruagens para o Porto para fazerem revisão, toda essa explicação já foi dada. Não entendi a sua intervenção, pareceu-me que já estaria planeada e acabou por perguntar aquilo que já tinha sido explicado.

[Handwritten initials and marks]

Relativamente à União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, o Ministério da Economia e a Direção Geral da Energia e Geologia, têm um contrato para a atribuição de direitos de prospeção, de pesquisa, de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, cobre, zinco e outros metais metálicos, com o número de cadastro MNPP009/16 e com a denominação Freixeda numa área situada nos concelhos de Mirandela, Vila Flor e Alfândega da Fé, à Minaport – Minas de Portugal. A data do contrato é de 22 de julho de 2016 e o Estado Português foi representado pelo Senhor Secretário de Estado da Energia, Dr. *Jorge Seguro Sanchez*, o segundo outorgante é a Minaport – Minas de Portugal, e este contrato foi um contrato de concessão que já dura desde 2016, sei disso porque o solicitei, provavelmente o nosso Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde conhecerá melhor e tem acompanhado esta situação e poderá certamente dar-lhe mais informações sobre esta exploração.

A proteção que existe a nível arqueológico está a ser feita pelo nosso Arqueólogo, que está a acompanhar todo o processo relativamente a tudo o que existe no local.

Quanto à derrocada do Lidl, parece-me pouco conhecedor de toda esta situação, porque de outra forma e porque o considero uma pessoa inteligente, não me parece que seja de todo responsável daquilo que diz, das promessas em campanha eleitoral, até porque esta derrocada, como já expliquei aqui quando houve a intervenção do Senhor Município *Rui Neves*, tem outros contornos que conhece certamente e que acompanhou no período em que aconteceu a própria derrocada.

Volto a referir que a Câmara Municipal quer fazer as obras definitivas, para sustentação dos taludes, a Câmara Municipal esteve muitos anos sem ter decidido e deixou arrastar uma situação que implica juros, danos morais, entre outras coisas, mas os Técnicos da Câmara Municipal julgam não ter responsabilidade sobre a derrocada e nesse sentido, tudo o que é indemnizações terá de ser decidido no Tribunal, porque nem eu, nem o Executivo tem condições para avaliar os danos morais sofridos.

Estamos a falar de um montante que já ultrapassa 1,2 milhões de euros, que dará para se fazerem muitas obras em muitas Juntas de Freguesia, em muitos caminhos e em muitas estradas e por isso parece-me de uma atitude de ignorar o processo, quando fala com essa leveza, de uma situação tão grave como esta.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Sá*, em relação ao transporte de doentes oncológicos, já existe o apoio da Câmara Municipal, sempre e quando existem condições económicas difíceis para os doentes oncológicos, ou seja, em situações de carência económica, todos os doentes têm esse apoio, eu julgo até que existem doentes oncológicos que não têm dificuldades económicas e que vão acompanhados por familiares porque estarão mais confortáveis em carros próprios, do que em autocarros. De qualquer forma, esse assunto já foi abordado com a U.L.S. que também faz este apoio e até com a Segurança Social, pela Senhora Vice-Presidente *Vera Preto* que tem o Pelouro da Saúde.

Em relação à rede WI-FI nesta Assembleia, este registo é obrigatório, aparece a rede Terra Quente e tem de se fazer um registo e a utilização é gratuita, mas este registo é obrigatório, pelo Regime Jurídico de Proteção de Dados. Podemos enviar um mail a todos a explicar como se faz este registo.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quanto à rede de fibra ótica por cabo na Zona Industrial, podemos e devemos eventualmente equacionar na fase da requalificação das obras da Zona Industrial poderemos alargar, até por causa do Protocolo que assinamos com a Altice, para a Zona Industrial e para a expansão da Zona Industrial.

Em relação à P.S.P. julgo que poderemos eventualmente, fazer o contacto com a Polícia, que cada Agente poderá ter a sua perceção da própria realidade, mas como sabem a P.S.P. não depende da Câmara Municipal, podemos sensibilizá-los para estas situações, mas não podemos enviar uma notificação a dizer que tem de ser assim, porque eles têm autonomia. Tal como sensibilizá-los também quanto às propostas que fez dos cruzamentos, da regulação do trânsito e até na entrada das crianças nas escolas.

Relativamente às rotundas nas entradas de Mirandela, já houve dois contactos com a Globalvia, que é a empresa que está responsável pela limpeza das entradas, eu julgo até que se devia arranjar uma solução definitiva, para não haver sempre nesta altura, com o crescimento de ervas e uma solução definitiva seria o ideal, mas ainda não vieram fazer essa limpeza, a Câmara Municipal também não o pode fazer porque não é uma área de domínio público.

O responsável pelo Projeto das Acessibilidades, foi a Sonae em parceria com a Câmara Municipal, com implicações diretas dos Modos Suaves e Cicloviários, foi um projeto que foi acompanhado pelo Senhor Chefe da Divisão de Urbanismo e Obras Municipais *Paulo Magalhães*.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, pude acompanhar o registo fotográfico da visita que a Junta de Freguesia de Mirandela promoveu à praia e à Quinta da Malafáia, julgo que foi um dia de muito convívio, de muito lazer e muito espírito de convívio entre todos.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, eu julgo que quanto a este e outros processos, eu acho que deve informar-se junto dos Serviços Técnicos, eu não acompanhei a obra, sei que houve um Parecer favorável da Direção Regional de Cultura do Norte, mas este e outros projetos que está ou que esteve profissionalmente ligado e que tem questionado a Câmara Municipal, deve efetivamente reunir na Câmara Municipal e se for o caso eu chamarei os responsáveis, para que possa ser esclarecido de tudo aquilo que pretende, para que não tenha quaisquer dúvidas relativamente à atuação da Câmara Municipal ou dos Técnicos da Câmara Municipal.

Quanto ao Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, em relação ao estaleiro, de facto aquele estaleiro já existe há muitos anos, estranho até que só agora se tenha proposto esta retirada, teria tido também outras oportunidades de o fazer já há muitos anos. É um estaleiro que tem sido mais utilizado por causa das obras no Liceu, temos sempre de ter a perceção de que se há obras temos de ter estaleiros, se não temos estaleiros é porque não há obras, os vizinhos têm de ter alguma compreensão, vou verificar as condições ambientais da situação das travessas da linha ferroviária, naquele mesmo local as pessoas queixam-se por causa dos odores, agora vão fazer a Estação Elevatória das Águas do Norte e julgamos ali também ter a situação com menos impacto nos moradores.

Relativamente à limpeza do terreno que faz parte do São João Bosco, mas podemos fazer uma verificação pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, caso exista risco de incêndio. Da sede do Sport Clube de Mirandela à Ponte Europa em relação aos candeeiros, de facto aquele espaço foi limpo, não sei se repararam que houve uma empresa específica para limpar aquela zona, os candeeiros não se viam, as lâmpadas fundidas e já foi solicitada à EDP a sua substituição.

Em relação ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, gostei muito da sua intervenção, ao contrário das outras Assembleias em que esteve, falou de uma forma correta, de uma forma construtiva, que é isso que nós precisamos. Estranhei não falar do Plano Setorial

[Handwritten initials and marks]

para a Juventude, que é uma das áreas que eu sei que aborda. A marca Terras de Trás-os-Montes já está constituída, já tem um logotipo, já tem material publicitário, estamos agora na fase da certificação que os Açores fazem e que nós temos de fazer, os critérios, os cadernos de reconhecimento que aquele produto é Terras de Trás-os-Montes, este é um trabalho que está a ser efetuado por uma Técnica da CIM-TT, julgo que pode ser uma mais-valia como Selo Protetor e Selo de Origem, para além das certificações normais que existem, IGP, DOP e Especialidades Tradicionais Garantidas como é por exemplo, a nossa Alheira de Mirandela.

Relativamente à questão do foco em questões centrais, eu acho que este recado, pareceu-me que o Senhor Deputado *António Martins* estaria principalmente a referir-se ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, de facto ele tem uma forma de intervir e gosta de intervir em todos os pontos, mas de qualquer forma pessoalmente e politicamente, existem situações que nos chamam aqui à atenção para questões concretas e também importantes.

Relativamente ao Infantário Nuclisol, para além dos pais e encarregados de educação, é preciso falar nos colaboradores, colaboradores que já estão lá há muitos anos e esta também é uma preocupação, eles pedem um contrato de cedência do edifício por parte da Câmara Municipal e estamos a tentar encontrar soluções, mesmo que não sejam soluções definitivas, sejam soluções que possam garantir a presença deles.

A Bandeira Azul da Praia Fluvial está aqui, foi o Senhor Vereador *José Cunha* que trouxe, houve hoje a última inspeção e vai ser hasteada no próximo dia 01 de julho, tal como os habitantes da Freguesia de Cedães também os mirandelenses estão de parabéns, pela conquista desta Bandeira Azul, como a Eco Freguesia de Cedães.

Relativamente aos parquímetros e à inclusão de pagamento em aplicação móvel e Via Verde, é uma solução que já equacionamos, estamos a fazer a Alteração do Regulamento, para que possamos integrar estas soluções de pagamento nos próprios parquímetros.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes*, quanto à oliveira no meio do caminho, a oliveira é propriedade privada, ou seja, tem de haver o consentimento do dono da oliveira, julgo que a certa altura o Adjunto *Agostinho Beça* terá feito o contacto direto com o proprietário que se negou a fazer o corte da oliveira, são as tais oliveiras que existem nos terrenos de outros e que são propriedade do mesmo.

O projeto Ribeira D'aila infelizmente não teve avanços, ainda na última reunião falei com o Presidente da Câmara de Murça, estávamos a contar com um projeto do Parque Natural a ver se conseguimos algum tipo de apoio, é um projeto que temos de agarrar em conjunto com Murça.

Em relação ao Polidesportivo coberto e em relação ao investimento que é necessário, não sei qual o investimento, mas julgo que havendo um investimento tem de haver uma estratégia de dinamização dos investimentos que fazemos nas Freguesias, ou seja, nós temos muitos Polidesportivos, muitos campos completamente abandonados e nesse sentido, estarmos a dirigir verbas avultadas para a requalificação de estruturas que depois não são aproveitadas, podendo ter outro destino, quando há pouco dinheiro temos de ter esta perceção e temos de ver efetivamente para o que é que o vão utilizar, como o vão utilizar, se só o vão utilizar em determinados períodos, se o custo da rentabilidade do equipamento é de facto uma realidade, não é o dinheiro que se gasta, é o dinheiro que se deixa de gastar num outro local, que se calhar tinham outra vantagem para os próprios fregueses e para outra Freguesia,

Relativamente à limpeza dos caminhos públicos, julgo que todos os Senhores Presidentes de Junta têm tido mais disponibilidade para fazerem essa limpeza. Quanto ao património religioso, tivemos uma reunião com os párcos, no sentido de eles identificarem para 2019/2020 uma prioridade absoluta em cada uma das suas paróquias e todos eles identificaram uma prioridade para podermos investir naquilo que é urgente, emergente e está em risco de queda ou de degradação do próprio edifício. Este assunto vai ser falado convosco, mas eles já identificaram aquilo que é mais urgente investir no património religioso, até porque nós estamos a querer implementar uma rota de património religioso, que possa ter um Guia para fazer o acompanhamento dos visitantes e turistas que venham visitar o Santuário de Nossa Senhora do Amparo e a partir dali possam fazer as visitas às Freguesias.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, a estrada Alvites – Vale de Lagoa é uma prioridade e está referida no Plano Plurianual de Investimentos. Relativamente ao vídeo da Escola Primária também é outra prioridade, mas julgo que é importante sensibilizar os colegas para este investimento, que não se pode adiar mais.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *António Martins*, relativamente ao evento e à reportagem de um canal, eu não estive neste evento, eu não sei se teve a ver com alguma campanha eleitoral, se teve a ver com uma reportagem que teve eventos culturais ou institucionais, não entendi a quem se referia, porque não foi concreto naquilo que disse, não vejo que sejam notícias políticas, são notícias de eventos que se fazem nas Freguesias, aquilo que está protocolado é aquilo que está no caderno de encargos, cada Freguesia pode fazer uma reportagem, a Senhora Vice-Presidente responsável pela área da cultura e dos eventos envia normalmente os eventos para conhecimento, obviamente que não pode ir a todos, mas tem ido àqueles que tem disponibilidade, não é fácil coordenar todos os eventos que há em todas as Freguesias. Há fins-de-semana em que temos vários eventos em várias Freguesias e é impossível estar em todos os eventos para que somos convidados.

Em relação à comunicação e a tudo o que é pago pelo Município, faz-se a monitorização e podemos na próxima Assembleia Municipal trazer essa monitorização.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *José Carlos*, em relação ao depósito na EN 2013, ao Km 60, vou solicitar ao Serviço Municipal de Proteção Civil para fazer uma visita ao local, eu não conheço a situação, eles têm feito muitas visitas a locais, como podem verificar na Informação, podem ver tudo aquilo que o Serviço Municipal de Proteção Civil têm feito, apesar dos Sapadores Florestais iniciarem agora no dia 01 de julho, nomeadamente nas Freguesias ligadas à Rede Natura, estiveram em formação durante este mês, já compramos equipamento para eles e julgamos que poderão ser uma mais-valia no terreno.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à declaração que eu pedi, é porque a Sonae tem um licenciamento ilícito, está mal licenciado pela Câmara Municipal de Mirandela.

2.º Período de Intervenção do Público

6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira